



Revista da
**ACADEMIA
MINEIRA
DE LETRAS**

Ano 80º - Março, Abril, Maio - 2002 - Nº XXIV

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Fundada em 25 de dezembro de 1909
Rua da Bahia, 1466 – Tele-fax (0XX31) 3222-5764
CEP 30160-011 – Belo Horizonte - MG

Diretoria:

Presidente - *Murilo Badaró*
Vice-presidente - *Miguel Augusto Gonçalves de Souza*
Secretário - *Aloísio Teixeira Garcia*
Tesoureiro - *Márcio Garcia Vilela*

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Publicação trimestral

Diretor: *Murilo Badaró*
Conselho Editorial: *Raul Machado Horta, Aluísio Pimenta, Eduardo Almeida Reis*
Editor Geral: *José Bento Teixeira de Salles*
Revisão: *Pedro Sérgio Lozar*
Capa: *Hélio Faria*
Digitação: *Marília Moura Guilherme*
Formatação e Impressão: *Imprensa Oficial de Minas Gerais*

Ficha Catalográfica

Revista da Academia Mineira de Letras Ano 80º. Volume XXIV
Revista da Academia Mineira de Letras/ Academia Mineira de Letras / V. XXIV
março/abril/maio. 2002. Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2002.

Fundada em 1922
Periodicidade trimestral 2002

1. Literatura - Periódico. 2. Obras Literárias. I. Academia Mineira de Letras.

ÍNDICE

O espírito e as razões de Minas - <i>Itamar Franco</i>	7
A Câmara de 1826 - Bernardo Pereira de Vasconcelos e a gênese do devido processo legislativo no Brasil - <i>Patrus Ananias de Souza</i>	15
Recordando Afonso Arinos - <i>Raul Machado Horta</i>	39
A prosa memorialista de Waldemar Versiani dos Anjos - <i>Fábio Lucas</i>	49
Sonho de evocações e saudade - <i>Caio Mário da Silva Pereira</i>	55
Vida e obra de Tomás Antônio Gonzaga - <i>Miguel Augusto Gonçalves de Souza</i>	63
“O menino da mata e seu cão piloto” - <i>Alaíde Lisboa</i>	79
A despedida - <i>Carlos Lacerda</i>	81
Orfeu e a influência de seu mito - <i>José Afranio Moreira Duarte</i>	87
Mário de Andrade e os mineiros: notas para um roteiro de brasilidade - <i>Edmur Fonseca</i>	93
Ilustração - <i>Maria Helena Andrés</i>	109
Nas estradas da filosofia (Parte 2) - <i>Padre Paschoal Rangel</i>	111
A ópera do bonde - <i>Octavio Mello Alvarenga</i>	123
Três tempos - Afonso Arinos, Afonso Arinos de Mello Franco e Afonso Arinos de Mello Franco Filho	127
O poeta Lúcio Cardoso - <i>João Etienne Filho</i>	133
Presença do CEC - 50 anos - <i>Carlos Denis Machado</i>	137

João Ceschiatti: teatro como paixão - <i>Jota Dangelo</i>	141
O italiano Sérgio Magnani em sua Belo Horizonte - <i>Berenice Menegale</i>	147
Pai e mãe - <i>Garcia de Paiva</i>	151
Síndrome da diferença improvável - <i>Cunha de Leiradella</i>	155
Cláudio Manuel da Costa foi assassinado: a verdade, ainda que tardia - <i>Sérgio Amaral Silva</i>	167
Roteiro de Petrônio Bax - <i>Henriqueta Lisboa</i>	173
Lúcia Luz - <i>Ieda Prates Bernis</i>	175
Canção de outono - <i>Dantas Motta</i>	176
Fraternidade - <i>Lacyr Schettino</i>	177
Glosa a versos de Henriqueta - <i>Ildásio Tavares</i>	178
Reflexões - <i>Eduardo Almeida Reis</i>	179
Edições recentes	184

APRESENTAÇÃO

A compreensiva solidariedade dos leitores diante da publicação do primeiro número da *Revista*, nesta nova fase, serviu de boa experiência para que dela extraíssemos construtivos ensinamentos.

A redundância não invalida a observação: uma revista de Academia de Letras há de conservar padrões de tradicionais limitações e ser, evidentemente, uma publicação literária.

Todavia, ela não deve se manter indiferente às afirmações de vanguarda, assim como não pode estar ausente, diante das manifestações culturais de nossa terra. Assim pensando, publicamos neste número colaborações de contistas mineiros que, embora já conhecidos, apresentam uma linguagem renovadora, da mesma forma como abrimos espaço para o teatro, o cinema e a música, em páginas entregues a autorizadas vozes da cultura mineira.

Por outro lado, apesar de reconhecermos que não é o volume que dá melhor qualidade ao texto, ampliamos também o número de páginas desta edição, com o propósito de assegurar à *Revista* maior densidade e conteúdo.

Esperamos que estes nossos propósitos encontrem a compreensão do leitor.



O ESPÍRITO E AS RAZÕES DE MINAS*

Itamar Franco

Ao agradecer a honra e a distinção que acabais de conferir-me, outorgando-me o diploma de benemérito desta gloriosa Instituição e fazendo-me vosso convidado para proferir a aula magna dos cursos da Universidade Livre da Academia Mineira de Letras, sinto-me estimulado a repetir as palavras proferidas no dia 30 de maio de 1994 quando, presidente da República, presidi sessão solene de inauguração deste auditório.

“Sinto nesta Casa o espírito e as razões de Minas. Ouço entre estas paredes, a voz de Gonzaga cantando a beleza de Marília e fustigando o Fanfarrão Minésio. Em Minas, as letras sempre serviram ao amor e sempre serviram à liberdade porque sempre serviram à vida.”

Dizia eu, há oito anos, de minha alegria em ter podido contribuir para a inauguração do anexo desta Academia que “nasceu em minha cidade de Juiz de Fora e emigrou para Belo Horizonte quando se sentiu forte para a mudança.

“Juiz de Fora, modéstia à parte, não era apenas o grande centro manufatureiro do Brasil, a Manchester Mineira, como então lhe chamavam, mas também o fervilhante centro intelectual em que circulavam os parnasianos Honório Armond e Belmiro Braga e, depois, os escritores de vanguarda Murilo Mendes e Pedro Nava.

“Orgulhamo-nos, em Juiz de Fora, de termos sido o berço desta Instituição e de a haver entregado aos cuidados de Belo Horizonte. A capital de um Estado deve ser mais do que a sede do poder político e administrativo. Deve reunir também, em assembléias permanentes, o melhor de sua inteligência e de sua arte.”

Há um ano falecia o presidente perpétuo desta Academia, o nosso querido amigo Vivaldi Moreira. Em meio à saudade que sua ausência em todos provoca, nunca será demais repetir, e o faço com grande emoção, não como governador de Estado mas como amigo de Vivaldi Moreira, o que acerca dessa personalidade admirável disse por ocasião da inauguração deste auditório que hoje nos acolhe:

*Aula Magna na Universidade Livre da Academia Mineira de Letras, pronunciada no dia 07.03.2002.

“Há várias décadas Vivaldi Moreira vem sendo o mais forte ânimo deste Grêmio. Coube-lhe liderar o esforço de todos os senhores para dar a solidez de pedra à dignidade da Academia. Ele vem sendo incansável militante da inteligência de Minas e seu nome estará para todo o futuro, guardado na argamassa e no mármore imperecível desta Casa, nesta rua da Bahia que é a rua Direita da Cidade de Minas.”

Acabo de saber, não sem emoção, pelas palavras do presidente desta Academia, que Vivaldi partiu levando para a eternidade a frustração de não haver colocado em minhas mãos o diploma de benemérito, que haveria de receber nos idos de março de 1999, logo após me empossar no Governo do Estado.

Circunstâncias ocasionais impediram-me de aqui estar, naquela oportunidade. Para honra minha venho a esta Casa saturada de espiritualidade e envolvida pela inteligência, resgatar velho compromisso e saciar meu coração do prazer de conviver convosco e de poder recordar o extraordinário guardião da cultura e dos melhores valores de nossa Província, o presidente Vivaldi Moreira.

Senhores acadêmicos, senhoras acadêmicas, senhoras e senhores.

Desde meu primeiro mandato como prefeito da cidade de Juiz de Fora, seguindo-se renovados mandatos como Senador da República, Vice-Presidente da República, Presidente e Governador do Estado, jamais deixei de me preocupar e zelar pela educação e a cultura.

Em minha já distante administração na prefeitura de Juiz de Fora podem ser identificadas muitas ações destinadas ao amparo das letras e das artes. Nem poderia ser de outra forma, pois minha terra natal deu a Minas e ao Brasil intelectuais de porte como Murilo Mendes, Pedro Nava, Belmiro Braga, Honório Armond, Lindolfo Gomes, Eduardo de Menezes e tantos outros, cuja herança cabia a mim preservar e torná-la cada vez mais festejada e admirada.

Nós, juiz-foranos, guardamos zelosamente o fato histórico acontecido na noite de 25 de dezembro de 1909, quando essa plêiade de homens devotados às letras fundou a Academia Mineira de Letras.

No Senado da República, durante os vários mandatos que me foram outorgados pelo povo mineiro, fui fiel a essas inspirações, apoiando medidas legislativas tendentes ao aprimoramento intelectual e educacional do Brasil.

Guardei irrepreensível linha de fidelidade aos postulados inerentes aos valores da mineiridade, sintetizados no respeito à democracia e aos princípios republicanos e no sentimento de honra e dignidade inafastável de quem deseja participar da atividade política e da vida pública, principalmente representando Minas Gerais.

Como presidente da República, meu governo deixou marca especial na cultura ao restabelecer o Ministério dedicado ao setor, ao mesmo tempo em

que restaurava a importância da ação governamental no estímulo, suporte e apoio às variadas vertentes que uma verdadeira política nacional comporta no vasto universo da cultura.

O primeiro e mais significativo gesto foi o de restabelecer o diálogo fecundo e produtivo entre governo e intelectuais e artistas de todos os matizes, sem reservas ou restrições de cunho político ou ideológico, fazendo-o com franqueza e espírito aberto para permitir a soma de apreciados esforços e contribuições.

Devo destacar a ênfase conferida ao setor cinematográfico, permitindo o revigoramento da indústria nacional de cinema com a Lei do Audiovisual e novamente colocando o Brasil no primeiro plano internacional pela produção de filmes de longa metragem.

Tive especial preocupação com a restauração do prestígio institucional do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, até então relegado a uma situação de abandono. A convicção de que a perda da memória histórica de um povo, essa espécie de amnésia que o fragiliza e o torna presa fácil da conquista de civilizações mais pujantes, sempre foi para mim cuidadosamente guardada e objeto de minhas preocupações como parlamentar e governante.

É que sempre tive como farol e estrela guia de minha ação política dois princípios fundamentais: o nacionalismo e a moralidade. Aquele, representado pela intransigente defesa do País contra as investidas dos poderosos detentores do capital internacional, e esta, simbolizada na indeclinável dignidade com que me comportei como prefeito, senador, presidente e agora me comporto como Governador de Minas.

Nem mesmo os mais impenitentes adversários negam-me esse tributo de justiça. E disso muito me orgulho.

Peço-vos permissão para relembrar que, ainda como presidente da República, realizei ações para reconhecimento da importância da língua portuguesa no contexto internacional, ações que pude mais tarde implementar como embaixador do Brasil em Portugal. Aqui me recordo do embaixador José Aparecido de Oliveira, criador e idealizador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, incansável batalhador pela Comunidade.

Não desejo cansar-vos com o arrolamento dessas iniciativas tomadas pelo governante, mas não posso deixar de assinalar que, na Presidência da República, dei início à implantação do Centro de Artes e Convenções de Ouro Preto e a transferência do acervo de artes plásticas legado pelo poeta Murilo Mendes, uma das mais significativas coleções de arte européia encontradas, hoje, no Brasil.

Como governador de Minas não arrefeceu meu ânimo em favor da cultura, acrescido da modernização do ensino pela eficiente ação da Secretaria

de Estado da Educação. Determinei o aprimoramento da Lei de Incentivo à Cultura, através da secretaria de Estado de Cultura, ensejando fossem disponibilizados R\$ 60 milhões de reais, desde 1999, para 3 mil projetos diversos.

Fortalecemos as bandas de música do interior, primeiras e mais autênticas expressões de nossa cultura, estimulamos as manifestações de congados e folias de reis, criamos as oficinas culturais em mais de 500 municípios, recuperamos e ampliamos a Biblioteca Pública Estadual Professor Luís de Bessa, demos início à recuperação do Museu Mineiro ao lado do estímulo a iniciativas semelhantes pelo interior e a implantação de moderno parque tecnológico no Arquivo Público Mineiro.

As preocupações do governo mineiro com as ações culturais alcançam a proteção do patrimônio histórico e artístico do Estado e a Secretaria de Cultura mostra-se cada vez mais presente em todas as regiões, em busca da preservação de nossa identidade.

Finalmente, tive o grato prazer de visitar o Caraça, uma espécie de peregrinação às culminâncias do espírito de Minas. Ali pude anunciar recursos especiais para restauração e valorização daquele precioso conjunto cultural e ambiental, local onde foram forjados os mais fortes espíritos representativos de nossa identidade e responsáveis pela grandeza do Estado.

Senhoras e senhores:

Naquela memorável data de 30 de maio de 1994 tive oportunidade de dizer que “a cada dia mais me convenço de que o Brasil precisa do prumo de Minas, do chão de Minas, de suas águas e de suas pedras. Temos vivido, na História do país, alguns momentos em que Minas se reclus entre as montanhas, a fim de aconselhar-se com sua poderosa consciência cívica e, no passo seguinte, melhor servir ao Brasil. Porque Minas não tem a urgência dos insensatos, nem a preguiça dos acomodados”.

Pronunciadas há oito anos, essas palavras estão palpitantes de atualidade. Quando assumi o governo do Estado, em meio a grandes dificuldades e o duro enfrentamento a forças poderosas que desejavam, a todo custo, subjugar Minas Gerais, pronunciei palavras que daquelas se aproximam quando afirmo que “ninguém nivela as montanhas de Minas”.

A afirmação está conforme às nossas mais caras tradições de bravura cívica e independência moral.

Não foi uma caminhada fácil para superação do polígono de obstáculos que se antolhavam à ação administrativa. Dívidas enormes, patrimônio do Estado entregue à cobiça do capital estrangeiro, sistema administrativo suateado, atores políticos mobilizados sorrateiramente contra a ação governamental. Este era o quadro, pintado com as cores da verdade.

Tudo isso foi sendo vencido com determinação e coragem.

Decorridos três anos de administração é imenso o acervo de realizações em favor do povo, além daquelas em favor da educação e da cultura já arroladas.

Podemos apresentar algumas ações do governo em outros setores, tais como a Estação de Tratamento do Arrudas, a Estação de Tratamento do Ribeirão do Onça, estas duas destinadas à purificação das águas do Rio das Velhas e, por consequência, à despoluição do Rio São Francisco. A Estação de Tratamento do Arrudas, a primeira da capital depois de cem anos. Uma das poucas cidades e capitais do Brasil que têm uma Estação de Tratamento.

No setor energético, a Cemig comanda uma imensa operação de construção de 10 usinas hidrelétricas, que garantirão ao parque industrial mineiro energia farta e abundante para seu progresso e desenvolvimento. Aqui vamos lembrar que dentro em breve, possivelmente no fim do mês, vamos construir uma usina de mais de 360 megawatts, no Vale do Jequitinhonha, na região mais pobre deste Estado, a usina de Irapé, e ontem tive a honra de dar a essa usina o nome de Juscelino Kubitschek, exaltando a memória desse grande mineiro e grande brasileiro.

Por todo o Estado são mais de 40 estações de tratamento de resíduos sólidos e líquidos, esforço de grandes proporções, depois da longa e sofrida recuperação administrativa e política dos escombros deixados pelo governo anterior.

É bom acrescentar que tudo isso foi realizado sem perder o impulso, a cada dia renovado, na defesa dos aspectos morais do governo.

Sem estes, sua ausência implica, afinal, a ausência do próprio governo, vale dizer, a desmoralização do Estado como instituição. É sempre bom lembrar a lição de Jefferson de que “o conjunto de um governo consiste na arte de ser honesto”

Não existe governo mais ou menos honesto. Não existe político, governante ou homem público mais ou menos honrado.

A idéia de dignidade no exercício da coisa pública não comporta sinuosidades ou gradações. Ela é integral e, por isto mesmo, compreendida, respeitada e amada pelo povo, que nela vê razões suficientes para sua garantia e estabilidade.

A lição fornecida pela história dos povos diz que a qualificação pessoal do governante deve estar acima da importância do eventual posto que assume. E, lamentavelmente, isto está se tornando coisa rara em nosso País, na medida em que faltam perseverança, coragem, abnegação e devoção à liberdade e ao direito.

Da mesma forma, reduz-se a preocupação com a moralidade nas atividades governamentais e políticas. Transgressões às regras da salutar proibidade no exercício das funções públicas sucedem-se diante da população perplexa.

E a qualificação pessoal do governante não é apenas a irrepreensível honradez que deve caracterizá-lo. Também compõem o perfil de um verdadeiro homem de Estado a sensibilidade para penetrar o sentido dos assuntos públicos, o poder de pesá-los e levá-los a cabo para o bem do País.

Em meio ao torvelinho das paixões desaçaimadas que parecem dominar a ação política do País, dos interesses subalternos que se sobrepõem aos verdadeiros objetivos nacionais, sigo invariavelmente a linha reta desses postulados, não fujo deste perfil debuxado e não tenho medido esforços para convocar os brasileiros à meditação sobre os acontecimentos que estão pondo em risco as conquistas da democracia, implantada à custa de tantos sacrifícios.

O regime democrático não conseguirá sobreviver num clima social e político em que predominem a corrupção, a demagogia populista. Muito menos se fazemos da lei letra morta ou colocamo-la a serviço do poder sem freios ou limites, em sua incontrolável ânsia de hipertrofia.

Relembro as palavras de Rui Barbosa no seu famoso discurso perante o Supremo Tribunal Federal, em 1892.

O imortal brasileiro acentuou que *“os povos não amam suas constituições senão pela segurança das liberdades que elas lhes prometem, mas que as constituições, entregues como ao arbítrio dos parlamentos e à ambição dos governos, bem frágil anteparo oferecem a essas liberdades, e acabam, quase sempre e quase sempre se desmoralizam pelas invasões graduais ou violentas do poder que representa a legislação e do poder que representa a força”*.

Quando está em jogo o interesse dos poderosos, violenta-se a constituição, mesmo a custa dos postulados republicanos que lhe são substanciais.

Quando há risco de receberem os poderosos as manifestações da repulsa popular fabricam-se leis e interpretam-se ao sabor de suas conveniências.

Envergonha-se a nação de assistir, todos os dias, aos noticiários de renovadas pilhagens ao erário, enquanto os responsáveis pela sua guarda mantêm-se em conivente e incompreensível silêncio.

Partidos transformam-se em grupamentos de mercadores de legendas, transacionando seus princípios e suas bandeiras no vergonhoso mercado de vantagens indevidas.

Juízes e tribunais encontram-se, não raro, constrangidos pelo poder econômico, submetidos à força dos meios de comunicação a serviço de interesses eventuais de candidaturas e candidatos.

Há entre os detentores do poder uma espécie de surdez coletiva que os impede de ouvir os clamores crescentes que brotam espontaneamente da alma do povo, em meio às multidões errantes que deambulam pelas cidades e pelos campos à busca de alimentos e de oportunidade de trabalho.

Diante deste quadro confuso e quase sempre deliberadamente distorcido, Minas não se exonerará de seus deveres e de suas obrigações nossa história está repleta de modelos e inspirações que servem de bússola à nossa conduta nesta hora grave da nacionalidade. Costumo dizer que são inesquecíveis as lições que recebemos de Minas nos nossos lares, na nossa vida pública e

agora, quando contemplo as paredes do Palácio da Liberdade, tenho a impressão de que aquelas almas que lá viveram transmitem a todos nós uma força íntima para nossa alma e para o nosso coração. É como acontece aqui neste auditório quando relembremos Vivaldi Moreira.

O poeta Murilo Mendes, glória de Juiz de Fora, de Minas e do Brasil, cujo centenário comemoramos no ano passado, tem um pequeno poema escrito em 1935 chamado *Os quatro elementos*, brilhante produto de seu estro. Assim cantou o bardo imortal mineiro e juiz-forano:

*Ninguém sonha duas vezes o mesmo sonho
Ninguém se banha duas vezes no mesmo rio
Nem ama duas vezes a mesma mulher.
Deus, de onde tudo deriva,
É a circulação, é o movimento infinito.
Ainda não estamos habituados com o mundo.
Nascer é muito comprido.*

Na construção e na arte poética é possível compor imagens de que ninguém sonha duas vezes o mesmo sonho.

Mas em política, na vida pública daqueles que já a experimentaram, aqueles que já sentiram a poeira nos olhos nas suas campanhas e no serviço da pátria, viver e sonhar o mesmo sonho de servi-la com devoção religiosa é algo permanente, diante do efêmero da existência.

Não importa se os sonhos se frustram na voragem dos acontecimentos. O fundamental é que não percamos a capacidade de sonhar pela construção de um País mais justo e livre.

Quanto a mim, na oportunidade em que renovo os meus agradecimentos pela gentileza com que me cumulastes, digo como o poeta e só como poeta eu poderia terminar a minha fala nesta Academia:

*Cheio de Deus, não temo o que virá,
Pois, venha o que vier, nunca será
Maior do que a minha alma.*

CÂMARA DE 1826: BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS E A GÊNESE DO DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO NO BRASIL

Patrus Ananias de Souza*

*“Obremos nós segundo o espírito da nossa Constituição”.
(B. P. Vasconcelos)*

*“Nasci para ser. Esbarrando aquele momento, era eu, sobre vez,
por todos, eu enorme, que era o que mais alto se realçava.
E conheci: ofício do destino meu, real era o de não ter medo.
Ter medo nenhum. Não tive (...) conheci. Enchi minha história”.
(Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas. Assim poderia ter falado
Vasconcelos nos seus dias de “Urutu-Branco”)*

A Constituição Imperial estabelecia, no seu art. 13, que “o poder legislativo é delegado à assembléia geral, com a sanção do imperador”. A assembléia geral compunha-se de duas câmaras: câmara de Deputados e Câmara de Senadores ou senado (art. 14). Entre as atribuições conferidas à assembléia geral destacavam-se as previstas nos incisos VIII e IX: fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las; velar na guarda da Constituição e promover o bem geral da nação.

Garantia a inviolabilidade dos membros de cada uma das câmaras pelas opiniões proferidas no exercício de suas funções (art. 26).

Considerando que o Senado era composto de membros vitalícios, escolhidos pelo imperador em listas tríplices organizadas por eleições provinciais (art. 40 c/c o art. 44), o presente texto dará ênfase e prioridade à Câmara dos Deputados, eletiva e temporária (art. 35), pelo seu caráter mais

*Acadêmico, professor universitário, ex-prefeito de Belo Horizonte.

popular e democrático e pelo papel que cumpriu na consolidação das instituições parlamentares no Brasil. O art. 36 estabelecia como privativa da Câmara dos Deputados a iniciativa sobre impostos e recrutamentos e o art. 38 determinava como “privativa atribuição da mesma Câmara decretar que tem lugar a acusação dos ministros de estado e conselheiros de estado”. Todos esses temas foram, como veremos, polêmicos na legislativa de 1826-1830. A leitura dos pronunciamentos, projetos e debates na Câmara mostra que, do ponto de vista da atuação parlamentar, dos conhecimentos jurídicos e do compromisso com a aplicação e a eficácia das normas constitucionais, já numa perspectiva de constitucionalidade das leis, dos atos administrativos e dos procedimentos legislativos, avultou-se, de maneira singular, a presença de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Por isso, o enfoque do nascente Poder Legislativo no Brasil se fará tendo como referência o irrequieto e complexo estadista mineiro.

A Assembléia Geral Legislativa do Império, e com ela a Câmara dos Deputados, inaugurou-se em maio de 1826, embora as eleições se tivessem realizado em 1824.⁽¹⁾ A rigor, 1824 tornou-se um ano marco na história jurídica e política brasileira: outorga da Constituição, eleições para a Assembléia e a revolta dos pernambucanos, conhecida como a Confederação do Equador. Impossível não se ater, ainda que rapidamente, sobre esse acontecimento da nossa história, porque ele não se encerra em si mesmo. Teve conseqüências e desdobramentos.

A exemplo da Conjuração Mineira, personificada na figura grandiosa e heróica do Tiradentes, a Confederação do Equador encontrou também em Frei Caneca uma generosa expressão intelectual e humana. Os vencidos se tornam vencedores e, muito além dos seus torturadores, algozes e assassinos, projetam a sua influência nos acontecimentos e na história.

Na repressão brutal aos rebeldes nordestinos, Dom Pedro I inicia a sua fase de descenso e crescente incompatibilidade com os sentimentos da jovem nação, o que vai levar à ruptura de 7 de abril de 1831, quando Dom Pedro I, a rigor, não abdicou; foi, na verdade, deposto, como se depreende da leitura dos autores citados neste texto. As idéias de Frei Caneca ajudaram a moldar o nascente e frágil constitucionalismo brasileiro.

O frade libertário, dado às boas leituras “dos Locke, dos Hamilton, do Espírito das Leis”,⁽²⁾ não aceitou, com seus companheiros, a dissolução da Constituinte e a Carta outorgada. A quebra do pacto, assegurada pela Assembléia Constituinte, implicaria, na outra ponta, o direito de resistência e de rebelião. As razões apresentadas por Frei Caneca no processo que o condenou à morte traçam, “com clareza, a medula do seu pensamento”, na expressão de Faoro:

“A soberania estava nos povos. Os povos não são herança de ninguém. Deus não quer sujeitar milhões de seus filhos ao capricho de um só. Os reis não são emanção da divindade, são autoridades constitucionais (...). Os povos têm o direito de mudar a forma de governo. As Cortes são superiores ao imperador. Clamando-se ao soberano congresso sobre alguma lei, que dele emanar, a qual contrária seja aos interesses do povo, se estes não forem atendidos, desfeito está o pacto; cabe-nos então assumir nossos direitos (...). O povo do Brasil deu por generosidade o trono ao imperador. O governo absoluto, o maior de todos os males...”

Caneca (apud Faoro), “coerente com o programa liberal”, pregava “a rejeição da Constituição de 24” e apresentava o seu receituário constitucional: “Nós queremos uma Constituição que afiance e sustente a nossa independência, a união das províncias, a integridade do império, a liberdade política, a igualdade civil, e todos os direitos do homem em sociedade; o ministério quer que, à força de armas, aceitemos um fantasma irrisório e ilusório da nossa segurança e felicidade...”⁽³⁾

A contradição manifesta no testemunho e no martírio de Frei Caneca expressa uma ambivalência constante - explícita ou embutida na sutileza dos casuísmos e “acertos” conciliatórios das elites - na história pátria. No ano mesmo da morte do frade constitucionalista, convocam-se as eleições parlamentares. Da mesma forma que participantes ativos do processo de independência, como José Clemente Pereira, Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, foram excluídos da Constituinte (o liberal radical Cipriano Barata, “proprietário e senhor de escravos”,⁽⁴⁾ se auto-excluíra), os irmãos Andrada e Montezuma, exilados, não participaram da primeira Câmara. José Bonifácio foi, seguramente, nas suas virtudes e deficiências, a personalidade mais representativa e instigante na formação do Estado brasileiro. Exerceu o poder usando métodos pombalinos e tratando com rigor os adversários. Na oposição, fustigava os detentores do poder ou os áulicos que giravam em torno dele e costurava alianças, nem sempre muito claras e coerentes. Mas foi o grande arquiteto do processo emancipatório e tinha, muito além dos seus contemporâneos, uma concepção de Estado nacional fundada na integridade territorial do País e numa monarquia constitucional que mediasse a soberania entre os poderes do imperador e os direitos individuais. Com toda certeza, Bonifácio foi afastado do processo menos por seus métodos e concepções muitas vezes autoritárias do que por suas idéias relativas à progressiva abolição da escravatura, mudanças no sistema fundiário, uma política mais sensata para os índios e modernização do Estado brasileiro. O velho Andrada merece uma atenção especial, porque ele e Bernardo Pereira de Vasconcelos, considerando-se os atores institucionais - e, nesse caso, ficam excluídos Frei

Caneca e os “rebeldes republicanos” - foram, a meu ver, as duas grandes personalidades políticas da década de 1820/1830. O ideal teria sido uma síntese ou fusão dos dois. Empregando a expressão de Pedro Octávio Carneiro da Cunha, José Bonifácio, no campo social, que ia além da abolição da escravidão, era um homem do futuro; por outro lado, no campo da política, das práticas parlamentares e democráticas, era um homem do passado. Vasconcelos era o contrário.

Por isso, permito-me discordar de Raymundo Faoro quando diz, relativamente à Câmara de 26, que “a ausência de José Bonifácio, banido da pátria, não criará sentimento de opressão ou de orfandade: o patriarca, exausto de seu papel político, caminha para o esquecimento, que o devora e aos seus inimigos”.⁽⁵⁾

Quase duzentos anos depois, com os seus erros e acertos, seguramente mais estes do que aqueles, quando considerados na perspectiva do projeto nacional e do desenvolvimento do País, José Bonifácio não foi esquecido e muitos dos problemas por ele intuídos continuam a desafiar a inteligência e a consciência nacionais.⁽⁶⁾ Apesar dessas contradições e ausências, a história do povo brasileiro vai-se desenvolvendo. “E la nave va”... São 175 anos de história parlamentar, entremeados de eleições censitárias e fraudadas, eleições a “bico de pena”, exclusão de analfabetos, períodos ditatoriais. Mesmo hoje, como se vê pelos meios de comunicação e estudos especializados, o Poder Legislativo no Brasil não oferece à sociedade um rol de realizações, procedimentos e debates dos mais estimulantes. É o ziguezague da história. Como ensinava Winston Churchill, “a democracia é a pior forma de governo, exceto quando comparada com as outras”.

Ruim com o Parlamento, pior sem ele. Sem ele, não estaríamos hoje discutindo novos horizontes e possibilidades no campo do Direito, da Filosofia e da Ciência Política, como novos mecanismos e procedimentos participativos e de construção da cidadania, o Processo Constitucional e o Devido Processo Legislativo. José Honório Rodrigues critica a omissão da grande maioria dos historiadores brasileiros quanto ao papel do Parlamento: a grande maioria das histórias do Brasil desconhece o papel do Parlamento que se aparece quando existiram crises, estados de exceção, guerras cívicas e se tornou necessária ou se conseguiu, sob pretextos variados, a concessão de recursos extraordinários e a suspensão das garantias constitucionais”.⁽⁷⁾

O Poder Legislativo cumpriu, apesar dos contratempos, papel fundamental na conformação do Estado Nacional brasileiro e na construção e consolidação das nossas instituições jurídicas e democráticas desde o período imperial. “a Câmara temporária, seria nesse quadro, o viveiro experimental do recrutamento dos estadistas...”⁽⁸⁾

A contrução nacional não é obra somente do Poder Executivo, mas também do Poder Legislativo, e foi durante o Império, durante o regime parlamentar, obra sobretudo do Parlamento.⁽⁹⁾

Distinguindo-se da tendência majoritária da nossa historiografia, Euclides da Cunha realça o papel da “primeira Assembléia Legislativa do Brasil, de 1826”.

Chama a atenção para o divórcio que logo se manifesta entre o imperador e a Câmara dos Deputados, com “o antagonismo crescente da segunda contra as ‘comissões militares’ que se alastraram pelo País, instituindo um regime de terror generalizado”. O autor de *Os Sertões* destaca o contraste entre a atuação ativa e independente da Câmara e a subserviência do Senado. Já numa linha de preocupações constitucionais, os deputados - Bernardo Pereira de Vasconcelos, Odorico Mendes e Limpo de Abreu - denunciaram os ministros da Guerra e da Justiça como réus da criação inconstitucional das “Comissões Militares”. No dia da votação, a Câmara ouviu “a palavra severa de Diogo Antônio Feijó: ‘A Constituição não pode marchar sem a responsabilidade do governo; voto, portanto, pela acusação dos ministros’”. Euclides distingue, como todos os demais autores que tratam do período, a figura de Bernardo Pereira de Vasconcelos, “vindo de Minas - uma alma titânica dentro de um arcabouço abatido e fistulado de moléstias - aparecia, surpreendentemente, cedendo aos máximos arrancos de seu temperamento impetuoso ao ponto de ferir de frente a própria integridade do regime”. Euclides assinala, ainda, a presença, na primeira Câmara, de Odorico Mendes, José Custódio Dias, Lino Coutinho e, “predestinado a tornar-se maior do que todos”, Diogo Antônio Feijó”.⁽¹⁰⁾ O padre paulista teve, de fato, destacada presença na Câmara e, sobretudo, no período regencial. Mas, como se depreende da monumental obra de pesquisa de José Honório Rodrigues⁽¹¹⁾ e, a partir do segundo volume, em parceria com Leda Boechat Rodrigues e com a colaboração de Octaviano Nogueira e de outros depoimentos, como os de Joaquim Nabuco,⁽¹²⁾ Octávio Tarquínio de Sousa,⁽¹³⁾ Raymundo Faoro,⁽¹⁴⁾ José Murilo de Carvalho,⁽¹⁵⁾ Alfredo Valadão⁽¹⁶⁾ e Zahidé Machado Neto,⁽¹⁷⁾ foi Bernardo Pereira de Vasconcelos o grande arquiteto que deu as linhas e coordenadas mestras e iniciais para a construção do imponente e inacabado edifício das nossas instituições parlamentares e democráticas. Em síntese: Bernardo fundou o Poder Legislativo no Brasil e lançou as bases do Devido Processo Legislativo. Verdade que, na Câmara de 26, outras personalidades marcariam o período imperial, além de Bernardo, Feijó e os demais citados por Euclides da Cunha; lá estavam, entre outros, Vergueiro, um dos homens mais equilibrados e instigantes do período, Araújo Lima - o futuro Marquês de Olinda, Limpo de Abreu. Mas este trabalho, como disse, ater-se-á basicamente em Bernardo de

Vasconcelos, em face de sua competência e atividades no campo do Direito, especialmente nos projetos de organização do Poder Judiciário, do Código Criminal, do Ato Adicional e, sobretudo, por seu empenho vigoroso em afirmar o primado da Constituição.

Bernardo foi um homem controverso e rigorosamente condicionado, do ponto de vista social e econômico, pelos limites da época e da realidade brasileiras.

Dotado, entretanto, de superior inteligência e refinada ironia que, não raro, resvalava para o sarcasmo, soube, como José Bonifácio, escapar ao ridículo de certas situações, como os títulos nobiliárquicos. Soube também transcender determinadas circunstâncias e questionar, quando não criticar dura e sarcasticamente, certos modelos e padrões culturais vigentes no seu tempo, como, por exemplo, os cursos de Direito.

“Estudei Direito Público naquela Universidade (Coimbra) e por fim saí um bárbaro: foi-me preciso até desaprender. Ensinaam-me que o Reino de Portugal e acessórios era patrimonial; umas vezes sustentavam que os portugueses foram dados em dote ao Senhor D. Afonso I, como se dão escravos ou lotes de bestas, outras vezes diziam que Deus, no campo de Ourique, lhes dera todos os poderes e à sua descendência; umas vezes negava-se a existência das Cortes de Lamego, outras confessava-se a existência, mas negava-se a soberania que os povos nelas exerceram; dizia-se que aquela e as outras assembléias da nação portuguesa tiveram de direito e de fato um voto consultivo; o direito de resistência, esse baluarte da liberdade, era inteiramente proscrito; e desgraçado quem dele se lembrasse! Estas e outras doutrinas se ensinam naquela universidade, e por quê? Porque está inteiramente incomunicável com o resto do mundo científico. Daí vinha que o estudante, que saía da Universidade de Coimbra, devia, antes de tudo, desaprender o que lá se ensinava e abrir nova carreira de estudos”.⁽¹⁸⁾

Os biógrafos e estudiosos da vida e da obra jurídico-política de Vasconcelos, mesmo os mais entusiasmados com o seu talento e o papel que cumpriu na história da nossa Pátria, como Octávio Tarquínio, não desconsideram as suas contradições e a defesa nua e crua - pelo menos era despojada de metáforas e farisaísmos - que fazia do regime escravagista. Na sessão de 3 de julho de 1827, Bernardo faz um pronunciamento condenando o tráfico e, no limite, questionando a própria escravidão: “Demonstrar que o tráfico da escravatura é reprovado pela santa religião que professamos e ofensivo aos imprescritíveis e sagrados direitos da natureza, seria manifesta injúria às altas luzes e reconhecido liberalismo desta augusta Câmara.”

(...)

“O nosso interesse na maior produção que oferece o trabalho por escravos, menos pode coonestar esta injustiça: o útil e o justo devem ser sempre inseparáveis.

“Só não tem força e robustez o brasileiro que foge ao trabalho. De mais, o homem livre produz mais que o escravo, segundo os cálculos dos economistas; os escravos, senhores, não têm o estímulo da recompensa, nem segurança em seu estado, e o temor do castigo não pode suprir a estas faltas”.

As denúncias e imagens que apresenta dos “navios negreiros” fazem lembrar os versos inesquecíveis e permanentes de Castro Alves nos poemas *Navio Negreiro* e *Vozes d’África*, resgatados e musicados pelo talento versátil e surpreendente de Caetano Veloso no seu disco *Livro*.

“E como seremos constitucionais, como guardaremos as fórmulas protetoras das liberdades públicas, se no recinto de nosso domicílio exercemos o mais absoluto despotismo? Ah! Senhores, imitemos os estados americanos; o Brasil é hoje o único país do globo que ainda prossegue neste comércio; mudemos de conduta a respeito dos africanos, em tudo nossos semelhantes...

(...)

A fome, a devastação e a guerra são os bens que estes especuladores levam àqueles desgraçados habitantes. Que merecem pois?

Nossos semelhantes roubados ou comprados, são atirados no porão dos navios; parte morre de sede e peste; parte é lançada ao mar como mercadoria avariada em ocasião de contágio, e a outra parte que sobrevive a tantas atrocidades satisfaz sua avareza em nossos mercados”.⁽¹⁹⁾

O mesmo Vasconcelos que pronunciava essas palavras na sessão de 3 de julho de 1827 propunha, em 1828, que se representasse à Assembléia Geral do Império sobre os inconvenientes da abolição da escravatura. Em conversas com o pastor inglês Walsh, advogava a causa do tráfico de escravos e “defendia a escravidão em princípio, visto que sustentara que não estava provado que ela desmoralizasse um país no grau em que pretendiam os seus opositores, bastando que se estabelecesse paralelo entre o Brasil e as nações que não têm escravos”.⁽²⁰⁾

Se mudou de opinião na questão dos escravos, em nome do realismo político e do que é possível fazer,⁽²¹⁾ também na questão política Vasconcelos fez um giro completo, saindo das fileiras liberais, onde fora combatente e líder nos anos vinte, para o campo regressista, tomando-se destacado porta-voz dos conservadores e um dos ideólogos, com Paraná, Uruguai, Euzébio, Itaboraí, do Tempo Saquarema. Bernardo justificou essa mudança num texto que se tornou clássico na literatura política brasileira. Se pode ser questionado pelo que traz de autocomplacência ou até mesmo de cinismo, vale como retrato de uma época e pela elegância inexecedível do estilo:

“Fui liberal; então a liberdade era nova no País, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo

ganham e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora o risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista. Não sou trânsfuga, não abandono a causa que defendi, no dia do seu perigo, de sua fraqueza: deixo-a no dia que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete. Quem sabe se, como hoje defendo o País contra a desorganização depois de o haver defendido contra o despotismo e as comissões militares, não terei algum dia de dar outra vez a minha voz ao apoio e à defesa da liberdade? Os perigos da sociedade variam: o vento das tempestades nem sempre é o mesmo: como há de o político, cego e imutável, servir o seu País?"

Mas voltemos ao combativo Vasconcelos dos anos vinte, que defendia o Parlamento e a Constituição. Em quase todos os seus pronunciamentos e projetos havia uma constante preocupação com o respeito e o cumprimento das Normas constitucionais.

A sua fidelidade rigorosa à Constituição e a sua dignidade em face do poder imperial se expressam no discurso de saudação ao imperador pronunciado no dia 7 de setembro de 1828:

"Um só desejo concentra hoje todos os desejos do Brasil - Constituição -, um só eco retumba hoje do Oiapoque ao Guaporé - Constituição -, um só sentimento reúne hoje os representantes da Nação - Constituição -: Constituição é a alma da vida política de V. M. Imperial".

Estava lançado o slogan "Viva o Imperador... enquanto Constitucional".

Já na sua primeira intervenção parlamentar, questionava decisão do Senado, invocando dispositivo constitucional. Houve discordância entre as duas Casas em torno do artigo 7, o do formulário de recepção do imperador, que mandava colocar cadeiras de ambos os lados do Trono para a Corte de S. Majestade. "Na impossibilidade de um acordo, coube a Dom Pedro decidir a favor do artigo proposto pelo Senado, admitindo assentos para a Corte".⁽²²⁾ Bernardo, com o apoio de Vergueiro, questiona a decisão do Senado - "O Senado infringiu manifestamente um dos artigos da Constituição" - e do próprio imperador: "Sua Majestade, pela Constituição, deve sancionar ou suspender as resoluções tomadas em ambas as Câmaras juntamente, mas na Constituição se não acha artigo algum, pelo qual possa o mesmo Senhor decidir questões que se suscitem entre elas. É, portanto, minha opinião, que devemos protestar contra esta decisão da Câmara dos Senadores, por ser contrária à Constituição do Estado".⁽²³⁾

O pano de fundo da discussão eram as relações entre a Câmara e o Senado e entre estes e o imperador, seus ministros e súditos. Lembremos que, à exceção da Constituinte dissolvida pela força de um golpe de Estado, o País não possuía, no plano da representação nacional, nenhuma tradição ou

experiência. Estava-se começando da estaca zero. A preocupação inicial e central de Vasconcelos, como nos ensina José Murilo de Carvalho, "foi colocar em funcionamento a monarquia representativa, acabar com os resíduos do absolutismo ainda vigentes na cabeça e nas práticas do imperador, de seus ministros e até mesmo nas leis. (...) Era uma luta por idéias, mas também por regras, procedimentos, rituais".⁽²⁴⁾

Nas suas preocupações com os procedimentos e com "a importância dos regimentos internos das Assembléias Legislativas" manifestam-se, ainda que de forma incipiente, mas eficaz, as primeiras divisões do Devido Processo Legislativo:

"Novo erro cometeu o Senado, pedindo ao governo a decisão de um ponto de cerimonial, que devia ser marcado pelo regimento interno, na forma prescrita na Constituição, artigo 20 (...). A Constituição principia no artigo 52 a prescrever o modo pelo qual as leis devem ser propostas, discutidas e sancionadas (...); declara no artigo 61 a maneira pela qual devem ser aprovadas, ou rejeitadas as emendas que uma Câmara tiver oferecido ao projeto remetido pela outra Câmara (...); interprete o Senado a Constituição não por artigos separadamente, mas combinando os artigos uns com os outros".⁽²⁵⁾

As modernas teorias da democracia têm ressaltado a importância dos procedimentos que permitem a igualdade de oportunidades e de participação e estabelecem as regras do jogo que garantem os direitos da(s) maioria(s), mas preservam igualmente os direitos fundamentais da(s) minoria(s), assegurando-lhe(s) as possibilidades concretas e materiais de se tornarem maioria. Esses procedimentos, sejam na esfera do Judiciário e do Executivo (Devido Processo Legal), sejam na esfera do Legislativo (Devido Processo Legislativo), sejam na esfera das organizações não-governamentais e da sociedade civil, devem estar pautados pelos princípios e normas constitucionais. Vasconcelos, como vimos, teve uma clara intuição da importância desses procedimentos legislativos à luz dos comandos constitucionais. Octávio Tarquínio de Sousa não foi indiferente a essa dimensão procedimental nas atividades do nosso primeiro e efetivo intérprete da Constituição.

E não só debatia incansavelmente os grandes assuntos que se suscitavam, como era fértil em propostas e indicações sobre questões de ordem e interpretações regimentais, interessado no fundo, na essência da obra que a Câmara realizava, e também na técnica legislativa, na melhor elaboração das leis, na sua clareza e precisão.

Uma das primeiras e mais renhidas batalhas travadas por Bernardo de Vasconcelos para dar corpo e alma ao Parlamento e garantir a Constituição foi com os ministros do imperador, para que se tornassem responsáveis e prestassem contas dos seus atos.

Dizia ele: “Um dos principais deveres da Assembléia Geral é o de velar a guarda da Constituição e das leis (...). A lei da responsabilidade dos ministros de Estado e dos conselheiros de Estado (...) é a medida mais profícua que se podia tomar para promover o bem geral; sem tão importante lei todas as outras seriam inúteis, e a mesma Constituição seria impunemente violada, como o tem sido até agora”.⁽²⁶⁾

Antes mesmo de confrontar os ministros, ousa ferir uma questão considerada, se não sagrada, pelo menos como dogma: as falas do trono. “Com que admiração, Sr. Presidente, não tenho ouvido a dois ilustres membros da Comissão, e a outros srs. Deputados, que a fala do trono não pode ser discutida, ou que a sua discussão deve ser em termos genéricos”.⁽²⁷⁾ Vasconcelos apresenta a sua compreensão do delicado tema: “As falas do trono foram sempre consideradas como atos ministeriais; suas decisões são sempre na presença dos ministros, a cujo cargo está explicá-las e defendê-las como qualquer proposta do governo”.⁽²⁸⁾ A partir daí cobra, com rigor, mais do que informações, a presença dos ministros: “Negaram-nos as precisas informações com o pretexto de inconstitucionalidade, como se o pedirmos bases para o desempenho de nossos deveres fosse oposto à Constituição, como se eles fossem capazes de nos negarem informações para o fim de não infringirem a Constituição, que tão pouco amor lhes merece. Não vieram a esta Casa nem nos casos expressos da Constituição (...). Mas em vão esforçam-se eles por mostrar a inutilidade do corpo legislativo! Loucos! Como existirá o Brasil sem representação nacional?”⁽²⁹⁾

No dia 28 de maio de 1826 apresentou o Projeto de Lei sobre a Responsabilidade dos Empregados Públicos. Subscriviam o projeto Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Ricardo da Costa Aguiar de Andrade, este com restrições.

O projeto era composto do Título, da Responsabilidade dos Empregados em Geral, com cinco artigos: Título II, Dos Crimes e Erros dos Empregados Públicos, com 19 capítulos e 96 artigos; Título III, Do Processo de Responsabilidade, com três capítulos e 33 artigos.

Visava a regulamentar, conjuntamente, os arts. 133, 134 e 156 da Constituição. Projeto ousado, de avançado corte democrático, alcançava todos os funcionários públicos: ministros, conselheiros, magistrados e “todos os empregados de qualquer classe”. Era um corte direto e horizontal, fundado no princípio da igualdade de todos perante a lei. José Lino Coutinho, Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque e, mais uma vez com restrições, José Ricardo da Costa Aguiar de Andrade, apresentam projeto estabelecendo a responsabilidade específica dos Ministros e Secretários de Estado sob o argumento de que o art. 134 diz expressamente “que uma lei particular especi-

ficará a natureza dos delitos dos Ministros de Estado, e a maneira de proceder contra eles”. A rigor, como reconhece Almeida de Albuquerque, o projeto visava a preservar os ministros e estabelecer uma espécie de foro privilegiado: “Esta classe de delitos dos Ministros e Secretários de Estado é particularíssima, e não deve jamais ser confundida com as das mais autoridades públicas”.⁽³⁰⁾ Lino Coutinho é mais explícito ao dizer que a Constituição estabelece clara diferença entre os empregados da primeira e os da segunda hierarquia, entre os Conselheiros e Ministros de Estado e os funcionários subalternos.⁽³¹⁾

Vasconcelos, como sempre, busca na Constituição os fundamentos do seu projeto. Mas a sua interpretação (ou hermenêutica, como ele próprio gostava de dizer) da Constituição se faz a partir de um visível e admirável enfoque, nesse aspecto mais do que liberal, moderno e democrático:

“... é a Constituição a base dos meus argumentos. A Constituição, Sr. Presidente, não determina uma lei particular para regular a responsabilidade dos Ministros e Conselheiros de Estado, nem da sua letra se pode derivar tal inteligência [...]. Porque, quando a Constituição trata dos Ministros de Estado, diz que são responsáveis pelos atos de sua jurisdição; o mesmo determina quando regula o Conselho de Estado; o mesmo acerca dos juizes, o mesmo, finalmente, a respeito de todos os empregados de qualquer classe [...].

“Não descubro esta distinção, que o ilustre Deputado insinua, entre os atos do Ministério, e Conselho de Estado, e os das outras classes de funcionários públicos.

Todos servem à mesma Nação, e dela recebem estipêndio; e se os Ministros exercem uma parte da soberania nacional, os magistrados também representam um dos poderes políticos, e nem por isso deixam de estar sujeitos à lei geral da responsabilidade, pela Constituição.

“Não há, portanto, implicância alguma em que uma mesma lei compreenda a uns e outros, e a todos os empregados da Nação, quando se trata de os responsabilizar pelas suas ações; antes é muito conforme esta teoria com o princípio de que a lei é geral para todos”.⁽³²⁾

Implicância podia não haver, mas Vasconcelos estava determinado a enquadrar os ministros, e através deles o próprio imperador, restringindo os limites e atribuições do Poder Moderador, e a implantar no País o regime parlamentarista.

Vasconcelos quer que o art. 12 - “Todos estes poderes no império do Brasil são delegações da Nação” - se traduza efetivamente na soberania da Nação: “É princípio sabido que a soberania reside essencialmente na Nação, que se pode dar ao governo que mais entende convir aos seus interesses e felicidade; a nossa Constituição, declarando que todos os poderes são delegados da

Nação, proclamou o princípio da sua soberania".⁽³³⁾ Os debates são ricos e acalourados. Bernardo mais explicita a sua posição: "Seria justo que o Ministro de Estado, ou outro grande funcionário sofresse a simples pena de perdimento do emprego, ou de prisão por aquele mesmo delito, pelo qual outro empregado de menos consideração fosse conduzido ao cadafalso?" Bate forte também na magistratura, que podia não ter as garantias ensejadoras do Processo Constitucional e do Devido Processo Legal, mas tinha, e já naquela época preservava com forte espírito corporativo, os seus privilégios: "Os Desembargadores são isentos de responsabilidade; eis aí uma classe privilegiada [...]; os juízes de fora e outros Magistrados trienais também são invioláveis de fato [...] porque os Magistrados também têm o seu ponto de honra: um colega nunca deve morrer nas unhas de outro colega".⁽³⁴⁾

Mesmo parlamentares de tendências mais liberais, como Sousa França, resistem ao projeto: "A Constituição é clara e, por consequência, o projeto assinado pelos Srs. Vasconcelos e Vergueiro excede os limites por ela marcados, ainda que não vá contra a sua literal inteligência". Sousa França propõe que se divida o projeto em dois títulos, "dos quais um fosse dedicado unicamente à responsabilidade dos Ministros e Conselheiros de Estado, e o outro aos demais empregados públicos".⁽³⁵⁾ Vasconcelos, com o sóbrio e elegante apoio de Vergueiro, resiste, sobretudo, quando querem retirar da Câmara a responsabilidade na acusação e julgamento dos Ministros de Estado, vinculando a acusação ao Procurador da Coroa e o julgamento ao Senado: "Os Deputados da Nação devem ter mais conhecimentos dos altos problemas políticos, que podem considerar-se crimes de um Ministro, do que um Procurador da Coroa, que pode não entender, senão de algum título do digesto, e que não está ao fato dos negócios".

Valoriza o Legislativo, recuperando as suas responsabilidades e deveres e sempre atento em limitar os espaços do Poder Executivo: "Os Deputados são eleitos pela Nação, e devem esmerar-se no desempenho de seus deveres: neles haverá a necessária coragem para estas acusações; o Procurador da Coroa é criatura do Poder Executivo, e dele depende; o seu desempenho será pois agradar aos Ministros; este é, ao menos, o modo porque devemos considerar este emprego".⁽³⁶⁾

Aprovado pela Câmara e encaminhado ao Senado, o projeto de lei sobre a Responsabilidade dos Ministros e Conselheiros de Estado originou a Lei de 15 de outubro de 1827. Com base nessa lei, Bernardo de Vasconcelos e a Câmara viveram momentos de inspiração e grandeza.

Ocorreu em Pernambuco um incidente envolvendo pouco mais de setenta pessoas. Não se podia falar em levante, dado o pequeno número de participantes e os limitados desdobramentos do ocorrido. Esse reduzido grupo

de pessoas, protestando contra violências policiais no Recife, promoveu, na noite de 1º de fevereiro de 1829, desordens de rua em Afogados, arrombando a Cadeia de Santo Antônio, dando vivas à República e incitando a população. Como esta não aderiu ao frágil movimento, os rebeldes fugiram para o interior do Estado. A repressão foi violenta e desproporcional, as garantias constitucionais foram suspensas e criou-se uma Comissão Militar.

A Câmara, a requerimento de Holanda Cavalcanti, pediu ao governo informações sobre o que ocorrera em Pernambuco no interregno parlamentar. A Fala do Trono fez vagas referências ao ocorrido em Pernambuco, "onde um partido desorganizador ousou levantar a voz da rebelião, contra a qual o governo foi obrigado a tomar medidas extraordinárias".

Vasconcelos requereu "que se exigisse do ministro o cumprimento do § último do artigo 179 da Constituição, a fim de que a Câmara chegasse a um perfeito conhecimento das medidas tomadas sobre os acontecimentos políticos na província de Pernambuco". A hermenêutica - para usar a expressão utilizada por Lino Coutinho nos debates parlamentares sobre o assunto - do § 35 exige a sua vinculação ao § 34. Ei-los: "Os poderes constitucionais não podem suspender a Constituição no que diz respeito aos direitos individuais, salvo nos casos e circunstâncias especificadas no parágrafo seguinte.

"Nos casos de rebelião ou invasão de inimigos, pedindo a segurança do Estado que se dispensem por tempo determinado algumas das formalidades que garantem a liberdade individual, poder-se-á fazer por ato especial do poder legislativo.

Não se achando, porém, a esse tempo reunida a assembléia, e correndo a pátria perigo iminente, poderá o governo exercer esta mesma providência como medida provisória e indispensável, suspendendo-a imediatamente que cesse a necessidade urgente que a motivou; devendo em um e outro caso remeter à assembléia, logo que reunida for, uma relação motivada das prisões e de outras medidas de prevenção tomadas; e quaisquer autoridades que tiverem mandado proceder a elas serão responsáveis pelos abusos que tiverem praticado a esse respeito".

A resposta do Ministro da Justiça, Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, confirmava a fragilidade do pretenso levante e o rigor das medidas tomadas sem observância dos preceitos constitucionais.

O parecer da Comissão de Justiça propunha uma solução intermediária: isentar de culpa o Ministro da Justiça e incriminar o Ministro da Guerra. Vasconcelos discorda do parecer na parte em que exculpava o Ministro da Justiça, "tão criminoso ou mais do que o Ministro da Guerra", e requer a nomeação imediata da comissão especial de denúncia, de acordo com a lei de responsabilidade. Foi eleito membro da comissão especial com quase o

dobro dos votos (trinta) obtidos pelos outros dois integrantes da comissão, Galvão e Lino Coutinho.⁽³⁷⁾ Estava armado o cenário para um dos mais ousados momentos da história do Parlamento brasileiro. No epicentro da crise, agigantou-se a figura do contraditório e fascinante político mineiro. Euclides da Cunha precisa o grande momento: “Destarte o antagonismo entre a opinião nacional e o governo era irremediável; e na legislatura de 1829 atingiu ao ponto crítico. Bernardo de Vasconcelos, o Mendes e Limpo de Abreu denunciaram os Ministros da Guerra e da Justiça como réus da criação inconstitucional das “Comissões Militares”. Atacava-se de frente a ortodoxia governamental. As sessões transcorreram tumultuárias, ruidosas [...]”

“Estávamos como nos grandes dias da Convenção...”

Condenando as Comissões Militares, “desconhecidas em nossa legislação”, Bernardo faz atualíssima crítica aos tribunais militares: “Cada um na sua profissão. Os militares são instituídos para defender a Pátria com as armas na mão; neste exercício se fazem credores do reconhecimento nacional; serão, porém, também aptos para julgar? Ah! Não: alheios aos conhecimentos jurídicos, à prática do foro, seus juízes não têm por si a presunção da lei”.⁽³⁸⁾ Bernardo faz da Constituição a sua trincheira: “... não posso deixar de reconhecer no Ministro da Justiça o mais decidido propósito de calcar aos pés a Constituição do Império.

Na falta dos argumentos expedidos contra o parecer da Comissão, sobrava para a sua rejeição o refletirmos que o Ministro suspendeu, não algumas, mas todas as garantias da liberdade individual contra a expressa disposição da Constituição.

Embora a Comissão o justifique pela referência do decreto à Constituição, combine-se o decreto com a Constituição e o crime do Ministro mais manifesto se torna. Quando a necessidade urgente obriga à suspensão de garantias, cumpre fixar muito positivamente qual é a que se suspende (...); aliás, o executor não sabe como se há de conduzir, pois que expressamente se lhe não designam as medidas de prevenção que deve pôr em prática”.⁽³⁹⁾

Insiste o parlamentar desabusado na “inconstitucionalidade” (ou “anti-constitucionalidade”) dos atos praticados pelo Ministro da Justiça. Nos seus pronunciamentos, o termo surge reiteradas vezes. Mais freqüente, ainda, a expressão “garantias constitucionais”.

Nos debates constitucionais, quando da denúncia contra o Ministro da Guerra, já se vislumbra o estudioso das teorias presentes na época, ensejadoras das novas concepções do Direito Criminal. Bernardo de Vasconcelos, como se sabe é grande mentor do nosso primeiro código: “A letra da Constituição não reconhece juízo que não seja estabelecido em lei anterior, proscreve comissões especiais tanto cíveis como crimes, e é de sua intenção que ninguém será

julgado por juízes, em cuja escolha não tenha tido parte ao menos indireta, como a que se exerce pelas recusações peremptórias no juízo dos jurados”.⁽⁴⁰⁾

Na famosa “Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais”, Vasconcelos fundamenta juridicamente suas críticas veementes às comissões militares. Nesse texto, como em muitos outros, constata-se a preocupação com procedimentos diretamente relacionados às garantias constitucionais e ao devido Processo Legal: “Para punir algumas províncias, foram suspensas as garantias constitucionais; criaram-se comissões militares contra as leis e a Constituição; e a liberdade e vida de milhares de famílias brasileiras foram postas à discrição de militares, bravos sim, e cobertos de glória marcial, mas alheios à prática de julgar. (...)”

(...) A história judiciária basta a convencer-nos de que o juiz conhecido antes do ato de julgar nem sempre se guia pelas leis e pela razão natural; todos os pleitos não são inacessíveis às paixões e à corrupção; e muito custa resistir aos embates do poder, empenhado nas decisões judiciais: mas o pior de todos os juízes é o escolhido pelo governo para sentenciar os que considera seus inimigos; entre juízes assim escolhidos e assassinos, uma só diferença noto: e é que os primeiros matam com os aparatos judiciários e, sem estes, os segundos. E como em um século de luzes, e no regime constitucional se ousa abreviar as fórmulas dos processos? Por que nos objetos insignificantes há o maior escrúpulo, recomenda-se cuidadosamente a observância das leis e das fórmulas, e nenhum escrúpulo há, nenhuma fórmula sequer, quando se ventila sobre a liberdade e a vida do cidadão? As fórmulas demoram algum tanto os processos, mas elas garantem a inocência; sem elas não pode haver justiça sobre a terra”.⁽⁴¹⁾

O imperador, sempre imaturo, parcial e desatento à dignidade de seu cargo, envolveu-se pessoal e diretamente no processo contra os ministros. A idéia de um novo golpe, à semelhança de 23, deve ter-lhe passado pela cabeça. Mas os tempos eram outros. E Bernardo se antecipa a qualquer ação golpista recordando a Constituinte dissolvida por “criminosa, violenta prepotência, as prisões cheias, as deportações”. O remédio para evitar que se repetisse a situação não era a moderação, as concessões fáceis e pusilânimes. Impunha-se a punição rigorosa do delito, da ofensa à Constituição. Ousado, conha-se a punição rigorosa do delito, da ofensa à Constituição. Ousado, confrontando e medindo forças indiretamente com o próprio imperador, para demarcar-lhe o campo de ação e do Poder Moderador e garantir a eficácia da Constituição, Vasconcelos esgota argumentos constitucionais e jurídicos na acusação dos Ministros.⁽⁴²⁾

O governo, comprando e corrompendo, ganhou.⁽⁴³⁾ Vitória de Pirro! A sorte de Dom Pedro I estava selada. A Câmara se impusera ao respeito da Nação; fizera sentar no banco dos réus “o governo transgressor da Constituição e das leis”.⁽⁴⁴⁾

Bernardo Pereira de Vasconcelos tratava com argúcia e competência os mais variados temas. A sua âncora era sempre a Constituição. Alguns desses temas são de grande atualidade. A questão orçamentária e, mais especificamente, do crédito suplementar, por exemplo. As leis orçamentárias no Brasil, das diretrizes constitucionais aos orçamentos anuais, passando pelos Planos Plurianuais e Leis de Diretrizes Orçamentárias, continuam, em boa medida, sendo peça de ficção. Naquele tempo, competia à Câmara decretar impostos. Bernardo, em parecer de 1828, aconselhava seus pares que mantivessem em toda a plenitude esse dispositivo constitucional, não consentindo em inversões, ainda que simuladas.⁽⁴⁵⁾

Adverte duramente o Ministro da Fazenda porque tomou a iniciativa sobre impostos.

“Eis uma proposta inconstitucional (...). Havemos de estar ensinando ao Sr. Ministro a sua obrigação! Há de a Assembléia converter-se em escola de ministros?

Diz o artigo da Constituição que é privativo da Câmara”. Vasconcelos questiona até a linguagem do ministro, que “não é constitucional”.⁽⁴⁶⁾

Exige do governo a autorização, prevista na Constituição, da Assembléia Geral para contrair empréstimos e argúi a inconstitucionalidade dos empréstimos contraídos ao arrepio dos dispositivos constitucionais. Astuto e sempre determinado na afirmação do Poder Legislativo, dependente de convocação do governo, desenvolve um raciocínio surpreendente para sensibilizar seus pares: “Não falarei na opressão que sofrem os povos com o livre arbítrio dos empréstimos; direi só que este artigo da Constituição, que há pouco citei, é um dos maiores garantes da convocação da Assembléia e todos os anos, porque o governo, necessitando de dinheiro, há de convocar a Assembléia. Este é o artigo da nossa garantia: é o principal artigo”.

O problema da dívida e dos empréstimos externos é antigo. Bernardo deixou uma boa lição: “E digo que fique reputada como dívida pública, que temos contraído, porque excluo o empréstimo de Londres. Este empréstimo, segundo os cálculos que tenho feito, é anticonstitucional, não pode ser aprovado. Façamos aos ingleses o que eles fariam à nossa Nação; nunca o Parlamento inglês quereria aprovar um empréstimo contraído contra o que manda a sua Constituição”.⁽⁴⁷⁾

A questão cisplatina e as guerras ao longo do Rio da Prata estão relacionadas com os temas do recrutamento e da contratação de soldados mercenários na Europa. Como vimos, as propostas de impostos e recrutamento deviam sempre ter origem na Câmara dos Deputados. Esta decidiu que a força de trinta mil homens já decretada era suficiente para as necessidades do momento. O Senado, subserviente, propôs uma emenda aumentando o número

em mais três mil e violando a Constituição, porquanto penetrava nas competências privativas da Câmara. Ademais, o governo andava promovendo recrutamentos forçados pelo interior do País. Bernardo, iniciando “sua extraordinária carreira parlamentar”, contrapõe forte resistência legal aos “ensaios ditatoriais de D. Pedro I”: “Não admitimos a mais leve infração da Constituição; este artigo é ainda mais importante que o dos impostos; o recrutamento é também um imposto, e de que natureza? É uma imposição sobre a liberdade, o sangue e a vida dos nossos concidadãos. Não consintamos que o Senado infrinja a Constituição (...). O que os povos precisam é de que se lhes guardem as garantias constitucionais; que as autoridades os não veem, que os não espoliem, que se lhes não arranquem seus filhos para com eles se fazerem longínquas guerras (...). Muito perigoso é acostumar o soldado a olhar seu concidadão como inimigo; acostumem-se eles a repelir inimigos e a respeitar os cidadãos”.⁽⁴⁹⁾

A cultura jurídica de Bernardo de Vasconcelos, a despeito da Universidade de Coimbra, levou-o a ocupar-se de temas e questões mais especificamente vinculados à área do Direito, como a criação dos cursos jurídicos, do Supremo Tribunal de Justiça e do Código Criminal. Defende, como fizera Cairu na Constituinte, que o nosso primeiro curso jurídico fosse instalado no Rio de Janeiro.

As razões com que fundamentava e justificava sua proposta revelam preocupações constitucionais e o seu realismo e conhecimento da realidade brasileira daqueles tempos. Defende que o curso seja implantado no Rio de Janeiro porque considera que a cidade tem mais recursos: livros, mestres, opinião pública “muito mais bem formada que nas outras províncias”, tipografias, bibliotecas.

Mas fere o nó da questão ao falar do clima de arbítrio e despotismo que ainda prevalecia nas províncias:

“Há também aqui uma proteção muito mais decidida do que nas províncias, onde ainda não pode raiar a liberdade, e onde o despotismo está em maior furor do que aqui. Quem é que se atreverá a explicar a Constituição em qualquer das nossas províncias? Um presidente com a maior facilidade manda agarrar um qualquer cidadão, e manda-o para aqui, dizendo que é demagogo e revolucionário; isto é o que todos nós temos visto, e estamos a ver. Lá faz-se só o que o presidente quer [...] os presidentes são os herdeiros dos capitães generais [...]. Por isso julgo que, para maior liberdade dos mestres e alunos, na explicação e desenvolvimento das doutrinas, convém que por enquanto se estabeleçam estas aulas no Rio de Janeiro.

Do contrário, não me admiraria, se soubesse que o presidente da província, onde estivesse o curso jurídico, tinha mandado em ferros para as fortalezas desta Corte, os professores, e os estudantes, como republicanos e incendiários

[...]

[...]

“Os presidentes não gostam muito dessa difusão de luzes: eles sabem muito [que] quanto mais luzes, menos mando absoluto, e mais quem note os seus erros e comportamentos”.⁽⁵⁰⁾

O futuro idealizador e responsável pela implantação do Colégio Pedro II destila o seu veneno contra o Direito português: “Porém, como temos de organizar um novo código, e há de finalmente chegar o tempo de acabar com esta legislação atual, que provisoriamente nos serve, parecia que por ora se pode muito bem escusar esta cadeira de história da legislação portuguesa, que nestes últimos cinquenta anos tem crescido e avultado tanto que o jurisconsulto mal pode ter notícia da lei, quanto mais da sua história! A nova legislação deve principiar quanto antes, se possível fosse do ano de 1827 por diante”.⁽⁵¹⁾

Embora leitor dos autores em voga na época - “Os amigos com que estou em contato são os Says, os Ganiilhs, os Benjamin Constants, os Bentham e os Henets, e outros políticos e financeiros que declaro serem escritores...”⁽⁵²⁾ - e considerasse Rousseau “infalível em matéria política”,⁽⁵³⁾ Vasconcelos inicia entre nós, talvez em decorrência do problema da escravidão, uma equívoca “tradição” de se buscar sempre uma adequação dos temas jurídicos mais universais a uma pretensa e específica realidade brasileira: a famosa democracia “brasileira” que tanto provocava a ira santa de Sobral Pinto.

Na prisão, na noite de 13 de dezembro de 1968, Sobral Pinto protestava: “Pode haver ‘peru à brasileira’, mas não ‘democracia à brasileira’”. A democracia pressupõe o respeito a certos valores e procedimentos universais. Essa ênfase nas chamadas “questões nacionais”, em detrimento de um intercâmbio maior e mais livre com outros povos e culturas, muito presente nos autores brasileiros de corte mais autoritário (Oliveira Vianna, Alberto Torres, Plínio Salgado, Francisco Campos, este mais especificamente no domínio do Direito) e que se tornou uma divisa do integralismo: “Soluções nacionais para problemas nacionais”, já se fazia notar em Vasconcelos, mais discretamente no princípio e mais visível nos tempos do “regresso”.

Afinal, conciliar liberalismo e escravidão, liberalismo e patrimonialismo com fortes ressaibos feudais impunha uma leitura própria e singular do ideário e princípios liberais. Assim, nos debates sobre os cursos jurídicos, o nosso primeiro grande jurista e parlamentar propunha conteúdos curriculares, procurando evitar, com elegância, o estudo do Direito Constitucional Comparado: “Também acho estas doutrinas sumamente necessárias, mas creio que há de haver grande dificuldade em estabelecer as cadeiras próprias, principalmente a de análise das constituições dos diversos governos, isto é mais fácil de imaginar, e propor, do que pôr em prática. Como em uma aula se não

de analisar todas as constituições existentes? Portanto, eu julgaria suficiente por ora a cadeira de análise da nossa Constituição...”⁽⁵⁴⁾ Evidente que há aí um sofisma: ainda hoje não se coloca para o Direito Comparado o desafio, quase impossível, de estudar todas as Constituições ou legislações específicas. Trata-se de confrontar algumas, as mais representativas; às vezes, não mais do que duas. Nem se exigiria, de professores e alunos, o rigor de Aristóteles no confronto das teorias (Platão, Falêas, Hipódamos) e das constituições (lacedemônios, cretenses, cartageneses).⁽⁵⁵⁾ Quem sabe o temor não seria do contágio da Constituição republicana dos EUA? Ou da França revolucionária?

Afora isso, voltava a brilhar a inteligência lúcida de Vasconcelos e a sua proposta curricular era interessante, considerando os padrões da época: direito natural, direito público, princípios gerais de legislação, direito das gentes, instituições canônicas (“há compêndios modernos da aceitação por conterem doutrinas puras e livres das trevas, com que a cúria de Roma tem procurado enredar esta ciência...”), análise da Constituição e direito pátrio. Vasconcelos se opõe com vigor ao projeto oferecido por Marcos Antônio Brício (Barão de Jaguarari), “porque não sei de que sirva ter estudado somente o direito natural e o direito das gentes - é o mesmo que nada saber”.⁽⁵⁶⁾

Outra iniciativa de vulto de Bernardo de Vasconcelos foi o projeto, apresentado em 7 de agosto de 1826, criando o Supremo Tribunal de Justiça, que se converteu em lei em setembro de 1828. O Supremo Tribunal de Justiça substituiu o velho Desembargo do Paço e deu o primeiro passo na atribulada história do Poder Judiciário no Brasil. O projeto de Vasconcelos previa que o Supremo Tribunal de Justiça “será composto de treze juizes letrados, tirados das Relações, por suas antiguidades, e serão condecorados com o título de Conselheiro, usarão de beca e capa; terão o tratamento de Excelência e ordenado de 4:000\$000, sem outro algum emolumento ou propina. E não poderão exercer outro algum emprego, nem acumular outro algum ordenado ou subsídio ou coisa semelhante”.⁽⁵⁷⁾

Na fundamentada opinião de Octávio Tarquínio de Sousa, “era toda a organização da justiça que procurava renovar, tirando o seu caráter quase medieval com o privilégio pessoal do foro dos cavaleiros e outras velharias, ao mesmo tempo que propunha a publicidade dos julgamentos criminais”.⁽⁵⁸⁾

Importante salientar, mais uma vez, a atenção de Vasconcelos para com a Lei Maior. Ao apresentar o projeto, estava regulamentando os artigos 163 e 164 da Constituição. Antecipando, novamente, temas e conteúdos práticos que conformam a moderna concepção jurídica do Devido Processo Legal, Bernardo Pereira de Vasconcelos apresenta, precedendo o Código Criminal, um importante projeto de lei sobre a publicidade dos juizes criminais.

Na justificativa, o autor afirma que o projeto “trata de tornar públicos os relatórios dos juízes em última instância, as alegações das partes e as sentenças”. Insiste que pretende “a maior publicidade possível em todos os atos do processo”. Inferia, citando exemplos históricos como a Inconfidência Mineira, que “dos relatórios feitos no segredo da inquisição têm resultado as mais danosas e revoltantes injustiças”.

Nessa linha, dispunha o projeto:

“Art. 1: No dia apazado para as sentenças finais em última instância, serão os réus ou seus procuradores (nos casos em que tiverem lugar) admitidos à sala em que se acharem os juízes que hão de proferir as sentenças. O mesmo será permitido ao autor, e seu procurador.

“Art. 2: A sala será quanto possível espaçosa, e terá assentos para os espectadores que quiserem assistir ao ato; para o que o governo dará as necessárias providências.

“Art. 3: O juiz relator fará relatório escrito dos autos na mencionada sala, em presença de todos os espectadores, e das partes.

“Art. 4: Findo o relatório, dará o mesmo juiz relator a palavra às partes, declarando-lhes que podem notar com a maior brevidade todos os defeitos do relatório, e alegarem o direito que entenderem a seu favor.

“Art. 5: O juiz relator conferirá as notas das partes com os autos, e lerá em voz alta as falhas apontadas, para que se conheça se houve, ou não, o defeito argüido.

(...)

“Art. 8: Proferida a sentença, será lida pelo juiz relator em voz alta, na sala pública, em presença das partes, seus procuradores, e espectadores, e intimada pelo escrivão.

“Art. 9: A mesma forma se guardará para a decisão dos embargos.

“Art. 10: A sentença será impreterivelmente proferida na mesma sessão.

“Art. 11: Ao juiz relator compete dar a palavra às partes (...)”.⁽⁵⁹⁾

Finalmente, outra grande iniciativa do parlamentar mineiro foi o projeto do Código Criminal, “trabalho que por si só perpetuaria o seu nome e marcaria o progresso das idéias liberais, na sua maior expansão”.⁽⁶⁰⁾ O projeto, com emendas e acréscimos, tornou-se, em 1830, o Código Criminal do Império.

Bibliografia

- (1) SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, cit., p. 29; FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro*, p. 294.

- (2) FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994, p. 71.

- (3) Ibidem, p. 70-71.

- (4) Ibidem, p. 63.

- (5) FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*, v. 1, p. 295. Sobre José Bonifácio, conferir:

- (6) CARNEIRO DA CUNHA, Pedro Octávio. A fundação de um império liberal. In: *História geral da civilização brasileira*, t. II; O Brasil monárquico; v. 1; O processo de emancipação, p. 166-167; SOUSA, Octávio Tarquínio de. Bernardo Pereira de Vasconcelos, p. 162-163. RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*, v. 1; A evolução política, p. 189-193, 222-225, 273-287; COSTA, Emília Viotti da. José Bonifácio: mito e história. In: *Da monarquia à república*, p. 55-118; SILVA, Ana Rosa Clodet. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio*, cit.; SILVA, José Bonifácio de Andrada e Projetos para o Brasil. (Org.) Miriam Doehnikoff. São Paulo: Cia. das Letras; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro); *A rebeldia do patriarca*. Textos escolhidos. Publicação da Prefeitura Municipal de Santos, 1994.

- (7) RODRIGUES, José Honório. *O parlamento e a evolução nacional*. Brasília: Senado Federal, v. I, p. 1.

- (8) FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*, p. 291.

- (9) RODRIGUES, José Honório. *O parlamento e a evolução nacional*, p. 1.

- (10) CUNHA, Euclides. *À margem da história*, v. I, p. 381-382, (Obra Completa).

- (11) RODRIGUES, José Honório. *O parlamento e a evolução nacional*. Introdução histórica, p. 155-156, 166-167.

- (12) NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*, v. 1, p. 42-43.

- (13) SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, cit.

- (14) FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*, v. 1, p. 294-298.

- (15) CARVALHO, José Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Col. Formadores do Brasil, p. 16-17.
- (16) VALADÃO, Alfredo. *Da aclamação à maioria 1822-1840*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed.Nacional, 1939, p. 60, 65, 73, 101, 108-109.
- (17) MACHADO NETO, Zahidé. *Direito penal e estrutura social* (Comentário Sociológico do Código Criminal de 1830). São Paulo: Edusp, 1977.
- (18) SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, p. 25-26; VASCONCELOS, *Bernardo Pereira de*. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, p. 44.
- (19) Ibidem, p. 53-57. Normas constitucionais
- (20) SOUSA, Octavio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, p. 76-77
- (21) Ibidem, p. 50-53
- (22) RODRIGUES, José Honório. *O parlamento e a evolução nacional*. Introdução histórica, p. 23.
- (23) Ibidem, p. 24.
- (24) VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, p. 17. 25 Ibidem, p. 64-66.
- (25) Ibidem, p.64-66
- (26) SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, p. 39-40.
- (27) VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Organização e introdução de José Murilo de Carva-lho, p. 148.
- (28) Ibidem, p. 45.
- (29) Idem, ibidem.
- (30) RODRIGUES, José Honório; BOECHAT, Leda. Colaboração de Octaviano Nogueira. *O parlamento e a evolução nacional*, v. 3; A evolução política e os poderes do Estado. 1826-1840, t.

- II. Seleção de Textos Parlamentares. Brasília: Senado Federal, 1972, p. 17-18.
- (31) Ibidem, p. 20.
- (32) Ibidem, p. 19.
- (33) Ibidem, p. 81.
- (34) Ibidem, p. 22-23.
- (35) Ibidem, p. 25.
- (36) Ibidem, p. 29.
- (37) SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, p. 83-85.
- (38) RODRIGUES, José Honório; BOECHAT, Leda. Colaboração de Octaviano Nogueira v. 3; *A evolução política e os poderes do Estado*. 1826-1840, t. II. Seleção . O parlamento e a evolução nacional. Textos Parlamentares. Brasília: Senado Federal, 1972, p. 17-18 p. 49-50.
- (39) Ibidem, p. 60.
- (40) Ibidem, p. 89.
- (41) VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, p. 59-60.
- (42) RODRIGUES, José Honório; BOECHAT, Leda. Op. cit., v. 3, t. II, p. 41-104.
- (43) SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, p. 89.
- (44) Ibidem, p. 90
- (45) RODRIGUES, José Honório. *O parlamento e a evolução nacional*. Introdução histórica, p. 59
- (46) RODRIGUES, José Honório; BOECHAT, Leda. *O parlamento e a evolução nacional*, v. 2, t. II, p. 103.
- (47) Ibidem, p. 7.

(48) Ibidem, p. 82.

(49) RODRIGUES, José Honório. *O parlamento e a evolução nacional*. Introdução histórica, p. 52-55.

(50) VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, p. 42-43.

(51) Ibidem, p. 40.

(52) SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, p. 76.

(53) Ibidem, p. 54.

(54) VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, p. 41.

(55) ARISTÓTELES. *A Política*. Tradução Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: Ed. UnB, 1997, p. 35-75.

(56) VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, p. 40-41.

(57) RODRIGUES, José Honório; BOECHAT, Leda. *O parlamento e a evolução nacional*, v. 3, t. II, p. 3.

(58) SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, p. 62.

(59) VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, p. 49-52.

(60) SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, p. 59.



RECORDANDO AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO

Professor Raul Machado Horta*

A vida harmoniosa de Afonso Arinos explica-se, em grande parte, pela formação que recebeu e o ambiente em que viveu. Desde muito cedo, habituou-se ao convívio e ao conhecimento de grandes personalidades, no Brasil e no exterior. Frequentou a Europa em plena belle époque, recebendo as idéias e as influências do brilhante período, que prosseguiu no primeiro após - guerra de 1914-1918. Os anos da infância e do início da adolescência prepararam Afonso Arinos para o homem que viria a ser, com sua projeção cultural, política, literária e jurídica.

A bucólica Belo Horizonte do início do século, a cidade sertaneja, a que ele se referiu, foi o ponto de partida e a base de apoio. Daqui, Afonso Arinos saiu para o mundo, acompanhando o pai, o Embaixador e Deputado Federal Afrânio de Mello Franco, nas missões diplomáticas que o eminente homem público desempenhou na América Latina e na Europa. À cidade de Belo Horizonte Afonso Arinos retornou, para o ensaio da vida profissional, na experiência curta, mas proveitosa, de Promotor Público da Capital do Estado, durante o governo do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. A fixação do filho em Minas Gerais estava no projeto idealizado pelo Pai. Afonso, não obstante o acolhimento no Foro e da roda que se reunia em torno dele, nos idos de 1927, preferiu interromper o projeto, para voltar ao Rio e assim ficar mais próximo do amor que se prolongou vida afora, juntando o seu destino ao de Anah. A Belo Horizonte ele ainda ia voltar, depois da efêmera Promotoria, para, no seu clima ameno e propício, entregar-se ao repouso que a saúde reclamava. Vencido esse período, marcado pelo sofrimento, anos mais tarde novamente Belo Horizonte o atraiu, para o exercício de intensa atividade de jornalismo político, nos turbulentos anos pós 1930, quando dirigiu o Estado de Minas, a convite de Assis Chateaubriand, e depois, com Virgílio de

*Membro da Academia Mineira de Letras. Professor Catedrático Emérito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

Mello Franco, fundou e comandou a *Folha de Minas*, que se tornou órgão de oposição vigorosa ao então Interventor Benedito Valadares, nomeado por Getúlio Vargas, na vacância que decorreu da morte do Presidente Olegário Maciel. Getúlio, como se sabe, nomeando Benedito Valadares, desatendeu a Flores da Cunha, Interventor no Rio Grande do Sul, e a Osvaldo Aranha, Ministro da Fazenda do Governo Provisório, patronos ostensivos das candidaturas de Gustavo Capanema e Virgílio de Mello Franco, respectivamente.

Na fase belo-horizontina da Promotoria Pública e do jornalismo militante, Afonso Arinos já se afirmara como escritor de talento, compusera versos de poeta bissexto e se preparava, pelo conhecimento e experiência adquiridos na vida pública de Minas, para os embates que projetariam mais tarde o Político, o Parlamentar e o notável Orador da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

2. A vida de Afonso Arinos encerra constante compromisso com as Letras e a Política, mas, antes de se tornar o Político da estirpe republicana do Homem de Estado, Afonso Armas se impôs como Homem de Letras e Escritor. Lembrou Manuel Bandeira, no discurso de recepção a Afonso Arinos na Academia Brasileira de Letras, que a estréia do Afonso-poeta não foi alvissareira. Ela coincidiu com a autoria do “livro de tenebroso título - *Chaos*, grafado à antiga, com *ch*, para aumentar a confusão, com os defeitos da obra da juventude”⁽¹⁾

Mais tarde, os vagares da Promotoria Pública, em Belo Horizonte, permitiriam a Afonso Arinos aprimorar os dotes poéticos. Versos dessa quadra foram incluídos por Manuel Bandeira na Antologia de Poetas Brasileiros Bissextos Contemporâneos,⁽²⁾ como Nossa Senhora da Boa Viagem, que assim começava:

A Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem

(Que lindo nome para um barco a vela!)

Foi construída em 1765

Por ordem do senhor capitão mor das Minas

Para os povos do Curral Del Rey.

Nessa Igrejinha de janelas verdes

Eu me batizei.

A temporada que Afonso passou na Suíça, entre o início da primavera de 1931 ao fim do verão de 1932, reativou a poesia nos versos evocativos de Montana e nestas estrofes melancólicas da *Elegia de Paz* em Lausanne:⁽³⁾

Na manhã cinzenta de outono as folhas amarelas caem.

Bem sei que elas também caíam no tempo Lamartine e

de outros cidadãos que partiram com bilhete de primeira para a eternidade.

Doçura dos hotéis de estação onde ninguém se hospeda

E que entreabrem melancolicamente as janelas empoeiradas.

Estabilidade das pensões de família

(Conforto moderno e água corrente em todos os quartos!)

Os versos livres da *Elegia de Paz* findavam, exprimindo, um tanto hermeticamente, certas inquietações dos anos trinta:

Marcando inexoravelmente a grande hora vermelha.

No Sanatório de *Bella Lui*, Afonso teve a companhia solidária de Ribeiro Couto, que deixou a recordação desses dias de cura e repouso na Suíça, no belo *Cancioneiro de Dom Afonso*, dedicado a Afonso e Anah, onde figuram estes versos da *Elegia Civil*:

Afonso, ela é tão calma e branca, esta Suíça!

Dá vontade de ser pastor nas suas montanhas.

No entanto eu sei que no teu peito (e no meu peito)

Sua mão de enfermeira é fria, é fria.

Afonso, eu também quero outra mão em meu peito.

Onde está a mão de nossa mãe Bahia?

Nossa mãe Bahia. Nossa mãe Bahia!

Tantas cantigas de embalar que ela sabia!

Roteiro Lírico de Ouro Preto e Dirceu e Marília - Drama lírico em três atos - são outros momentos da poesia de Afonso Arinos. A constância e a significação da atividade poética de Afonso suscitaram a impugnação de Prudente de Moraes Neto, pleiteando retirar Afonso da companhia dos bissextos, aqueles poetas que, segundo Manuel Bandeira, só entram em estado de graça de raro em raro. No belo livro *Amor a Roma*⁽⁴⁾ Afonso aplacou as dúvidas, qualificando-se, modestamente, “*de mau poeta, quando escrevia versos*”, para dar primazia à essência poética do escritor: “*minha poesia sempre se exprimiu melhor em páginas de prosa*”. *Amor a Roma*, obra de prosa poética, é a confirmação do juízo crítico de Afonso.

A prosa poética percorre os livros de Memórias, dando particular encanto às páginas intimistas do memorialista. Estão impregnadas de beleza poética as lembranças da quadra estival de Petrópolis (A Alma do Tempo - págs. 182). O primeiro encontro entre Afonso e Anah, na residência dos

Sampaio, no Largo D. Afonso, na cidade Imperial (Idem págs. 186.187). A constante evocação de Genebra e da costa romântica do Leman, recompondo, dizia Afonso, nas impressões de uma das últimas viagens, “a paisagem regressiva cuja luz se vestia com as cores da tarde que eu já sentia descer dentro de mim”⁽⁵⁾. A recordação da casa de Copacabana, suas salas e salões, suas flores, frutos e pássaros, os hábitos da família, os retratos das domésticas, integrando o grande painel de Um Estadista da República, constituem outro exemplo da prosa poética de Afonso.

3. Como escritor, Afonso Arinos deixou excepcionais trabalhos, que se distribuem em obras de História, Crítica Literária, Memórias, Política, Direito, Economia, Poesia, Pareceres Parlamentares, Discursos e Conferências. Entre os numerosos discursos que proferiu, em solenidades, reuniões, congressos, na Câmara e no Senado, no País e no Exterior, merecem destaque os discursos acadêmicos e literários. O discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, que contém excelente estudo da obra renovadora de José Lins do Rego⁽⁶⁾. O discurso de recepção a João Guimarães Rosa, peça em que exalta a contribuição do filho de Cordisburgo à arte da palavra escrita. Os dois discursos com que brindou a Academia Mineira de Letras com a fulguração de sua palavra: o de posse, sucedendo a Juscelino Kubitschek, e o de recepção a Tancredo Neves, quando, a propósito da projeção cultural e política do ilustre recipiendário, nos legou a análise do conceito de mineiridade. Os discursos de Afonso Arinos, assim os escritos como os que brotam da pura oralidade, caracterizam-se pelo primor da forma, a riqueza das idéias e a eloquência do orador consumado. O próprio Afonso Arinos ofereceu elemento que permite estabelecer distinção entre os seus discursos lidos e os discursos não lidos. Nestes, como revelou Afonso, a palavra irrompia dentro dele, como se fosse outra pessoa falando. É o Afonso da oratória política e parlamentar. A palavra é lava vulcânica incandescente. A transfiguração que a palavra do discurso político nele provocava, levou Afonso, na idade mais avançada, a mudar o tom, “com medo de morrer”, disse ele em depoimento sobre sua vida. Os discursos escritos, que não prejudicam as qualidades do notável tribuno, provêm de outra composição e de outro clima. Vindo da inteligência para o papel, no ambiente de paz, de recolhimento e de tranquilidade da biblioteca, as palavras se amoldam a esse clima e as idéias seguem o itinerário traçado pelo poderoso escritor.

Algumas das obras de Afonso precederam a atividade do Homem Público, assim *Introdução à Realidade Brasileira* (1933), *Preparação ao Nacionalismo* (1934), *Conceito de Civilização Brasileira* (1936), *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa* (1937), *Síntese de História Econômica do Brasil* (1938), *Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil* (1944) e

História do Banco do Brasil (1944). A elaboração e a publicação de outros volumes coincidiram com fase de intensa atividade político-parlamentar, como nos casos de *Um Estadista da República - Afrânio de Melo Franco e seu tempo* (1955), *História e Teoria do Partido Político no Direito Constitucional Brasileiro* (1948), *Parlamentarismo ou Presidencialismo* (1958) *Curso de Direito Constitucional - I volume* (1958) - *II volume* (1960), *os livros de Memórias - A Alma do Tempo - Formação e Mocidade* (1961) e *A Escalada* (1965) *Planalto* (1968). Vários livros foram escritos no período de afastamento da vida pública, após o termo do mandato de Senador pelo Estado da Guanabara, em 1966. A interrupção do mandato parlamentar refletiu a inconformidade do liberal com os rumos autoritários do presidencialismo brasileiro. Ao grupo de obras desse período pertencem, entre outras, *Planalto* (1968), *História das Idéias Políticas no Brasil* (1972), *Rodrigues Alves - Apogeu e Declínio do Presidencialismo - 2 vols.* (1973), *Algumas Instituições Políticas no Brasil e nos Estados Unidos - Um Estudo de Direito Constitucional Comparado* (1974), *Alto Mar Maralto* (1976) e *Amor a Roma* (1982).

4. Ler e escrever eram atividades absorventes de Afonso Arinos. Sobretudo na quadra final de sua vida, como se recolhe em depoimento por ele prestado, Afonso não freqüentava restaurantes, nem teatros, só atendia na vida social aos convites irrecusáveis.

Meu retrato moral - assim se auto-definiu Afonso Arinos - é o de uma figura dentro de sua biblioteca. Sigo nisto o exemplo imemorial da linhagem paterna que eu repito. Amor pelas letras é a forma essencial da vida que levo.⁽⁸⁾

O magistério superior, que Afonso Arinos exerceu com tanto brilho e dedicação, como Professor Catedrático nas Faculdades de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e na Universidade Federal do mesmo Estado, foi desdobramento de seu amor às letras, aos estudos e à pesquisa, destacando-se, no magistério, pela alta contribuição às letras jurídicas do País. O seu gosto pelo magistério revelou-se na regência da cadeira de História do Brasil na extinta Universidade do Distrito Federal, em 1936. Conta Afonso Arinos que, ocupante de dois cargos, naquela época, o advento da Carta Constitucional de 1937 impunha a desacumulação de um deles. Por isso, admitiu desligar-se do cargo de Advogado do Banco do Brasil, que exercia, para conservar a cadeira de Professor e dedicar-se exclusivamente a ela. Sobre a opção que desejava fazer, aconselhou-se com Edmundo da Luz Pinto, seu amigo e também Professor da Universidade do Distrito Federal.

"Edmundo, relata Afonso Arinos,⁽⁹⁾

na sua admirável e lúcida prudência, pôs, no entanto, água fria na fervura. Meu Afonso, disse ele, há duas Casas que a gente nunca deve deixar, uma vez lá dentro. Uma é a Igreja Católica e a outra o Banco do Brasil. E você sabe por quê? Porque, quando o dinheiro falta nelas, Nossa Senhora vem e intéra".

5. Pode-se dizer que a vida pública de Afonso Arinos começou com sua participação na preparação do Manifesto dos Mineiros, importante documento da história política contemporânea de nossa País, divulgado em outubro de 1943. Foi de Afonso a idéia de uma grande manifestação liberal, de hostilidade à Ditadura, partida de Minas Gerais⁽¹⁰⁾. Distribuído o Manifesto, que emergiu da resistência democrática, a Ditadura Vargas reagiu com violência, dispondo-se a castigar exemplarmente os liberais rebeldes de Minas Gerais. Afonso, e varios outros signatários do Manifesto, não foram poupados e pagaram com a demissão de seus cargos e funções pelas idéias que expuseram no documento, dirigido, como se dizia na sua introdução,

ao espirito lúcido e tranqüilo de nossos coestaduanos, à sua consciência firme e equilibrada, onde as paixões perdem a incandescência, se amortecem e deixam íntegro e inalterável senso de análise e julgamento.

O efetivo ingresso de Afonso na vida pública, deu-se, entretanto, em 1947, já em vigor a Constituição Federal de 1946, obra de equilíbrio político e de firmeza democrática, elaborada pela Assembléia Nacional Constituinte, que o povo brasileiro elegeu, em 1945, extinguindo o Estado autoritário de 1937 e sua Carta Constitucional.

A eleição do saudoso Milton Campos para Governador de Minas Gerais, em janeiro de 1947, abriu vaga na representação mineira, dando ensejo a convocação de Afonso Arinos, primeiro suplente, e ao seu ingresso na Câmara dos Deputados. Nessa Casa do Congresso Nacional, como o oitavo de seu sangue, entre o Império e a República, ali tomou assento, *para representar o povo mineiro na Casa do povo brasileiro*, conforme registro que Afonso lançou na última página de *A Alma do Tempo*. Inaugurava o mandato de Deputado Federal, que Minas Gerais renovou nas reeleições sucessivas de Afonso Arinos. Foi intensa e memorável a atuação de Afonso Arinos, no plenário e nas Comissões. Deixando a Câmara dos Deputados, passou ao Senado Federal, para representar o Estado da Guanabara, no período de 1958-1966 e, mais recentemente, a partir de 1986, o Estado do Rio de Janeiro, no segundo mandato de Senador.

6. Os discursos que Afonso proferiu no Senado e na Câmara atingiram as culminâncias da oratória parlamentar brasileira. Os votos e pareceres que redigiu na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado Federal são páginas de saber jurídico e de clarividência política. A defesa do principio da igualdade de todos perante a lei inspirou Afonso na formulação antecipadora da lei que pune a prática de preconceitos de raça ou cor, justamente denominada de *Lei Afonso Arinos*. Afonso intercalou a atividade parlamentar com o exercício dos cargos de Ministro das Relações Exteriores e de Embaixador do Brasil junto à Organização das Nações Unidas. Presenciou, influiu e participou de grandes transformações que se operaram, a partir de 1960, na política exterior do País e na reformulação das instituições políticas. Foi destacada sua colaboração na implantação e na prática da breve experiência do regime parlamentar, que seguiu a surpreendente renúncia do Presidente Jânio Quadros. A fidelidade de Afonso às liberdades públicas concorreu para atenuar a extensão do presidencialismo autoritário, que caracterizava o Projeto de Constituição de 1966, introduzindo no texto a redação dos Direitos e Garantias Individuais de 1946, afinal, incorporada a Constituição Federal de 1967. No período de afastamento da atividade parlamentar, presidiu a Comissão de Estudos Constitucionais, a qual, sob sua liderança excepcional, preparou Anteprojeto de Constituição, entregue ao Presidente José Sarney, em setembro de 1986, na conclusão do intenso labor a que se devotaram os membros daquela Comissão, trabalhando em regime *de serviço público relevante, gratuito e irrecusável*, como acentuou Afonso Arinos na cerimônia de entrega do Anteprojeto. A nação testemunhou sua derradeira contribuição ao País e às Instituições, como Senador Constituinte, no período de 1987 e 1988. A Assembléia Nacional Constituinte foi cenário dos últimos pronunciamentos de Afonso Arinos. Pregou o parlamentarismo, solução que prevaleceu no Projeto da Comissão de Sistematização, por ele presidida, sem ingressar, todavia, no texto definitivo da Constituição. A Constituição da República de 1988, em vários de seus tópicos, consagrou propostas e idéias de Afonso Arinos.

Afonso jamais se demitiu de suas responsabilidades ou se omitiu de seus deveres. Nos momentos mais graves e dramáticos, lá estava ele nos postos de comando, conclamando à resistência, pregando as idéias de seu breviário político, enfrentando ameaças e perigos. É dele a definição do combatente que sempre foi:

Não sou navio mercante, mas vaso de guerra. Não permito abordagem, não peço auxílio e afundo disparando com todos os meus canhões.⁽¹¹⁾

6. Ligavam-me a Afonso Arinos antigos laços de admiração e amizade. Na fase distante da vida estudantil, Presidente do Diretório Acadêmico Afonso Pena da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, coube-me a iniciativa de convidá-lo, nos anos sombrios de 1943, para inaugurar o ciclo de conferências sobre o pensamento político democrático.

Na hora em que muitos se retraíam na timidez e no temor, Afonso deu aos moços inesquecível lição de saber, de coragem e de fé. Fui leitor constante de sua crônica semanal no jornal *A Manhã* e de seu rodapé de crítica literária no *Diário de Notícias*.

Li, com emoção, seu *Adeus à Crítica* ⁽¹²⁾, quando na despedida da crítica literária tornou público o compromisso de escrever a biografia de seu Pai, o que cumpriu, compondo esse monumental painel de narração, interpretação e crítica do primeiro meio século de vigência do regime republicano brasileiro, que é *Um Estadista da República - Afranio Mello Franco e seu tempo* ⁽¹³⁾. Obra clássica, como clássica ficou sendo *Um Estadista do império* ⁽¹⁴⁾, de Joaquim Nabuco, biografia de Nabuco de Araújo, comparável ao livro de Afonso, pela dimensão majestosa do tema e a reconstituição nelas das épocas históricas, no Império e na República, sobre as quais se debruçaram, com igual competência, Afonso Arinos e Joaquim Nabuco.

As idéias de Afonso Arinos já se incorporaram ao pensamento e às instituições de nosso País. Elas continuarão a florir para modelar o futuro, que haverá de recolher os ensinamentos de sua pregação e as inspirações da conduta do Cidadão e do Homem de Estado.

Bibliografia

- (1) *Discursos Acadêmicos* - Publicações da Academia Brasileira de Letras - 15º volume - Rio de Janeiro - 1969 p. 97
- (2) Manuel Bandeira - *Antologia dos Poetas Bissexto Contemporâneos* - 2ª edição revista. Organização Simões - Rio de Janeiro - 1964 - p. 20/21.
- (3) Ribeiro Couto. *Poesias Reunidas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960 - p.267.
- (4) Afonso Arinos de Mello Franco - *Amor a Roma*. - Editora Nova Fronteira Rio de Janeiro - 1982 - p. 44.
- (5) Afonso Arinos de Mello Franco - *Planalto* - Livraria José Olympio Editora - Rio de Janeiro - 1968 - p. 201

- (6) *Discursos Acadêmicos* - Publicações da Academia Brasileira de Letras - 15º volume - Rio de Janeiro - 1969 - p. 78/93.
- (7) *Discursos Acadêmicos* - Publicações da Academia Brasileira de Letras - 19º volume - Rio de Janeiro - 1972 - p. 155/164.
- (8) *O Intelectual e o Político - Encontros com Afonso Arinos* - Brasília 1983 - págs. 44.
- (9) Afonso Arinos de Mello Franco - *A Alma do Tempo* - Livraria José Olympio Editora - Rio de Janeiro - 1961 - p. 368.
- (10) *A Alma do Tempo* - obra citada - p.394 e 397/398/400
- (11) *Planalto* - obra citada - p. 271.
- (12) Afonso Arinos de Mello Franco - *Mar de Sargaços* - Livraria Martins Editora - 1944 - p.132
- (13) Afonso Arinos de Mello Franco *Um Estadista da República - Afranio de Mello Franco e seu tempo* - Livraria José Olympio Editora 3 volumes - Rio de Janeiro - 1955.
- (14) Joaquim Nabuco - *Um Estadista do Império - Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro - H. Garnier, Livraria e Editora - 1897.



PROSA MEMORIALISTA DE WALDEMAR VERSIANI DOS ANJOS

Fábio Lucas *

Waldemar Versiani dos Anjos nasceu em Montes Claros, a 3 de dezembro de 1901 e faleceu em Belo Horizonte, a 4 de abril de 1980. Médico, professor, cientista, membro da Academia Mineira de Letras, foi principalmente ficcionista. Como é sabido, na sua família dois irmãos se dedicaram às Letras: Antônio Versiani dos Anjos (26.8.1891 -21.8.1970), contista, autor de *Viola de Queluz* (Rio, Pongetti, 1956) e *Paisagens humanas* (Rio, Civilização Brasileira, 1960), e Ciro dos Anjos, conhecido autor de *O Amanuense Belmiro* (1937), *Abdias* (1945) *Exploração no tempo* (1952), *Montanha* (1956), *A criação literária* (1959), *Poemas coronários* (1964) e *A menina do sobrado* (1979).

A primeira obra de Waldemar Versiani dos Anjos foi *Jornal de Serra Verde* (Belo Horizonte, Itatiaia, 1960), talvez a mais cintilante de todas as que escreveu. Nasceu com ela um escritor insuperável. O teor do romance é memorialístico. O narrador, nomeado Dr. Sebastião de Matos Queiroz e Melo, sozinho após um “casamento desmanchado”, fora despachado para Serra Verde, na condição de médico da saúde pública, conforme explica na introdução:

Bons tempos. Não houve pistolões e interferências, a oferta do cargo veio tranqüila, através de um colega filho do deputado da região: àquela época, para lugares distantes se despachavam juízes e médicos, como bispos a terras de infiéis.

Como se descreve o narrador? Vejamos:

Feio e magro doutor, que as donzelas engordavam em devaneios e, no mais, tratavam de enredar e apanhar.

O romance se desenvolve em capítulos curtos, à maneira dos folhetins, muitas vezes com aspecto de verdadeiros contos, a relatar o processo de adaptação do narrador a Serra Verde, nas suas aventuras de médico inexperiente. Em que cidade se espelhou o romancista? Parece ser São João Evangelista.

*Da Academia Mineira de Letras, professor, crítico literário.

A voz do narrador estrutura a composição. O leitor encontrará, a cada passo do enredo, a mão firme de um verdadeiro escritor. Límpido, irônico, culto, apoiado em sólidas bases clássicas, assemelha-se a Machado de Assis, sem o modo corrosivo deste. Um Machado sofrido e, não obstante, predisposto à arte de bem viver. O autor manifesta certo parentesco literário com o irmão Ciro dos Anjos, com a diferença de que este constrói uma crônica de costumes um tanto nihilista, enquanto aquele, Waldemar, deixa transparecer certo fervor pela aventura humana e, até, certa margem de crítica social. Eis o que diz o protagonista, relacionado à sua condição de médico: *Assim, um caso clínico difícil pertence a muitos e acaba não sendo de ninguém. Se ocorre a cura, partilham todos o triunfo. Por outro lado, os óbitos não têm padrinho: o responsável. será o processo mórbido - o que, de fato, é uma evidência irrecusável, desde a criação dos viventes.* (ob.cit., p.33).

Waldemar Versiani é muito feliz na criação das personagens que, para lembrar E. M. Forster, se apresentam mais “redondas” do que “planas”. Ele mesmo se dá conta disso e o narrador, ao mencionar os convivas, médicos e amigos, refere-se à impossibilidade de ter cada um deles “quimicamente puro”, como é o caso de Aristides, impossível de se obter sem traços do Dr. Vicente. *Assim também com outros amigos Zoroastro, Bernardino ou Polícarpo, diz o narrador, cada um deles imbricado no panorama, simples relação ou dependência.* (ob. cit., p.109).

Há no autor de *Jornal de Serra Verde* um gosto refinado de observações psicológicas, que abrange os figurantes e a comunidade. Quando fala, por exemplo, do falecimento de um cliente, comenta:

O velho morreu de madrugada, e a notícia correu logo nas redondezas. É que o povo da roça acorda muito cedo, e mais é dotado de um faro específico para falecimentos. Foram chegando de perto e de longe, para o velório e o funeral. (ob.cit., ps., 1241-25).

Integra a força dos textos dramáticos a plausibilidade. Este é um argumento de Aristóteles. No caso de Waldemar Versiani, o que há é certa harmonia do registro histórico com o autobiográfico. E deste com a fabulação criadora.

Assim, relatando-se vivencialmente, a personagem avança no território inesgotável da memória coletiva, dos “causos” da mitologia mineira, tantas vezes trazidos à ficção literária.

O narrador do *Jornal de Serra Verde* conta experiências de médico que se desloca da Capital para o interior de Minas. Cada capítulo é peça narrativa quase autônoma. Os fatos comprovadamente acontecidos recebem, na transcrição para a obra, uma luz nova, proveniente da forte formação literária do autor. Algumas referências cultas chegam a saltar do curso do enredo como faíscas de mineração. Sequer estão ausentes os resíduos da herança clássica, quando o narrador, nesta, como nas outras obras, gasta amostras do seu Latim.

Jornal de Serra Verde aparenta um romance confessional. É que a ação dramática se concentra no discurso do narrador que, em última instância, remete ao autor. Confessar é o ato de entrega de parcelas do “eu” a outrem, é outorga da intimidade, numa espécie de autoavaliação.

É tênue o limite entre a ficção e a realidade. O que faz a história narrada virar literatura é o tratamento dado às palavras, que se apresentam mais imaginativas ou poéticas, mais distanciadas do mecanismo do simples relatório. Isso é plenamente alcançado na prosa de Waldemar Versiani dos Anjos.

Com efeito, a sobrevivência literária da obra não depende tão somente da variedade e conexão dos fatos, mas da estruturação da narrativa, das qualidades estilísticas do texto.

Nota-se, no estilo do narrador do *Jornal de Serra Verde*, uma visão prismática, de valor polissêmico. O mundo visitado pelo narrador se enriquece de camadas psicológicas, de artifícios romanescos e culturais que pesam no resultado. Daí a beleza da obra, que ultrapassa a simples informação biográfica e aponta para a criação propriamente dita.

Ademais, cada ser humano retém situações dramáticas da vida que tendem à repetição no plano mental. A tendência voluptuosa à repetição, seria o gosto de compensação pelos traumas sofridos ou o prazer de ter-se escapado de algum risco ou perigo.

O narrador do *Jornal de Serra Verde* se diverte também com as alusões culturais, sempre com certa carga de ironia ou censura. Eis como inicia o capítulo *Neco Siriema e Goethe*:

Herr Goethe viveu com sossego os seus muitos decênios, precavido e comodista sempre, a cortejar todos os poderes. Morreu de velho, sempre bem posto. E nos vem dizer, entre almofadas e bons vinhos, que prefere a injustiça à desordem. Como se a injustiça não fosse a suma desordem cada dia, muitos fatos e muitas bocas estão a gritar isso. (ob.cit., p. 121.)

Assim é o *Jornal de Serra Verde*, uma crônica da vida social, romance de cunho memorialístico e confessional, que mistura o relato do meio com as fantasias da criação. Tornou-se modelo das demais produções de Waldemar Versiani dos Anjos. Quais são elas?

Em 1971, o ficcionista nos deu *Simplicio* (Belo Horizonte, Imp. Oficial, 1971), de ação narrativa aclimatada na Capital mineira. O centro de operações situa-se no Instituto localizado na Praça da Liberdade, na ocasião denominado popularmente Instituto das Cobras. O narrador, médico e cientista, relata a transferência do Instituto para a Gameleira, de forma degradada, por motivos políticos. Biólogos, bacteriologistas, microbiologistas, funcionários e serventes se envolvem numa camaradagem burocrática e humana, de que não estarão ausentes as engenhosas façanhas de Eros.

Há páginas valiosas de descrição da atmosfera da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, como no capítulo *O Carcereiro* e *Mozart* no qual se contrapõem Hitler e o grande gênio musical. O homem culto sempre se denuncia nos comentários do narrador. É no bar, geralmente, lugar cibernético por excelência para o encontro descontraído das personagens, que os assuntos intelectuais se expandem. Kant, por exemplo, inicia o capítulo *Allegro e Andante*, de evocação musical:

Fragoso vinha de um curso noturno, onde sustentara, ao fim da aula, debate frenético com uns poucos alunos, sobre a Razão Pura e outras matérias de tomo. Depois da refrega, foi ao bar do Isidro com três discípulos mais chegados, a fim de acalmar os calores kantianos com uma cerveja neutra. (ob.cit, p. 29).

Simplicio, amigo dileto de Calixto, era um funcionário apagado, que se envolve com as tramas do amor. O mesmo vai-se dar com o companheiro *alter ego* do autor, em dado momento do capítulo *Serra do Cipó*, alude à sua passagem por Serra Verde. O gosto maior do biólogo, juntamente com o Simplicio, nome adequado à sua desimportante figura, era o de soltar as coibas e livrar os pássaros da prisão necessária às análises científicas.

Sebastião, que de certa forma retrata o autor, se divide entre a Ciência e as Artes. Curiosamente, o narrador contrapõe, em dado momento, o Professor Bastos, um cientista, a um jovem companheiro ilustrado, Abílio, leitor de romances franceses. Isso está no capítulo "Os biscoitos". A discussão travada entre ambos, em que o poder de dominação se faz presente, será moderada pelo Professor Lisboa, conciliador. Mas fica sugerida a prepotência do espírito científico.

Não faltam igualmente alusões a Proust no decorrer do romance, o que lembra *O Amanuense Belmiro* de Ciro dos Anjos. Waldemar Versiani agrega a veneração por Flaubert. Aliás, numa citação que bem define o estilo do romance *Simplicio: les perles ne font pas le collier, c'est le fil*.

A nosso ver, faltou a *Simplicio* melhor acabamento no final. Da p. 153 à 173, o romance se arrasta sem grandes episódios, numa trama amidiada e lenta. Denota uma espécie de tédio, que se espalha ao ambiente e às personagens.

Por último, tivemos a *Barca de Aposentado* (Belo Horizonte, Vega, 1978). Tem o mesmo aspecto dos anteriores. A trama se constrói no interior de uma sociedade criada pelos aposentados do serviço público de Belo Horizonte. As personagens masculinas mostram grande hegemonia sobre as personagens femininas, que são inexpressivas, não manifestam vida própria.

Assim, as figuras femininas são apagadas: D. Sinhá, Rosita e Lindaura. Não se estruturam com vontade própria. A segunda aparece em dada circunstância e, depois, desaparece definitivamente. A terceira, de certo poder na

sociedade dos aposentados, gaúcha-mineira, casa-se com o Noronha, amigo da personagem principal, Frederico. A primeira mulher, D. Sinhá, representa o casamento propriamente dito. Entra muda e sai calada, não tem voz.

Barca de Aposentado, no entanto, mantém o bom nível do escritor. Ali estão a vibração da ironia, o olhar complacente para os seres de modo geral, o gosto da anedota e o relato das várias faces do funcionalismo. Todos reunidos, *Jornal de Serra Verde*, *Simplicio* e *Barca de aposentado* formam o conjunto da ficção de Waldemar Versiani dos Anjos. Sempre límpida, culta e jocosa. Amostras de um escritor que está a reclamar estudo mais farto e aplicado, pois se alinha com destaque na boa tradição da prosa narrativa de Minas Gerais.

Uma curiosidade: na lista das obras do autor, há referência a um ensaio a publicar: *Os médicos em Eça de Queiroz*. Onde estariam os originais desse estudo?

SONHO DE EVOCAÇÕES E SAUDADE*

Caio Mário da Silva Pereira**

Numa tarde encalorada, adormeci, e tive um sonho. Como em todo sonho, imagens se superpõem, em aparente desordem, algo desconexas mas, na realidade, subordinadas a um certo conteúdo lógico.

Sonhei que regressara ao meu antigo Ginásio Mineiro, e me vi integrando o *Centro Literário*, a que fora admitido, apesar de minha tão pouca idade, pela mão generosa de colegas e amigos que já se despediram, alguns definitivamente.

Foi ali que vim a conhecer um moço pálido, um pouco mais velho que eu, vestido no uniforme káki do Tiro de Guerra 622, que cursava para obter a carteira de reservista de 3ª categoria, a lhe assegurar a quitação militar.

Esse moço pálido era Hilton Rocha; orador do Centro Literário, que passei logo a admirar e invejar pela oratória fluente, palavra fácil, imaginação poderosa, a discorrer com facilidade sobre temas variados, desde a saudação a um visitante, até os acontecimentos históricos.

Desapareceu o quadro.

E o meu sonho localiza um outro moço, alto, vestido em impecável terno de linho branco, defendendo acaloradamente o regime parlamentar, e corajosamente, contra o Código Civil e as velhas tradições romanistas, a sustentar a reforma da sistemática da adoção.

Ganhador de concursos de oratória, haveria muito cedo de vencer pleito mais significativo, conquistando as Cátedras da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Era o jovem advogado e vitorioso professor Oscar Dias Corrêa.

De novo mutação das imagens me traz à Rua da Bahia, a uma casa com escadaria de mármore e colunas dóricas abrindo sobre varanda elegante, onde morava meu amigo, Professor Eduardo Borges da Costa, casa que muitas vezes freqüentei na minha distante adolescência.

* Discurso pronunciado na sessão solene de posse, realizada no dia 18 de outubro de 2001.

** Acadêmico, jurista, professor universitário.

O tempo passa.

E com ele os homens se vão substituindo em seus lugares. A casa continua na sua brilhante espiritualidade. Recentemente, recebi o telefonema de meu velho amigo Murilo Badaró, recordando-me sua voz brilhante de antigo orador e comunicando-me que meu nome recebera a consagração gloriosa que muito me enaltece, de minha eleição para a Cadeira 21, elevando-me a membro desta augusta Academia.

É a concretização de um plano longínquo de modesto escritor mineiro, convocado, agora, para ocupar o lugar de seus sonhos.

Prestes a acordar, vi o enorme relógio do tempo e da vida, com o ponteiro marchando para as vinte e quatro horas. Tive receio de que as imagens de minha ficção se desfariam na hora fatal. Miraculosamente se deteve, antes que soasse a meia-noite. Desta sorte, alteram-se os rumos do velho conto de fadas e se concretizou, em realidade, o antigo ideal.

Assumindo esta gloriosa tribuna, consegui repor-me na realidade, e trazer para este plenário, em sua real grandeza, o que eram belas promessas.

A mesma casa da rua da Bahia continua na imponente de sua escadaria de mármore, aberta a varanda entre as mesmas colunas dóricas. Se nas linhas arquitetônicas originárias subsiste não mudada, sofreu profunda metamorfose.

Hoje é o templo da intelectualidade mineira, que não mais necessita de se abrigar em salas modestas, e que nem por serem espaço acanhado deixaram de proporcionar ambiente para as grandes produções do passado, nem impediram que os seus usuários se projetassem nas valiosas criações que lhes valeram, como valem, o respeito e a admiração de todos.

O Presidente, meu saudoso amigo, Vivaldi Moreira, conseguiu novos recursos para edificar este magnífico auditório, que ultrapassou todas as expectativas, nas dimensões de um teatro onde os mestres da língua e das letras têm a oportunidade de se expandirem para um público numeroso e atento.

Seus escritores em produção constante, e renovando os quadros com a nova geração intelectual de Minas, prossegue a Academia o seu caminho, cumprindo o seu lema *scribendi nullus finis* que me aconchega e enaltece, obrigando-me a novos compromissos que procurarei cumprir, dentro de minhas modestas forças.

Também vou eu atualizando o realismo de meu sonho com a saudação de Oscar Corrêa que prossegue sua brilhante carreira. No magistério é professor catedrático na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ onde assumiu por votação de seus pares a direção em momento difícil de descontentamentos estudantis, que soube contornar com habilidade e inteligência. Na política exerceu com energia funções no Legislativo e no Executivo.

Deputado estadual, Secretário de Estado, nossas vidas mais uma vez se encontram. Eleito deputado federal, integra a destemida e valorosa banca da U.D. N., que muitas vezes levou o pânico ao terreno adversário, em mais de um Governo.

Desencantado da vida política, tal como ocorreu com muitos de nós, antigos companheiros, deixou-a em pronunciamento público indisfarçável. Volta então à Advocacia, que pratica em alta escala. Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo são os ambientes em que atua, produzindo seus pareceres, elaborando seus memoriais, construindo seus *plaidoyers*.

Reconhecidas as suas qualidades de jurista de escol, vai prestar sua competência na Mais Alta Corte de Justiça do País. Ali não demora, e é de novo arregimentado para atuar no Ministério da Justiça, misto de político e jurista, ocupando a pasta, numa hora prenunciadora da tempestade, que não tardaria. E retorna à profissão de suas origens, com brilho e galhardia. Escritor, nas letras jurídicas e nas profanas, deixa a sua palavra, nas obras técnicas de sua especialidade em que fala de mestre, e na vida literária é romancista, poeta, tradutor da grande epopéia pré-renascentista.

Ao ingressar neste cenáculo e feliz na escolha de meu paraninfo, confesso, de coração, que sempre estive nos meus planos, completando minhas realizações.

Levando uma vida inteira labutando no campo intelectual, as circunstâncias sempre me conduziram para o labor especializado. Se é certo que ofereço aos meus novos confrades uma bagagem de certo modo ponderável, poucas foram as vezes que me desviei da produção jurídica. Maior, pois, o meu agradecimento, pela simpatia da convocação para esta nova liça, que procurarei também não desmerecer.

Recebi a comunicação de Murilo Badaró com a perspectiva de ocupar a cadeira 21, que o passamento de Hilton Rocha deixara vaga.

Tive dúvidas, como também o próprio Hilton, por motivo análogo, confessando no seu discurso de posse que jamais produzira obra literária de profundidade, em prosa ou em verso. E se convencera, invocando exemplos célebres de médicos que cumularam a Medicina com as Letras. Igual insegurança me assaltou, e processo comparativo me convenceu.

Rui Barbosa, grande Mestre do Direito, ingressou na Academia precedido de verdadeira montanha de livros jurídicos.

Deste lado de nossas montanhas o mesmo espírito aberto campeou Orlando de Carvalho, Arthur Veloso, Nansen de Araújo, D. João de Resende Costa, Gerson de Brito Mello Bozon e muitos mais.

Guardadas as devidas proporções e reconhecida a enorme distância que me separa das culminâncias lembradas, animei-me. E aqui estou graças ao juízo generoso dos que me aceitaram como confrade.

A nossa aproximação me permitiria fazê-lo, posto que sem o seu brilhantismo. A razão está em que a verdadeira obra intelectual de Hilton Rocha foi o poema que compôs sua própria vida.

Trocando o uniforme káki da ficção de meu sonho, pela bata branca, seu labor tem outro rumo e se passa em novo ambiente. Agora é o velho Hospital São Geraldo, ao lado da Escola de Medicina, onde foi contemporâneo de meus irmãos, Haroldo e Péricles da Silva Pereira, na então avenida Tocantins, hoje rebatizada Av. Alfredo Balena. Naquele modesto nosocômio nasce um professor, um cientista e um benemérito.

Praticando a medicina, dedica um dia da semana aos clientes que não tinham recursos para uma assistência profissional remunerada. Foi a matriz do *Instituto Hilton Rocha*, edificação monumental no Alto das Mangabeiras. Hospital dotado dos mais modernos equipamentos, em pouco tempo é uma das mais completas instituições oftalmológicas da América Latina.

Falei do nascimento de um cientista.

Efetivamente, Hilton Rocha assim se tornou. Cresceu dentro do País e seu nome se impôs no cenário internacional. Dirigiu uma equipe profissional do mais alto nível, conservando as linhas estruturais de uma vida modesta, fazendo-se respeitar e amar pelos companheiros aos quais jamais se impôs como chefe, preferindo conquistar como orientador e como amigo.

Ao Instituto acorriam clientes de todos os lados, do País e do Exterior. Mais: - numerosa foi a corrente dos que buscavam lenitivo para seus males, desprovidos de recursos, e todos eram atendidos com o mesmo desvelo e as mesmas atenções.

Daí nasceu a idéia de outra instituição, erigida no mesmo contraforte da Serra do Curral, a *Fundação Hilton Rocha*, pela qual o médico e cientista exercia o outro lado da vida, atendendo aos necessitados. Como profissional; tenho sido obrigado a percorrer regiões remotas de nosso Estado. E não raro me era encontrar o vestígio de um furgão que fazendo estação em lugares pobres, operava como hospital oftalmológico ambulante, para aqueles aos quais faltavam a vista e as possibilidades financeiras de um tratamento.

Tal foi a eficiência das duas instituições, o *Instituto* e a *Fundação*, que permitiram a instalação do *Curso de Mestrado e Doutorado em Oftalmologia*.

Se Rui Barbosa é o *Patrono dos Advogados*, Hilton recebeu, justificadamente, o título de *Patrono da Oftalmologia*.

Estudioso, pesquisador, imaginoso e criador, Hilton Rocha revelou seu inequívoco pioneirismo. Segundo o depoimento do Professor Paulo Galvão, em discurso proferido na Assembléia Legislativa de Minas Gerais (22.09.93), foi Hilton o autor do primeiro transplante de córnea realizado no Brasil, há cerca de meio século.

Falei de Hilton Rocha cientista, empreendedor, benemérito. Volto-me agora para o homem. Na vida particular, todos sabem que foi um modelo de carinho à esposa e aos filhos, que sempre manteve muito próximos, cobertos pela sua dedicação constante.

Poucos conhecem uma feição do grande homem, no seu interesse pela vida do País, e pelos acontecimentos que a marcavam. Aí vai um depoimento pessoal. Faz cerca de doze anos, acometido de moléstia grave que me ameaçava a visão, passei a freqüentar periodicamente o Instituto Hilton Rocha e receber a assistência do mestre e amigo.

Minhas consultas se demoravam, para grande impaciência dos que se achavam na sala de espera. A parte clínica era rápida. O que nos detinha era a boa conversa, a troca de reminiscências do período ginásiano, além de assuntos gerais.

As nossas tertúlias, entre as consultas, permitiram aferir as nossas afinidades, em matéria que a nós ambos particularmente nos interessava: as qualidades e as deficiências do ensino Superior no Brasil, nos dois setores que bem conhecíamos, a Medicina e o Direito, ambos professores, ele, na UFMG e eu já naquele tempo na UFRJ.

Quem percorre a obra esparsa de Hilton Rocha tem destas surpresas: profundidade de pensamento e conhecimento perfeito dos assuntos, para encontrar sempre a clarividência de seu pensamento.

É praxe em todo recipiendário vasculhar, no tempo e no espaço, a vida e a obra de seu antecessor. E não o fiz, bem a preceito, e por motivo ponderável: Hilton Rocha viveu entre nós.

Aqui trabalhou, clinicou, expandiu a grandeza de seu espírito generoso e empreendedor. Em todos os níveis e padrões sociais e culturais não há quem o ignore. Dedicado à cátedra, à clínica e ao Instituto, labutou permanentemente, sol a sol.

Como o Cid, de Corneille, pelejou até o fim, já numa quadra em que as forças lhe faltavam para curar os males alheios, e nem o próprio podia guerrear, porque fatal e invencível. Da última vez que o vi e com ele falei, senti a iminência do irreversível.

Ao ser recebido, como membro desta Casa, agradeço a todos os que acolheram o convite da Academia para compartilhar comigo deste momento marcado por emoção e alegria.

Conclui, recentemente, uma obra que hoje entrego aos meus amigos, viva expressão de minha existência como cidadão e como jurista. Sem a pretensão de deixar um livro de *Memórias*, a obra *Algumas Lembranças* representa um momento de reflexão e lucidez diante de fatos históricos que acompanhei de longe e outros momentos políticos que vivenciei, intensamente.

Ao atender aos apelos de filhos e netos no sentido da sua publicação, quis deixar para eles e a todos que se derem à paciência de conhecer alguns momentos de minha vida, que, com dignidade e respeito, e sobretudo, com independência, o ser humano alcança seus ideais de realização.

Completei, recentemente, 88 anos. Posso afirmar que longo foi o caminho percorrido. Vencida a próxima curva, outras virão na estrada da vida, sempre na expectativa do melhor que virá. Se o corpo não mais apresenta a energia da juventude, a mente se vangloria ao perceber a grandeza do tempo que seguiu comigo, marcado por retrocessos e destacadas conquistas.

Vivemos um marco histórico para a humanidade neste início de milênio: diante dos recentes ataques terroristas e seus imponderáveis desdobramentos e sem a pretensão de falar como um profeta ou visionário, nem mesmo motivado pelas fantasias de Orson Welles ou Spielberg, deixo uma mensagem de alerta para todas as gentes, sem distinção de classe ou nível econômico.

Mais uma vez a memória me trouxe um fato histórico:

Certa feita indagaram a Albert Einstein, Prêmio Nobel da Paz, a quem coube o desenvolvimento da teoria da relatividade, como seria a terceira guerra mundial?

Ele respondeu: Atômica.

Perguntaram-lhe, então: E a quarta?

Numa visão amarga, respondeu: Não haverá!

Senhoras e Senhores:

Não pode ser assim; não é possível que a vesânia de um bando de fundamentalistas desatinados vá provocar a destruição de tudo que o ser humano aperfeiçoou nos últimos 5 mil anos.

Vencida a prioridade dada às divergências ideológicas que têm conduzido a humanidade às seguidas Guerras Mundiais, eu vos alerta para os excessos do fundamentalismo religioso que poderão fazer ressurgir novos conflitos. Estes, representam grave ameaça à civilização.

Reporto-me, finalmente, à recente mensagem que enviei aos alunos da USP na busca de novos parâmetros para a Paz:

“A cada dia, novos entendimentos traduzem um ideal de Paz: a liberdade, a participação, o respeito indicam os caminhos contra a violação de Direitos Humanos, anseio de harmonia entre os membros das comunidades.

Um novo ideal de igualdade desafia as instituições no sentido do respeito às diferenças e equivalência de oportunidades, identificando esforços para atender às necessidades básicas dos cidadãos.

Os direitos sociais não mais se conflitam com os princípios consolidados nos Códigos, tradicionais norteadores da ordem jurídica. Os Direitos Fundamentais garantidos pelas Constituições procuram identificá-los como um ideal de liberdade.

O Direito não há que se contentar com a efetivação do progresso material, a riqueza coletiva, o desenvolvimento como idéia-força social. O “homo-economicus” é apenas um aspecto do ser humano.

A cima do Direito codificado pairam princípios que refletem a busca de uma convivência harmônica, em condições dignas e em liberdade.

Neste sentido deve ser a luta universal pela paz e fundamental é a contribuição do Direito como instrumento constante de sua efetividade.”



VIDA E OBRA DE TOMÁS ANTÔNIO GONZAGA

*Miguel Augusto Gonçalves de Souza**

Tomás Antônio Gonzaga nasceu na rua dos Cobertos, cidade do Porto, em 11 de agosto de 1744. Filho de João Bernardo Gonzaga, magistrado, natural do Rio de Janeiro, e de d. Tomásia Isabel Clarque, nascida na cidade do Porto.

Os avós, pelo lado paterno, eram o advogado brasileiro Tomé de Souto Gonzaga, natural da cidade do Rio de Janeiro, e Teresa Jason, portuense; o Dr. Tomé do Souto, ao diplomar-se, em direito, pela Universidade de Coimbra, no ano de 1701, casou-se com Teresa Jason e o casal transferiu-se para o Rio de Janeiro.

Pelo lado materno, os avós de Gonzaga eram João Clarque, natural das ilhas Canárias, e d. Mariana Clarque, portuense.

Verifica-se, pela genealogia de Tomás Antônio Gonzaga, tão bem analisada por M. Rodrigues Lapa (ob. cit, pág. 533/534) que sangues de natureza lusa, brasileira, inglesa e, provavelmente, francesa e das ilhas Canárias, corriam nas veias do futuro poeta e inconfidente.

A mãe de Gonzaga, menos de um ano após o seu nascimento, faleceu com apenas 37 anos, a 2 de maio de 1745, e a criação e educação do jovem Tomás coube a suas tias Ana Maria Clarque, Isabel Tomásia e Teresa Raimunda, freiras no convento de Santa Clara, e aos seus tios, padres Raimundo Clarque e Tomaz Clarque.

O Dr. João Bernardo Gonzaga, magistrado merecedor de alto conceito, então juiz-de-fora da cidade de Tondela, foi nomeado para o cargo de ouvidor-geral de Pernambuco, em 20 de novembro de 1751 e partiu para o Brasil, neste mesmo ano, acompanhado de seu filho Tomás, chegando ao Recife em março de 1752; tomou posse no cargo de ouvidor-geral, a 11 do referido mês e ano.

*1º Vice-Presidente da Academia Mineira de Letras; Presidente emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; Fundador e Reitor "Honoris Causa" da Universidade de Itáúna.

Verifica-se que o pai e o avô, pelo lado paterno, do jovem Tomás, portuense de nascimento, eram brasileiros e se dedicavam, na magistratura e na advocacia, ao estudo e prática do Direito.

Observa-se, também, a acentuada religiosidade reinante em sua família, pois várias tias se tornaram freiras no convento de Santa Clara e dois tios eram padres.

Tudo está a indicar, no plano econômico, tratar-se de família de classe média, não raro envolvida em dificuldades de natureza financeira.

O jovem Tomás, a seguir, se dirigiu para a Bahia, com o propósito de estudar no colégio dos Jesuítas, sendo acolhido pelo sobrinho de seu pai, José Clarque Loleo, sargento do regimento da guarnição, de boa reputação.

Granjeou simpatias, como estudante, pois já adquirira, com seus tios padres portugueses, razoável cultura humanística, aperfeiçoada no colégio dos Jesuítas.

No ano de 1761, com a idade de dezessete anos, já concluídos seus estudos nos colégios dos jesuítas da Bahia, seguiu Tomás Antônio Gonzaga para Portugal, com o propósito de matricular-se no curso de Direito da Universidade de Coimbra, concluído em 1º de outubro de 1762.

Pouco se sabe sobre as atividades dele, na Universidade ribeirinha do Mondego, a não ser sua consolidada amizade com Inácio José Alvarenga, futuro companheiro da Arcádia, confabulações da inconfidência e dos apartados sofrimentos no exílio africano.

Desejou se transformar em professor, na Universidade e, para isto, escreveu sua tese sobre o Direito Natural, redigida em Português e, não, em Latim, como natural, na hipótese.

Ao redigir sua tese foi influenciado pelo pai, desembargador da Casa da Suplicação, e a obra é filha da ilustração à moda lusitana, considerando o poder real acima do eclesiástico e defendendo as principais idéias do grande marquês de Pombal, a quem dedicaria a obra.

Não alcançou, todavia, sua meta de tornar-se professor da célebre Universidade. Seguiu a carreira da magistratura, acompanhando os passos de seu pai e exerceu a missão de Juiz-de-Fora da cidade de Beja.

Conheceu, nesta cidade, e na Academia de Ciências, fundada em Lisboa, o então jovem visconde de Barbacena, com quem se relacionou.

Sabe-se que, quando do nascimento do primogênito do visconde, dedicou-lhe um soneto, em 11 de dezembro de 1780, quando ainda se perdiam no horizonte os dias em que se encontrariam, na histórica Vila Rica, em situações totalmente conflitantes.

É nomeado, a 27 de fevereiro de 1782, ouvidor de Vila Rica, e para se transferir para o Brasil viu-se na contingência de tomar emprestada, a Custódia

José Ferreira, a 6 de maio de 1782, a quantia de 1.549\$000 (Rodrigues Lapa, ob.cit. pág. 536 e 538).

Seguiu, neste mesmo ano, para o Brasil, com o propósito de assumir a missão de ouvidor em Vila Rica, onde se encontraria com o seu verdadeiro destino, jamais retornando a Portugal.

Quando Tomás Antônio Gonzaga tomou posse de seu cargo de ouvidor, no ano de 1782, já ocorria a evasão das minas e o movimento demográfico centrifugo que provocaria o povoamento da grande região não aurífera da Capitania, com perda relativa do prestígio econômico da histórica Vila Rica.

O ouro aluvial já não existia em expressivas quantidades, pois predatoriamente explorado, e inexistiam conhecimentos tecnológicos, bem como equipamentos capazes de extrair o ouro do subsolo e, mesmo estes, devido às taxações absurdas, aqui chegavam por preços exorbitantes, inacessíveis.

O regime fiscal, profundamente injusto, e o sistema arcaico de sua cobrança, permissivo de grandes irregularidade em detrimento do fisco e a favor de apaniguados dos capitães-generais, investidos das funções arrecadoras, agravavam a situação dos colonos, devedores, em seu conjunto, da extraordinária quantidade de 528 arrobas de ouro.

Acrescente-se a cobrança dos dízimos e demais obrigações eclesiásticas ao ensejo da páscoa, cobrados pela Igreja, para avaliar-se bem a situação da capitania considerada a mais rica da colônia.

Os povos aguardavam, a qualquer momento, a derrama, processo despótico, injusto e violento, para cobrança da totalidade devida do ouro, ou pelo menos, a parcela relativa ao último ano fiscal.

O ambiente era totalmente favorável a insurreição geral, e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o "Tiradentes", patriota, visionário, influenciado pelas idéias da ilustração, vítima, ele próprio, de iniquidade, já pregava, com pouquíssima discrição, o levante dos povos com o propósito de proclamar a Independência de Minas que, mercê de suas riquezas, se transformaria em República próspera, capaz de permitir o desenvolvimento de capitania, a defesa de seu subsolo, e a felicidade maior de seu povo, então sofrido e despoticamente governado.

Era capitão-general e governador da capitania, quando aqui chegou o ouvidor Tomás Antônio Gonzaga, o jovem D. Rodrigo José de Menezes, por exceção, simpático e merecedor do respeito dos mineiros.

Gonzaga passou a conviver com ele, em termos amenos e respeitosos; estreitou, ainda mais, seus laços de amizade com o condiscípulo de Coimbra, Alvarenga Peixoto, e aproximou-se de Cláudio Manuel da Costa, nosso primeiro árcade, brilhante advogado, não obstante ser dado à prática da usura, mestre da métrica, poeta de grandes méritos, do qual se tornou amigo e que passou a considerar como conselheiro e mestre.

Pouco tempo após, a 10 de outubro de 1783, vindo de Goiás, tomou posse, como governador e capitão-general da capitania, o despótico e primário Luiz da Cunha Menezes, tornando-se difícil o relacionamento entre o ouvidor e a principal autoridade da capitania.

Gonzaga ampliou seus relacionamentos na histórica cidade e estabeleceu laços de amizade com o advogado Dr. Bernardo da Silva Ferrão, com o qual, por tratar-se de homem culto, poderia debater temas literários e jurídicos de sua predileção.

Estavam sempre presentes, na casa do Dr. Ferrão, suas diversas jovens sobrinhas, filhas do capitão Baltazar João Mairinque, com as quais muito se entretinha o ouvidor, já quarentão, que, não obstante a diferença de idade, se enamorou da sobrinha mais idosa, Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, com apenas dezessete anos de idade, possuidora de extraordinária beleza, em harmonia com depoimentos diversos.

Não obstante as resistências familiares inevitáveis, venceu a persistência do ouvidor, e tornaram-se namorados.

Maria Dorotéia, como a pastora Marília, exerceu extraordinária influência sobre o poeta-ouvidor e transformou-se na principal musa da literatura brasileira.

Mais moço do que Cláudio Manuel da Costa e Santa Rita Durão, na faixa etária de Alvarenga Peixoto, Basílio da Gama e Silva Alvarenga, Gonzaga, com a sua forte personalidade, enfrentou a oposição inicial da rica e influente família de sua amada Marília, de quem se tornaria noivo; desafiou, em ocasiões diversas, o despotismo e a precariedade intelectual do governador e capitão-general Luís da Cunha Menezes, dos mais fracos e desqualificados governadores em toda a Época Colonial mineira, de quem literariamente se vingou ao escrever as *Cartas Chilenas*, obra satírica em versos que somente ele, em toda a capitania, seria capaz de fazer, e transformou-se na mais importante personalidade do arcadismo mineiro.

Sua principal obra, *Marília de Dirceu*, cuja primeira parte foi editada em Lisboa, no ano de 1792, com seus versos anacreônticos, de medida curta e nuance rococó, mas ainda não pré-romântico, em decorrência de seu caráter tipicamente neoclássico, é amplamente dominada pela imagem de Marília, não apenas mito feminino, pois de seus versos resulta, também, a existência da jovem ouropretana, individualizada, de carne e osso, a seduzir, com o seu encanto de menina-moça, o quarentão vivido e experimentado que, nesta faixa etária, sonhava com uma vida doméstica mais tranqüila, na qual a bela Marília seria sua esposa, amante e, ocasionalmente, enfermeira, pois a velhice já o preocupava, como denunciado em muitas das passagens de suas belas líras.

Nesta primeira parte, quando ainda não preso o inconfidente Gonzaga, Marília domina o cenário poético de suas líras, muitas delas das mais encantadoras da língua Portuguesa, como facilmente se verifica:

*Os teus olhos espelham luz divina
A quem a luz do sol em vão se atreve;
Papoula ou rosa delicada e fina
Te cobre as faces que são cor da neve;
Os teus cabelos são uns fios d'ouro;
Teu lindo corpo bálsamo vapora.
Ah! Não, não fez o céu, gentil pastora;
Para glória do amor igual tesouro. (I, 1ª parte)*

Como seria idealmente fácil a felicidade do casal enamorado:

*Para viver feliz, Marília, basta
Que os olhos movas, e me dês um riso. (I, 1ª parte)*

Eis a beleza de Marília, cantada por seu Dirceu:

*Noto, gentil Marília, os teus cabelos;
E noto as faces de jasmim e rosas;
Noto os teus olhos belos,
Os brancos dentes e as feições mimosas.
Quem fez uma obra tão perfeita e linda,
Minha bela Marília, também pode
Fazer os céus, e mais, se há mais ainda. (VI, 1ª parte)*

Percebamos esta tímida manifestação erótica contida de Dirceu:

*Já viste, minha Marília,
Avezinhas que não façam
Os seus ninhos no verão? (VIII, 1ª parte)*

Registremos a bela rendição do altivo Gonzaga:

*Eu sou, gentil Marília, eu sou cativo;
Porém não me venceu a mão armada
De ferro e de furor;
Uma alma sobre todas elevada*

*Não cede a outra força que não seja
A terna mão do amor. (IX, 1ª parte)*

Na lira XVIII, 1ª parte, a antiga visão da vida doméstica e o temor da velhice desamparada se evidenciam:

*Mas sempre passarei uma velhice
muito menos penosa,
não trarei a muleta carregada;
Descansarei o já vergado corpo
Na tua mão piedosa
Na tua mão nevada.
Assim irá, Marília, docemente
Meu corpo suportando
Do tempo desumano a dura guerra.
Contente morrerei, por ser Marília
Quem, sentida, chorando,
Meus baços olhos cerra.*

Após sua prisão, na 2ª parte de sua obra o sofrimento ajuda a compor versos, sem dúvidas, dos melhores da língua Portuguesa, no período:

*Nesta cruel masmorra tenebrosa
Ainda vendo estou teus olhos belos,
A testa formosa
Os dentes nevados
Os negros cabelos. (Lira I, 2ª parte)*

Eis o sofrimento transformado em beleza poética;

*Chegam as horas, Marília,
Em que o sol já se tem posto;
Vem-me à memória que nelas
Via à janela o teu rosto,
Reclino na mão a face
E entro de novo a chorar. (Lira XX, 2ª parte)*

Curvemo-nos à beleza desta pequena obra-prima:

*Se queres ser piedoso,
Procura o sítio em que Marília mora,*

*Pinta-lhe o meu estrago.
E vê, Amor, se chora,
Se a lágrimas verter a dor a arrasta
Uma delas me traz sobre as penas
E para alívio meu só isto basta. (Lira XIX, 2ª parte)*

Nesta segunda parte cresce a presença do poeta ilustrado, viril, combativo, pois fala mais de sua personalidade do que da própria Marília, mas sem ser egocentrista, pois esta continua a ser sua peregrina inspiração.

Vejamos na Lira XI, 2ª parte:

*Estou no inferno, estou, Marília bela;
E numa cousa só é mais humana
A minha dura estrela:
Uns não podem mover do inferno os passos;
Eu pretendo voar, e voar cedo
À glória dos teus braços.*

Na desesperança que os grilhões da masmorra lhe impõem se desespera no imaginário e impossível combate, como se lê na Lira XXIV, da 2ª parte:

*Eu vou, Marília, vou brigar co'as feras!
Uma soltaram, eu lhe sinto os passos;
Aqui, aqui a espero
Nestes despidos braços.
É um malhado tigre; a mim já corre,
Ao peito o parto, estalam-lhe as costelas,
Desfalece, cai, urra, treme e morre.
Vem agora um leão; sacode a grenha
Com faminta paixão a mim se lança;
Venha embora que o pulso
Ainda não se cansa
Oprimo-lhe a garganta, a língua estira;
O corpo lhe fraqueja, os olhos incham,
Açoita o chão convulso, arqueja e expira;
Mas que vejo, Marília? Tu te assustas?
Entendes que os destinos, inumanos,
Expõem a minha vida
No circo dos romanos?
Com ursos e com as onças eu não luto:*

*Luto com bravo monstro que me acusa,
Que os tigres e leões mais fero e bruto.
Embora contra mim, raivoso esgrima
Da vil calúnia a cortadora espada,
Uma alma, qual eu tenho,
Não se receia a nada.
Eu hei-de, punir-lhe a insolência,
Pisar-lhe o negro colo, abrir-lhe o peito
Co'as armas invencíveis da inocência.*

Dirceu, que em tantos versos e passagens de sua vida demonstrou desejo de ser dono e possuir bens, na lira XV, 2ª parte, poeticamente, nos explica seus sonhos de riqueza:

*Eu, Marília, não fui nenhum vaqueiro,
Fui honrado Pastor da tua Aldeia;
Vestia finas lãs e tinha sempre
A minha choça do preciso cheia,*

*Tiraram-me o casal e o manso gado,
Nem tenho, a que me encoste, um só cajado;
Para ter que te dar, é que eu queria
De mor rebanho ainda ser o dono;*

*Prezava o teu semblante, os teus cabelos
Ainda muito mais que um grande trono;
Agora que te oferte já não vejo,
Além de um puro amor, de um são desejo.*

Não comento a 3ª parte da obra, por me parecer apócrifa, e estar possuído da mais sólida convicção de que Tomás Antônio Gonzaga não é o seu verdadeiro autor.

Além de Marília, de sua forte e quase egocêntrica personalidade, outra grande influência na vida de Gonzaga, na feitura de sua poesia, foi Cláudio Manuel da Costa, mais idoso, grande sonetista, mestre da métrica que dedicou ao poeta de Marília imensa amizade, aconselhando-o, corrigindo e aperfeiçoando sua obra literária, com total desprendimento, mesmo sabendo que o quase discípulo, simplificando a sua linguagem lírica, o superaria como o maior poeta arcádico, superior a ele que iniciara a Escola Mineira, e seria o histórico elo de união entre barroco e culteranismo, este por ele também cultivado, e a arcádia, englobando suas principais variáveis, vida pastoril, neoclassicismo e ilustração.

As palavras de Cláudio Manuel da Costa, ao ensejo de seu depoimento, quando delatou e acusou vários de seus companheiros, patriotas do movimento inconfiante, como Gonzaga, devem ser esquecidas por tratar-se já de grave enfermo, psiquicamente obstaculizado, incapaz de dominar sua vontade e raciocinar com clareza.

São de recordar, e não se sabe que Gonzaga haja tomado conhecimento ou não da prisão e suicídio de Cláudio Manuel da Costa, pois os inconfiantes estiveram encarcerados em lugares e cidades distantes, estes belos versos dedicados a Cláudio:

*Quando passar pela rua
O meu companheiro honrado,
Sem que me vejas com ele
Caminhar emparelhado,
Tu dirás: Não foi tirana
Somente comigo a sorte;
Também cortou, desumana,
A mais fiel união. (Lira XII, 2ª parte)*

Gonzaga prisioneiro “é a primeira voz romântica de nossa literatura, o seu primeiro acento individualizado de desgraça é patético”, bem recorda José Guilherme Merquior (ob. cit. pág. 34), e Antônio Cândido afirma que “em nossa literatura, é dos maiores poetas, dentre os sete ou oito que trouxeram alguma coisa à nossa visão do mundo”, para, em seguida, explicitar: “nas literaturas românticas do tempo, forma sem desluzo ao lado de um Bocage ou um André Chénier” (ob.cit.pág. 121).

Gonzaga, além de *Marília de Dirceu*, escreveu várias outras obras, como os ensaios *Direito Natural* e *Usura*, episódios, sonetos, canções, poemas e poesias diversas, mas a obra que também o imortalizou foram as *Cartas Chilenas*, escritas em decassílabos brancos, de natureza satírica, em que expõe, com talento e bravura, o despotismo, iniquidade e primarismo do tiranete Luís da Cunha Menezes, governador das Minas e Capitão-General que passará à história como o ridículo sátrapa Fanfarrão Minésio.

Muito se escreveu e discutiu sobre a autoria desta obra satírica, a melhor escrita em nosso País, mas depois das valiosas contribuições de M. Rodrigues Lapa, Afonso Pena Júnior, Afonso Arinos de Melo Franco e Manuel Bandeira, não mais será lícito discutir a autoria desta obra, de lavra do Tomás Antônio Gonzaga que possuía talento, capacitação, destemor e válidas razões para escrevê-la.

A obra foi redigida quando dos preparativos iniciais da Inconfidência, e muitas de suas folhas, apócrifas, circularam entre os habitantes de Vila Rica, que as atribuíram a Gonzaga.

O longo poema escrito em decassílabos brancos, com 3.964 versos, distribuídos em treze cartas, verberam o despotismo do tirano, governador e capitão-general das Minas Gerais, Luiz da Cunha Menezes, batizado como Fanfarrão Minésio.

Gonzaga, em sua contundente crítica ao mandonismo e desvario do referido governador, se utilizou do imaginário Critilo. Minas seria o Chile, cuja capital, Santiago, substituiria Vila Rica; a Universidade de Coimbra se reveste dos contornos de Salamanca, e Portugal se transfigura em Espanha, na qual residiria Doroteu, o destinatário das treze cartas redigidas por Critilo.

O anonimato, hoje perfeitamente esclarecido, se impunha pela violência praticada, na região das Minas, pelos agentes da metrópole.

As *Cartas Chilenas* são precedidas da *Epístola a Critilo*, com 208 versos decassílabos, tudo estando a indicar que, nela, seu autor, Gonzaga, tenha contado com a colaboração de seu conselheiro e amigo Cláudio Manuel da Costa.

As treze missivas que compõem as *Cartas Chilenas* se transformaram em uma visão adequada do que foi a retrógrada, corrupta, burocrática e despótica administração colonial lusitana nas Minas Gerais, não diferindo, no essencial, de tudo o que ocorria na administração da imensa colônia do continente sul-americano.

Nelas, na primeira carta descreve, de forma jocosa, a chegada do Fanfarrão Minésio e, na segunda, Critilo, assim como Dirceu, revela certo desprezo pelas riquezas, o que parece ser autêntico, como demonstrado na relação dos parques bens do patrimônio apurado de Gonzaga, na devassa, onde apenas se evidencia a preocupação de elegância, no vestir, do antigo ouvidor-general de Vila Rica.

Nas cartas terceira e quarta são açoitadas a vaidade e a corrupção reinantes na construção da enorme Casa da Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência, obra desnecessária, no momento em que Vila Rica, com a exaustão das minas, iniciava o seu processo de empobrecimento econômico.

Na sexta carta o Fanfarrão Minésio supera a si mesmo, em sua desumanidade, ao obrigar, em dia de corrida de touros, a um mulato musicista, cuja esposa jazia morta em humilde cama de modesto barracão, a continuar tocando sua rebecka, para deleite do Fanfarrão e seus comparsas. Eis os versos:

*No dia Doroteu, em que se devem
Correr os mansos touros, acontece
morrer a casta esposa de um mulato,
que a vida ganha por tocar rebecka;
dá-se parte do caso ao nosso chefe;
este, prezado amigo, não ordena*

*que outro musico vá no lugar dele
a rebecka tocar no pronto carro;
ordena que ele escolha ou a cadeia,
ou ir tocar a doce rebequinha
naquela mesma tarde, pela praia.
Que é isto, Doroteu, estás confuso?
Duvidas isto que seja ou não verdade?
Então que hás de fazer, quando me ouvires
contar desordens que inda são mais calvas?
Indigno, indigno chefe, as leis sagradas
Não querem se incomodem alguns dias
os parentes chegados dos defuntos,
ainda para cousas necessárias;
e tu, cruel, violentas um marido
a deixar sobre a terra o frio corpo
da sua terna esposa, sem que tenhas
ao menos uma honesta e justa causa (Carta VI)*

Na sétima carta, fragmentada, Critilo/Gonzaga, filho e neto de magistrados, protesta contra as indevidas interferências e arbitrariedades cometidas pelo Fanfarrão Minésio, na área judiciária, desrespeitando a independência entre os poderes Judiciário e Executivo, que deveria existir.

A oitava carta denuncia os escândalos, ao ensejo da venda, pelo governador, dos famosos e rentáveis “contratos de entradas”, sendo um dos corruptos denunciados o delator coronel Joaquim Silvério dos Reis, o Silverino, inimigo mortal de Gonzaga.

Critilo, em sua nona carta, censura a ação nociva dos militares na sociedade mineira, sempre em detrimento dos pobres, em harmonia com o ideário civilista da ilustração.

Na décima e décima-primeira carta, de conteúdo moralista, são denunciadas as bacanais do tirano, com o erotismo e o sensual próximos da pornografia, tão do agrado do famigerado Fanfarrão Minésio.

Na décima-segunda carta verifica-se o nepotismo habitualmente praticado pelo ridículo governante e, na décima-terceira, incompleta, com apenas 29 versos, Critilo/Gonzaga critica a aliança do Estado com a Igreja, favorecendo esta o exercício do poder, não raro despótico.

Paulo Roberto Dias Pereira, em sua brilhante contribuição, *Cartas Chilenas: impasse da ilustração na Colônia*, ao comentar que os críticos, em expressivo número, classificam Gonzaga como sendo elitista e contrário aos ideais de seu tempo, argumenta com inteira procedência:

Esta tecla que tantos críticos vêm martelando ao longo dos anos, apontando Gonzaga como um intelectual em descompasso com a sua época, quer nos parecer equivocada. Criticam-no por não ser um seguidor do iluminismo francês, mais democrático, republicano, anti-clerical, de espírito modernizador nos valores sociais e econômicos. Mas não é essa a filiação do ilustrado poeta, visto não ser esse o iluminismo predominante no mundo luso-brasileiro do século XVIII. Desde o nascer do iluminismo em Portugal, na feliz expressão de Ofélia Malheiros Caldas Paiva Monteiro, com Alexandre de Gusmão, d. Luís da Cunha, Luís Verney, Ribeiro Sanches, até a corrente pombalina-mariana, o que predomina e se impõe é o iluminismo italiano, conforme já demonstrou Cabral Moncada, de espírito despótico, que deseja aproveitar as conquistas da ciência e da técnica, mas não quer abolir a censura, nem reformar o Estado da maneira mais democrática, que pudesse pôr em causa o próprio poder da realeza. (In *A poesia dos Inconfidentes*, Ed. Nova Aguilar, 1966, pág. 782).

Em verdade, Gonzaga, tanto como intelectual quanto como cidadão, esteve sempre à altura e, mesmo, adiantado em relação ao tempo em que viveu.

Como poeta, deve ser, em preito de justiça, considerado como o melhor do mundo luso-brasileiro de seu tempo. *Marília de Dirceu*, obra-prima do gênero lírico, perdurará através dos tempos.

Em suas *Cartas Chilenas* desafia o tirano brutal e indigno e, por tratar-se de representante direto da coroa lusitana, desafia e critica também, por que não o dizer, o próprio monarca português, a sua corte e o estamento que o orientava.

Nas treze missivas que compõem as *Cartas Chilenas*, com destemor, não apenas desafia o tirano da província e sua corte, mas, também prega a separação entre o Estado e a Igreja, condena o militarismo, postula a equidade fiscal, idéias tão caras ao iluminismo e defende a justiça social e tributária, nestes versos de fogo:

*O pobre, porque é pobre, pague tudo,
e o rico, porque é rico, vai pagando
sem soldados a porta, com sossego!
Não era menos torpe, e mais prudente,
que os devedores todos se igualassem?
Que, sem haver respeito, ao pobre ou rico,
metessem no Erário um tanto certo,
à proporção das somas que devessem?
Indigno, indigno chefe. Tu não buscas*

*o público interesse. tu só queres
mostrar ao sábio augusto um falso zelo,
poupando, ao mesmo tempo, os devedores,
os grossos devedores, que repartem
contigo os cabedais que são do reino.*
(*Cartas Chilenas*, ob.cit.pág.856).

No que se refira à sua admiração pelo pombalismo, visível em sua fase da mocidade, Direito Natural, nada a condenar, pois o célebre marquês, não obstante o seu censurável ângulo absolutista, natural à época, ao lutar pela industrialização e interesses legítimos de Portugal, sempre ameaçado pelas nações emergentes européias, principalmente Inglaterra, Espanha e Holanda, encarnaria o que de melhor existisse na tradição histórica portuguesa.

Tomás Antônio Gonzaga não foi um marginal no movimento da Inconfidência; ao contrário, dele participou com as naturais precauções e cautelas de experimentado advogado, sendo superado apenas por Tiradentes, pois caber-lhe-ia redigir as leis da nova república, e era inquestionável sua ascendência intelectual sobre os demais inconfidentes.

Preso, quando das temidas Inquisições que lembravam o Santo Ofício, e tornaram-se pusilânimes homens de brio e valentes, só é verdade que, como bom advogado, procurou defender-se da forma mais inteligente possível, jamais denunciou algum companheiro, a nenhum traiu.

Gonzaga, quando a corrupção predominava nas Minas, não obstante ocupar cargo de singular relevo que lhe permitiria enriquecer-se facilmente, permaneceu digno na sua postura de jurista e cidadão, e os autos da devassa demonstraram o seu pequeno patrimônio, sua ausência de riquezas e, pobre, partiu para o desterro em Moçambique.

Parece-me anacrônico condená-lo, e à Inconfidência, por não defender, de imediato e isoladamente, a abolição da escravidão negra, nódoa que manchou toda a vida colonial brasileira.

Nem as Revoluções inglesa do século XVII e a Francesa da centúria XVIII o fizeram, e é de lembrar-se que Voltaire, dos espíritos mais esclarecidos de sua época, como nos informa Roberto Simonsen, não deixou de se tornar acionista de empresa organizada em França, com o propósito exclusivo de administrar a aquisição e distribuição do trabalho escravo.

Somente com o passar dos anos é que a consciência internacional, pressionada e humilhada pelos horrores da escravidão, reinantes nas Américas e, posteriormente, pelos interesses econômicos de países que primeiro declararam a abolição, como é a hipótese da Inglaterra, pressionaram irresistivelmente em favor da libertação dos escravos, sendo de lamentar que haja sido o Brasil o último País das Américas a fazê-lo.

Sabidamente não eram boas as relações entre Tiradentes e Gonzaga, em razão de fatos anteriores ao movimento libertário da Inconfidência.

Em decorrência, Gonzaga escreveu versos que, como poeta e cidadão, devem ser considerados como os mais infelizes e inadequados de sua atribulada vida. Vejamos:

*Ama a gente assisada
A honra, a vida, o cabedal tão pouco?
Que ponha uma ação destas
Nas mãos dum pobre, sem respeito e louco?
E quando a comissão lhe confiasse,
Não tinha pobre soma
Que por paga ou esmola lhe mandasse?
O mesmo autor do insulto*

.....
*Mais a riso do que a terror me move,
Deu-lhe nesta loucura,
Podia-se fazer Netuno ou Jove.
A prudência é tratá-lo por demente,
Ou prendê-lo, ou entregá-lo,
Para dele zombar a moça gente".
(Lira XXXVIII, 2ª parte)*

É verdade que, nas severas inquisições, Gonzaga nunca se voltou contra Tiradentes e jamais desrespeitou-o.

É certo, porém, que os colonizadores monarquistas se valeram desta isolada e descabida insinuação de insanidade, na tentativa de ridicularizar e diminuir a personalidade mais representativa da aspiração de liberdade e progresso do povo brasileiro.

Tomás Antônio Gonzaga, após três anos de prisão, foi condenado à pena de degredo, por dez anos, em Moçambique e, a 23 de maio de 1792, partiu para a África, a bordo do navio *Princesa de Portugal*, sendo tratado pelo comandante do navio com a merecida cortesia.

O degredado que chegara a Moçambique não mais alimentava os sonhos do letrado que chegara, anos atrás, a Vila Rica, para ocupar o honroso cargo de ouvidor-geral.

Instalou-se na própria residência do ouvidor, Dr. José da Costa Rios Barros, já doente e prestes a deixar o cargo; Gonzaga lhe foi extremamente útil, pois com a sua cultura e inteligência muito o ajudou no exercício do cargo, para o qual já não dispunha de possibilidades físicas e intelectuais.

Foi, a seguir, nomeado promotor do juízo de defuntos e ausentes e advogado dos auditórios públicos, missões exercidas com grande talento.

Objetivo, mais próximo das teses do Direito Natural, escrito em sua mocidade, do que das belas e amorosas liras do mártir Dirceu, casou-se com Juliana de Sousa Mascarenhas, rica herdeira do proprietário da mais importante casa comercial dedicada aos negócios da escravatura, com quem teve uma filha, Ana Mascarenhas Gonzaga, que viria a casar-se com Adolfo João Pinto de Magalhães.

Gonzaga, quando de sua nomeação para o cargo de promotor e advogado dos auditórios públicos, sofreu forte oposição do ouvidor Diogo de Sousa, que, em despacho, após outras considerações, afirmou que o candidato possuía o "cérebro desconcertado". (M. Rodrigues Lapa, ob. cit, pág, 533).

Esta incerta observação alimentou a lenda, desenvolvida por alguns românticos, de que Gonzaga, ainda perdido de amores por sua Marília, havia ensandecido.

Nada mais distante da verdade.

Gonzaga, único advogado e pessoa diplomada em toda a colônia de Moçambique, bem casado, tornou-se procurador da Coroa da Fazenda, no ano de 1806, e adquiriu bom patrimônio.

Envolveu-se na política local, sempre ao lado do poderoso bispo de Olba, e os adversários deste nunca deixaram de alvejá-lo, como revolucionário em potencial que aspirava à criação da República de Moçambique, em harmonia com os ideários da ilustração.

Gonzaga, a 2 de maio de 1809, foi nomeado Juiz da Alfândega, cargo que tanto almejava.

Veio, todavia, a falecer em fevereiro do ano de 1810.

Nunca mais voltaria, portanto, a Portugal ou ao Brasil, mas as suas cinzas, como as de Marília, se encontram depositadas, lado a lado, no Museu da Inconfidência, na Praça Tiradentes da antiga Vila Rica, em perene demonstração de que, não obstante os insuperáveis obstáculos que em vida os separaram, permanecem como o melhor símbolo de amor lírico de toda a literatura brasileira.

Bibliografia

A Poesia dos Inconfidentes, Editora Nova Aguilar, 1966.

Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga - Poesias - Cartas - Edição Crítica de M. Rodrigues Lapa. Rio de Janeiro - 1957 - Instituto Nacional do Livro.

As Cartas Chilenas: Um problema histórico e filosófico, M. Rodrigues Lapa, com prefácio de Afonso Pena Júnior, Editora do Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1958.

Gonzaga e a Inconfidência Mineira - Almir de Oliveira - Editora Itatiaia em convênio com a Universidade de São Paulo.

Como era Gonzaga? Eduardo Frieiro - Publicações da Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais.

Marília de Dirceu, Editora Irmãos Laemmert, Rio de Janeiro, 1845.



“O MENINO DA MATA E SEU CÃO PILOTO”

Alaíde Lisboa de Oliveira

O livro de Vivaldi Moreira exerce sobre o leitor forte atração, é todo cheio de interesse, do ponto de vista estético, ético, afetivo ou mesmo sentimental. É comum perguntar-se onde está o poético de um texto, se na forma ou nos temas. Mas, por que falar em poesia ao comentar –se um livro de memórias? Justamente porque os momentos poéticos se sucedem nos relatos de Vivaldi Moreira. A obra toda vai dar ao leitor um sentido poético sempre renovado. Ainda que se unam, linguagem e tema têm valores específicos e podem ser apreciados separadamente. Assim, começo por afirmar que o Autor de *O Menino da Mata e seu Cão Piloto* escreve com segurança, fluência e bom gosto especial, embora se queixe de seu professor de Português, em suas recordações. Lembro-me, nesta oportunidade, que Helena Antipoff disse, certa vez, que um professor, não bom, de aluno superdotado constitui-se num desafio positivo para esse aluno, que revida, estuda com mais afinco, expande-se e supera, com muitas vantagens, as deficiências do ensino. A performance, na expressividade do discurso do Autor, revela a competência, o domínio de normas e diretrizes bem interiorizadas; Vivaldi não pode queixar-se de suas aquisições lingüísticas, porque tem a posse da Língua e uma fluência que provoca, no leitor, fluência no ler, no ouvir mentalmente. As frases, as lembranças, as idéias, as captações, as expressões fluem, e o leitor as frui e se envolve naquelas teias, naquela tessitura tão expressiva.

Se um bom professor de Língua Portuguesa tivesse dito ao menino Vivaldi, na escola, que construísse frases curtas, que não estendesse o número de orações subordinadas para garantir a clareza de seu discurso, talvez hoje não se teria a prova, no *Menino da Mata*, de que é possível clareza ou força significativa no correr da pena, sem interrupção, com períodos grandes ou pequenos, com subordinadas, que se superpõem, longas e breves, restritivas,

*Acadêmica, professora universitária aposentada.

explicativas, elucidativas, às vezes numa disparada fogosa, que estimula o fôlego do leitor, preso no sentido do texto, sempre nítido. Nem os pontos interrompem a continuidade; sente-se também que períodos maiores revalorizam fatos, idéias e deram nova graça ao relato.

E, se o professor do menino Vivaldi lhe tivesse dito que a falta de parágrafo dificulta a compreensão do texto? Ao ler *O Menino da Mata*, esse professor ficaria em dúvida. Nas suas páginas, sem parágrafo ou com parágrafo, as idéias, as imagens, as comparações, brotam claras, transparentes.

O que é mais expressivo nesse livro? O fato narrado ou a análise do fato? O personagem descrito com palavras tão marcadas ou a interpretação do comportamento das personagens? O Autor se revela com uma capacidade de análise surpreendente, não de dissecação, mas de integração; o leitor pode chegar às sínteses, mas não são as sínteses que importam realmente, mas cada afirmação, cada mergulho nos tipos, nas coisas, nos acontecimentos.

As personagens são apresentadas com tanta força de realidade, por dentro e por fora, que se tornam pessoas. O Autor tem olhos de lince: vê o que é visível e penetra profundamente no que seria invisível para muitos.

Os fatos narrados trazem mensagens literárias e, por acréscimo, informativas, mas a informações são muito ricas e revelam realidades de uma época; embora não sejam realistas "... , volvem os olhos para o real, mas excluem o realismo..." na expressão de Machado de Assis.

A riqueza interior de Vivaldi Moreira transborda, quer ele fale de pessoas, quer de animais. Os perfis de uns e de outros são excelentes.

Antigamente, quando se queria elogiar o poder descritivo de um escritor, dizia-se que ele parecia um fotógrafo; mas não é com um fotógrafo que Vivaldi se parece ao escrever, porque uma fotografia, mesmo colorida, é mais estática, não traz os matizes da alma, do coração, do espírito, como trazem os perfilados, nos diversos capítulos desse livro.

Outro aspecto curioso é a capacidade de o Autor aplicar, com a maior propriedade, citações eruditas a situações cotidianas, que crescem de significado na interpretação casuística.

Vivaldi Moreira se apresenta como aquele que conta, com força constante de primeira pessoa; poucos são os diálogos com ou de outras personagens, mas os efeitos teatrais das próprias cogitações são como diálogos do Autor com o Autor; o dinamismo dos relatos provoca o leitor que acaba se inserindo no contexto.

Toda uma edificante filosofia de vida emana das páginas de *O Menino da Mata e seu Cão Piloto*, num clima literário e espiritual.

A DESPEDIDA

Carlos Lacerda*

Nota Explicativa

Este conto veio na safra dos últimos trabalhos de ficção de Carlos Lacerda, jornalista e político em tempo integral nos períodos de democracia e infatigável escritor e editor nos períodos de ostracismo político. Os originais estão no Fundo de Arquivo Carlos Lacerda, na Biblioteca Central da Universidade Darcy Ribeiro, em Brasília, juntamente com mais de duas dezenas de outros contos. Quase todos inéditos. Alguns foram escritos na década de 30, durante a ditadura Vargas e os demais, depois de 1968, durante a ditadura militar. A Despedida é da última safra.

Pelo que tudo indica, o autor só se entregava à literatura de ficção nos períodos em que lhe eram vedados a tribuna e o jornal. Impedido de atuar politicamente, de falar e de escrever sobre assuntos políticos, voltava-se para os livros, seja editando os próprios e os de terceiros, seja escrevendo crônicas, reportagens e contos. Entre os livros publicados em vida destaca-se A Casa do Meu Avô (Editora Nova Fronteira, 1976), obra seguidamente editada e que mereceu de Carlos Drummond de Andrade julgamento lisonjeiro:

Ainda que você não tivesse outros títulos - e tem muitos a ser inscritos na memória de nossa terra e gente - bastaria este, o de "A Casa do Meu Avô", para permitir-lhe esse lugar que importa mais do que os lugares convencionalmente tidos como importantes. (Trecho da carta de 26.12.76 que se encontra no ACL Arquivo Carlos Lacerda).

* Político brasileiro, nascido no estado do Rio de Janeiro em 1914 e falecido em 1977. Liderou a oposição brasileira aos governos que sucederam à ditadura Vargas e tentou liderar o combate à ditadura militar, depois de ter colaborado como poucos para sua implantação. Em vida deixou publicadas mais de 30 obras e 15 traduções, rol que será enormemente aumentado com as co-edições dos originais encontrados no Fundo de Arquivo Carlos Lacerda, abrigado na Biblioteca Central da Universidade Darcy Ribeiro, de Brasília.

Carlos Lacerda, ficcionista, atuando apenas nas entressafras das ditaduras, produziu como nas demais áreas em que atuou uma enormidade de textos. O Fundo de Arquivo Carlos Lacerda, organizado em decorrência do convênio FUNDAMAR - Fundação 18 de Março e a UnB-Universidade de Brasília, DF, www.fundamar.com está revelando uma desconhecida produção literária na área ficcional de quem se tornou conhecido como jornalista, político e governador do Estado da Guanabara. Não se tinha notícia de que o escritor guardasse tal quantidade de contos inéditos na gaveta. Mais de duas dúzias.

Já está nas livrarias o livro de memórias *Rosas e Pedras do Meu Caminho* (co-edição FuB-Fundamar, 2001) com vários capítulos totalmente inéditos. E no prelo já se encontram três peças teatrais: *O Rio, Amapá ou o Lobo Solitário* e *A Bailarina Solta no Mundo*.

Os próximos trabalhos inéditos de Carlos Lacerda, programados para publicação, são os contos e entre eles, *A Despedida*.

Belo Horizonte, dezembro, 2001

Túlio Vieira da Costa

Curador do Fundo de Arquivo Carlos Lacerda e da Fundamar-Fundação 18 de Março.

A DESPEDIDA

Não quero dizer seja o que for, capaz de te magoar. Mas, procuro evitar que se banalize, por pieguice, a beleza dos nossos sentimentos. Do meu amor por você, e me atrevo a considerá-lo também possível, o seu por mim. Pelo menos a sua afetuosa curiosidade, digamos assim.

Digo, e logo começo a duvidar. Nada mais movediço, instável. Nada mais desgarrado do que o nosso amor indeciso. Nada mais desesperado do que este meu amor que desembarca antes de partir. E o seu amor com tão justos motivos desistente.

Fomos desde logo dominados pela certeza de que não podia durar. Quando você acordar para a vida, que tão cedo a atormentou mas não a destruiu, já a mão da velhice fechará meus olhos. Mas a última visão seja o teu corpo fremente nas minhas mãos como se eu o criasse naqueles exatos minutos.

E teus olhos, donde naquela tarde duas lágrimas umedeceram meus dedos.

Um instante assim de harmonia, de completa identificação. Você embutida em mim, pequena e trêmula, uma pedra brilhando no engaste em que ficou cravada. O som quase apagado de tua voz perdendo nitidez à medida que o meu nome surgia à beira dos teus beijos dados, tomados, prisioneiros da minha boca. E o grito que você deu quando em vez de um segredo eu te beijei a orelha - que mais diria do que um beijo o que você precisa ouvir?

Começou logo assim, tão sério, tão fundo o nosso amor. Dizer que não temi, será mentira. O perigo do costume, o tédio depois da posse, acrescido de outro maior, o da simples gratidão enternecida. E o perigo das convivências. Serei sempre um intruso onde ela estiver à vontade, pensei e penso ainda. Um senhor desembarcado de outro planeta, no mundo em que ela se sente natural, lago em que ela voga, como navegará este barco cheio de cargas e lembranças de insólitas navegações?

A leviandade da minha decisão e sobretudo o egoísmo, haverá quem até os qualificará, entre risos, de desvario - os excessos da fantasia alheia, ninguém admite nem perdoa. Os equívocos naturais, a propósito de nossa idade. Os menos naturais, o comentário visível, ainda que inaudível, o sorriso disfarçado, a amabilidade contrafeita, o fingimento de não ver, tudo isto previ, tudo isto já estava enfrentando antes mesmo que se colocasse à nossa frente; tal como tantas vezes fecho os olhos na escuridão para me habituar à cegueira e meço de memória a distância entre os móveis e a parede.

Meu amor me ensinou esse exercício, reconhecer o que já começava a desaparecer, esse ímpeto, esse redescobrimto da perfeita alegria, não apenas em aventura e susto avulso. O amor deliberado, eleito. Saber que nos escolhemos, eu primeiro, e que você me aceitou e me disse, quase pedindo para não duvidar, que gostava de mim. E quando me gabou e eu ri, vaidoso e feliz, mas repeti seu elogio num tom menor e você retificou no tom que bem quis e me deixou encandeado numa luz tão intensa. A completa alegria desse minuto, como terei de fazer para esquecê-la? É fácil dizer que melhor é guardá-la em vez de dispensá-la. Claro, eu te guardo, mas não como um troféu de caça. Levo na minha pele a marca da batalha que ganhei mas que afinal, forçosamente, vou perder. Um sinal do combate como o tivemos, uma luta sem vencedores em que os dois caímos, um do outro, prisioneiros.

E agora, vê-la como uma espécie de amiga distante à disposição de amores avulsos ou do grande caso sereno e matrimonial que a espera, sereno e o mais possível definitivo. Ouso acreditar que também não te será fácil acostumar-se a esse abandono de si mesma, em que até agora viveu desperdiçando a sua ternura misturada à sensualidade embotada, sutilmente refletida no seu rosto cuja inocência luminosa os iletrados do amor não sabem decifrar. Sob a carinha de menina há uma mulher que se descobriu para mim. Onde aprendi tantas artes de amar, você perguntou e eu evasivamente disse, num riso breve, que uma fada logo cedo - porém não, há manobras aprendidas mas há essa nossa integração invencioneira, nos deu o poder de recomeçar quando tudo parecia acabado. Recomeçar - um dia você conjugará esse verbo - mas será tarde.

Nossa conversa podia descambar para a melancolia. Como no aeroporto quem vai se separar para nunca mais.

Temi não ter assunto para você, ou ao contrário ceder às tentações de brilhar, de contar casos e histórias, ser personagem de relevo aos teus olhos para seduzir, para me exibir. Nada disso foi preciso porque, se houve, vinha de antes e não deu na vista, foi tudo tão rápido - e nós falamos mais pelos olhos e pelo corpo do que simplesmente no sopro da voz articulada em frases. Tão depressa! Esta é a minha queixa. Devia acabar, não sei. Mas tinha de acabar, eu sei. E fui o primeiro a lhe dizer. Não por mim. Se de começo pensei também em mim não tardei a verificar que da vida só me resta esse prêmio, por inesperado e imerecido que seja, e até maior quanto mais imerecido. Mas, por você mesmo é que teria de acabar. Foi o que lhe disse e agora tenho raiva de ter contribuído para a sua evasiva, a sua fuga, a sua recusa - em suma. Acabar pelo desgaste, temi. Pelo constrangimento. Pela inevitável comparação entre nós. Pela necessidade, que será sua como também é minha, de carne moça. E não só carne, mas um espírito, uma atitude, uma posição perante a vida. Previa as longas horas de um ciúme horrível, mesmo feito de imaginação - e por que apenas imaginário? - acompanhando o passo do seu olhar para ver a quem se encaminhava, a que ansiedade, a que programa, a que desejo novo. Quando você me disse que não dura muito cada amor que tem, não acreditei nem um minuto, porque vi logo que era o seu modo de tranquilizar, de me dizer que não queria criar nenhum problema para mim. Em suma, você se conformava com a simples aventura de duração indeterminada, mas sempre curta. Agora me diz o oposto, e eu sei que agora é que diz a verdade. Na sucessão de pretextos e desculpas com que você se debate e se defende, surge mais uma, a de que não ama bastante - e seus olhos, no entanto, não choram por piedade - a não ser que seja a pena de achar que têm de me dizer mais essa mentira piedosa para acumular dificuldades no caminho que queríamos abrir um para o outro, um ao encontro do outro.

E como está sendo longa no meu ser a tua ausência, a falta que me faz estar em você, e sermos um só, nós dois. Eu sei que tais coisas acontecem, esse clarão como o das fogueiras antes de apagarem. A certa altura da vida se envolve a pessoa no sinal, no gesto, no cheiro de outra muito mais moça; e isto vale para homem e para mulher, vale para quase todo mundo, sobretudo para quem é muito carente e ao mesmo tempo tem muito para dar.

Mas o que poucos podem sentir é essa doação lúcida, essa entrega consciente, sem ilusões ridículas, a certeza da duração limitada no tempo - e eterna na memória, enquanto existir, mesmo para além da memória convencional, a mais sutil, a que convoca e mobiliza todos os sentidos, a mais recôndita papila, a glândula mais secreta, a ponta dos dedos, a pele eriçada, como vi a sua, tomada de um frio repentino, o coração descompassado como ouvi o teu batendo ao meu ouvido submisso e deslumbrado, um compasso triunfal mas em surdina.

Você pensou muito, disse-me uma coisa lógica porém odiosa sobre comprometimento social - sem saber que então já isto era para mim assunto resolvido, portanto superado - o que me obrigou a repassar tudo, a re-imaginar a sua situação, os constrangimentos, os dissabores, tudo o que eu não poderia lhe evitar porque por mim só lhe posso dar o que me resta; tudo o que me resta.

O pior é essa maldita coerência, essa desengonçada honestidade que me obriga a concordar contigo cada vez que você recua, mesmo que seja para sempre. Pois é, eu bem te avisei, tem toda razão de recuar, de não querer ir além. Será honestidade, será coerência? Pensando bem, temo que seja mais uma espécie de embuste, um ardil contra mim mesmo. Uma vez que não vai durar, e vai acabar tudo antes que meu amor acabe, melhor é interrompê-lo bruscamente, me defender como se a tivesse defendendo a evitar lentas agônias. Daí concordar, quase aplaudir suas decisões. Mas, esse aplauso é falso. Nem acabou em você, ainda, nem acabaria tão depressa assim. Porque você me disse. E também porque eu sei, eu sinto. Não sei ainda, já agora creio que não saberei nunca do seu primeiro amor, seus sustos, e donde lhe veio essa coragem, essa força. Tivemos tão pouco tempo para confidências, confiantes abandonos e lembranças que nos identificam, nos encorajam. Sei ou antes presumo o que teve de enfrentar, apesar da compreensão e do apoio que teve com essa coragem petulante e precoce, na qual senti - inevitável associação - a de alguém que muito antes também (ou não devo dizer "também") enfrentou o mundo pela decisão que tomou e que deu razão de ser à sua vida. Creio que misturei com você essa lembrança antiga e por isto tão depressa compreendi sua coragem e a beijei como um louvor à sua bravura. Onde foi parar, então, seu desafio? Não quero voltar ao tema e parecer que procuro convencê-la a abandonar o seu abandono, a desistir de sua desistência. Como lhe disse, nesta conversa incompleta que se faz por telefone, a decisão é sua e eu tenho de aceitá-la porque concordo que é a única sensata, etc. Mas, tinha que ser tão cedo? Tão definitiva? Tinha que ser assim? Sem uma noite inteira, sem um dia sequer, de começo a fim, nosso, somente nosso? Então haveria pelo menos lembranças, melancólicas, talvez, mas bem mais fáceis de guardar do que sobressaltos e intervalos. Assim como foi, tornou-se uma espécie de amputação voluntária, como cortar um grande pedaço da alma.

'Tomam-me o sonho, sou privado de alegria. E você? Logo encontrará quem lhe dê o que você recusa, e muito mais, com certeza mais próximo embora não mais junto de você do que eu estaria. Não acredito que ninguém dará jamais, nunca mais, o que eu nesta estrada em que embarquei para a solidão, te dou. A redobrada alegria de amar e de ser muito e para sempre, com a pressa do moço e a do velho, a pressa de quem tem medo que não dure e a de quem sabe que não vai durar. É fácil e sobretudo verdadeiro falar de para

sempre quando o que resta para diante é pouco. Você não me diria para sempre, nem eu queria ouvir essa mentira. Mas eu posso dizer com naturalidade para sempre. Desde logo, porque do muito que você receba de quem a ame - e é tão fácil gostar de você! - haverá sempre algo do meu amor no amor que te pedirem. Estarão sempre me tomando um pouco do que você me deu, mesmo que quisesse, já não te poderia devolver. E algo do que você der a quem a queira, e será tão fácil recebê-la, será sempre tomado de mim.

Mas, quando digo que é fácil dizer para sempre, no meu caso, é porque sei, o resto da vida guardo o riso dos olhos claros, o brilho dos dentes, a curva leve do corpo pequenino e flexível sob o peso inquieto e ansioso do meu corpo. Eu sei, havia também, apenas começado, um encontro de idéias, de idades, uma espécie de média a fazer na convivência, bem possível entre dois tempos de vida tão diversos. Também disto ando faminto, eu. E você, não me parece que tenha se fartado. Estávamos quase chegando a esse momento em que o amor se completa pela convivência. Ora, não houve tempo, ou melhor, cortamos o tempo quando ele começou a correr. Isso é o que fica por dizer, por existir entre nós. As horas de abandono. O que você se recusou ao me privar de os ter.

Não me sinto despropositado ao escrever a lápis, pelo caminho, estas linhas que ora copio à máquina para que você as possa ler até o fim sem o pretexto de não ter entendido a letra. Sinto que te mereço, tanto quanto sinto que preciso de você. E você, precisaria de mim? Não creio. Mas, valeria a pena experimentar? Ousas dizer que não?

Afinal, não é esta a questão. Afinal, não há questão. Tudo está dito. Menos pela necessidade de dizer do que pela esperança de poder voltar a te ver, como se costuma dizer - como uma jovem amiga a quem eu desejo todo o bem do mundo.

Quanto a mim, já não tenho o que desejar. Resta-me o atropelo, a corrida final, e esta insanável solidão.



ORFEU E A INFLUÊNCIA DE SEU MITO

*José Afranio Moreira Duarte**

Mais que domadas, mansas, dóceis e meigas, como cordeiros, ficavam as feras, enquanto o próprio vento, detendo a marcha, voltava-se no seu curso, para melhor ouvir. Embaladas por ele, as árvores, ao ritmo suave da música, agitavam os ramos, em graciosos meneios, aumentando a beleza da hora. Isso, criam os gregos, passava-se quando cantava Orfeu, acompanhando-se da lira, maravilhando a natureza toda com a doçura e a maviosidade de seus cânticos.

Os primeiros poetas gregos, os aedos, foram figuras lendárias e dentre eles, por mais conhecido, destaca-se Orfeu. Seria filho de um rei da Trácia, Oeagro, e de Calíope, ou, segundo outros, de Apolo e de Clío. Músico, poeta e cantor, cultivou seus diversos dons com habilidade rara, atingindo perfeição insuperável e inigualável. E tanto que não somente os animais mas até mesmos os minerais e vegetais se sentiam tocados quando o ouviam. Coube-lhe a missão de despertar o povo da Trácia para as coisas mais belas e civilizadas. Quando participou da famosa expedição dos Argonautas, chefiada por Jasão, composta por heróis gregos que foram à Cólquida conquistar o toso de ouro, ganhou fama em todo o mundo antigo. Ao ouvirem os seus cantares, as próprias sereias sentiram-se inferiorizadas e quebraram as liras, reconhecendo ser impossível cantar como Orfeu.

Iniciado pelo pai nos mistérios de Baco, tornou-se místico e estudou profundamente tudo que se referia às divindades gregas, vindo a ser uma espécie de sacerdote. Além disso, viajou muito, a fim de conhecer as crenças de outros povos, mormente a dos egípcios, as quais, por intermédio dele, influenciaram a própria religião da Grécia. Símbolo de tudo que é belo, bom, espiritual e puro, Orfeu não comia carne e nem mesmo ovos, por considerá-los como princípio de todos os seres.

A passagem mais famosa de sua história é a descida aos infernos. Encontrou o poeta na bela Eurídice o amor sonhado. Quando tudo era alegria, no dia de suas bodas, Eurídice morreu, por haver sido picada por uma serpente, ao brincar com as companheiras, sobre a relva, jubilosa por unir-se ao bem-amado.

* Da Academia Mineira de Letras.

Não se conformando com a perda, sem consolo, Orfeu decidiu ir buscá-la, entre os mortos, e enteneceu os próprios deuses com a beleza de suas artes, comovendo-os também pela grandiosidade de seu amor. Enteneceu as próprias divindades infernais, que consentiram na ida de Orfeu ao Hades, mas sob uma condição: ele não poderia olhar sua querida antes de transpor os limites daquele sombrio reino. Seguido de perto por Eurídice, Orfeu se afastava. Já bem próximo das fronteiras do mundo, não resistindo mais, voltou-se e viu Eurídice, mas pela última vez. Ela se perdeu para sempre nas trevas e ele teve de voltar só.

Não lhe concederam os deuses nova descida. As mulheres (todas o amavam) procuraram consolá-lo, mas ele obstinava-se em ser fiel mesmo à memória de Eurídice e não deu a mínima confiança a nenhuma delas. Enciumadas, celebrando suas orgias dedicadas a Baco, as trácias despedaçaram-no e jogaram sua cabeça no rio Hebro. E a cabeça, levada pela torrente, conservou sua extraordinária formosura. Embalada pelas águas, ela seguia flutuando. Os lábios murmuravam, como num canto, o nome de Eurídice, que o eco repetia pelas margens.

A Trácia foi assolada por pestes com que os deuses quiseram punir o grande crime da morte de Orfeu. Um oráculo disse que as pragas cessariam se fossem prestadas homenagens fúnebres ao poeta, sendo necessário, pois, localizar sua cabeça. Um pescador a encontrou na foz do rio Mele, na Iônia, sem nenhuma alteração. No local ergueram um templo a Orfeu. A entrada nele sempre foi interdita às mulheres, porque algumas delas o mataram. Esta é a lenda, a mais bela entre todas.

Já na segunda metade do século XX, num dos pontos mais altos da poesia brasileira, *Invenção de Orfeu*, Jorge de Lima a evoca em vários trechos, como por exemplo:

... e agora há éguas nulas no silêncio,
as éguas da fecundação final planturosas e cheias de pistilos
Viscosos como suas lesmas
a mão êxul de Orfeu, os retinidos ecos
temperados de cor, eram dele, de Orfeu
deus sonoro e terrível, hoje vago, vago
Tão vago como sua vaga destra

E, mais adiante:

... E conseqüentemente eis outros testes:
a neblina no rio, os seios vistos,
a asma colegial, as noites vivas,
as falenas no tecto... O poema nasce:
Orfeu, Orfeu, Orfeu que me desperta.

Ainda agora, vê-se, é forte a influência do mito, observado, desde séculos sem conta, como fonte de inspiração.

Na Grécia dos primeiros tempos ela apareceu de modo mais acentuado com o Orfismo, quer seja no terreno literário, quer seja no religioso. O Orfismo era o símbolo de uma atividade poética e mística também. Procurava conseguir a harmonia de exigências então novas com tudo que a tradição já consagrara. Diz-se que o Orfismo não foi uma doutrina e nem tampouco uma soma de doutrinas, mas somente uma tendência para extrair das diversas lendas existentes sobre os deuses e a formação dos mundos o que de vital existia nelas.

São atribuídos a Orfeu diversos hinos e melodias, mas não se pode afirmar que sejam mesmo de sua autoria. Membros de uma família ateniense, a dos Licomidas, sabiam tais versos de cor e cantavam-nos quando da celebração dos mistérios órficos. Conta a tradição que Orfeu foi o inventor do verso hexâmetro.

Nas letras latinas, Ovídio lhe faz referências, nas *Metamorfoses*. Diz o poeta Nasão que quando a cabeça de Orfeu vogava pelo rio, em direção ao mar, parou perto da ilha de Lesbos. Miraculosamente, seus lábios murmuravam ainda os tristes lamentos. Súbito, uma serpente tentou mordê-lo, porém o deus Apolo a transformou em um rochedo que lá ficou, feito cobra de bote armado, a boca aberta.

Por ocasião do Renascimento, o povo erudito da Europa, em toda parte, pareceu haver descoberto a Grécia novamente. Era moda então, entre homens e mulheres, falar o grego e conhecer profundamente tudo que se referisse à cultura helênica. Como não podia deixar de ser, essa influência fez sentir-se também na música, subindo, na época, mais um degrau na história de sua evolução.

A primeira ópera de que se tem notícia é a *Eurídice*, de Peri e Caccini, com versos de Rinuccini, impressa em Florença, em 1600. Após esses, outros cultivadores apareceram. Coube a Monteverdi ser o verdadeiro criador da ópera na Itália, isto é, da ópera com suas características tradicionais. E ele apresentou entre suas obras uma intitulada *Orfeu*. Houve, também, ópera homônima, de Luigi Rossi, compositor italiano falecido em 1653.

Porém, a provavelmente mais bela página musical jamais escrita sobre o fascinante mito grego apareceria no século seguinte, em 1774, com *Orfeu e Eurídice*, de Glück, que viveu muitos anos na França, protegido por Maria Antonieta. Ela fazia suas obras serem encenadas na corte de Luiz XVI. A *Orfeu e Eurídice*, de Glück, é possuidora da mais extrema beleza, desde os seus primeiros acordes, quer nas partes apenas orquestradas, quer nas árias e nos belíssimos coros. Tanto assim que mais de dois séculos após seu aparecimento, ela ainda é incluída com geral agrado nos repertórios das companhias líricas mais famosas do mundo. Surpreende a muitos o fato de o papel de Or-

feu ser desempenhado por um contralto. Era corriqueiro naquela época papéis de homens serem interpretados por vozes femininas, mas isso causa estranheza, hoje em dia. Na realidade, o papel foi escrito para o famoso *castrato* Guadagni. Glück fez uma adaptação para tenor, quando da versão francesa de sua obra, cantada originalmente em italiano. Entretanto, logo a parte de Orfeu voltou a ser desempenhada por outros tipos de artistas, com timbres de voz diversos, sendo, atualmente, interpretada por contraltos.

Em 1858 a cena lírica foi novamente brindada com outra peça sobre o tema, a opereta *Orfeu nos infernos*, de Offenbach, compositor nascido em Colônia, na Alemanha, mas naturalizado francês. Dessa vez, porém, a história é apresentada como paródia, tem caráter cômico, sendo o libreto de Cru-mieux. Orfeu e Eurídice não se entendem. Ela não pode compreendê-lo, engana-o. Quer livrar-se do talentoso marido, que a detesta, pois, longe de ser musa inspiradora, ela nem sequer suporta suas produções artísticas. Tem pavor de ouvi-las. Essa obra apresenta interessante particularidade, própria das operetas a de possuir longos trechos dialogados, como numa peça de teatro, sendo cantados apenas duetos, árias e coros, muito belos. Offenbach é, pois, um dos criadores da opereta. Há uma ária de Eurídice visivelmente inspirada em outra da magnífica ópera de Glück. Usando como tema o célebre canção parisiense, para certas passagens, Offenbach produziu música de tão contagiante alegria que mesmo o ouvinte mais austero se surpreende, por vezes, a marcar-lhe os compassos, com as mãos ou com os pés.

O literato austríaco Rainer Maria Rilke também pagou seu tributo ao herói mítico, dedicando-lhe vinte de seus melhores poemas, sob o título de *Sonetos a Orfeu*.

Na França, o cineasta e escritor Jean Cocteau voltou-se para o assunto, mais de uma vez. Apresentou primeiro um dos filmes mais belos e estranhos de todos os tempos, *Orfeu*, estrelado por Jean Marais, transpondo a lenda e os símbolos para o mundo moderno. Anos depois, produziu, ainda, o *Testamento de Orfeu*.

Tennessee Williams, para um drama chocante e dolorosamente atual, locado no sul dos Estados Unidos, numa cidade dominada por violentos preconceitos raciais, inspira-se na mesma fonte e apresenta *Orpheus descending*, peça teatral já levada à tela.

Em Portugal, *Orpheu* foi o nome dado à revista de Fernando Pessoa e seus companheiros.

No Brasil, também, Orfeu atua. Jorge de Lima, já citado anteriormente, para escrever a obra que João Gaspar Simões diz ser o primeiro poema da brasilidade, traz para nossa terra e nosso tempo o deus grego, presenteando o povo brasileiro com uma das mais valiosas jóias poéticas da língua portuguesa, o seu muito justamente célebre *Invenção de Orfeu*.

Outro brasileiro dos grandes, Vinicius de Moraes, usou o mesmo tema, transpondo a ação para um morro carioca nos dias atuais. *Orfeu da Conceição*, uma das obras-primas do teatro deste país, após ser êxito nos palcos, foi filmada com o título de *Orfeu do Carnaval*, numa co-produção franco-brasileira, pelo cineasta Marcel Camus, que, com essa mesma película, em 1959, obteve a láurea máxima no Festival Cinematográfico de Cannes.

Vê-se, assim, que, passados milênios desde suas origens, em plena era do átomo e do jato, como nos primórdios do classicismo helênico, Orfeu renasce, persiste.



MARIO DE ANDRADE E OS MINEIROS: NOTAS PARA UM ROTEIRO DE BRASILIDADE

Edmur Fonseca *

Os dez anos que se seguiram à *Semana de Arte Moderna de 1922* foram, para Mário de Andrade, de intensa vida intelectual. Poemas, contos, ensaios, obras de ficção mais extensas como *Amar*, *Verbo Intransitivo* e *Macunaíma*, crônicas, crítica literária, cinematográfica, de música e de artes, historiografia, compõem um universo literário peculiar, sem parecença na história da inteligência brasileira. Conferências e depoimentos, artigos de jornal e entrevistas, fotografia, viagens etnográficas, estudos folclóricos e uma intensa correspondência, são as outras tantas manifestações do espírito, destinadas a exercer papel definatório nos rumos da estética modernista.

Convivência pessoal e correspondência com os amigos, momentos de uma personalidade marcadamente didática, cujos reflexos fazem-se sentir em escritores de diferentes idades e tendências, tratados sempre com cuidados extremos de dedicação, manifestações de afeição e provocações à elaboração de novas formas de conhecimento.

Cartas para Graça Aranha, Manuel Bandeira, Viriato Correia (os mais velhos), e, logo, os de outras gerações, os que participaram ou se incorporaram no movimento de que ele era uma das figuras mais expressivas: Ademar Vidal, Alceu Amoroso Lima, Arthur Ramos, Augusto Frederico Schmidt, Augusto Meyer, Camargo Guarnieri, Cecília Meireles, Francisco Mignone, Joaquim Inojosa, Luís da Câmara Cascudo, Moacir Werneck de Castro, Newton de Freitas, Paulo Duarte, Prudente de Moraes Neto, Raul Bopp, Renato de Almeida, Ribeiro Couto, Rodrigues de Abreu, Ronald de Carvalho, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Sérgio Olindense, Sousa da Silveira, Villa-Lobos, Vinicius de Moraes e dezenas, centenas de confrades, por todo o Brasil.

*Jornalista, cientista político, escritor, ex-diretor do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, da Fundação Memorial da América Latina, São Paulo.

Praticamente, não há um Estado brasileiro em que não desfrutasse de admiradores devotados, que o procuravam em pessoa, que lhe escreviam ou com ele conviviam com a assiduidade possível.

No caso de Minas Gerais, o intercâmbio teve início com Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Pedro Nava e Martins de Almeida. Não demorou, somaram-se Aníbal Machado, Austen Amaro, Dantas Motta, Gustavo Capanema, Henriqueta Lisboa, João Alphonsus, João Dornas Filho, Mário Casasanta, Milton Campos, Murilo Mendes, Murilo Miranda, Oneyda Alvarenga, Rodrigo Melo Franco de Andrade, o grupo *Verde* de Cataguases, não se sabe se todos, mas, seguramente, Rosário Fusco, Ascânio Lopes, Enrique de Rezende, Francisco Inácio Peixoto e Guilhermino César, vindo em seguida os de menor idade: Murilo Rubião, Alphonsus de Guimaraens Filho, Wilson Castelo Branco e João Etienne Filho, até desembocar em Fernando Sabino, Hélio Pellegrino, Paulo Mendes Campos e Otto Lara Resende.

Um agrupamento de 30 pessoas, todos escritores. Não há entre elas um só arquiteto, pintor ou escultor, e um só músico, Frutuoso Vianna, compositor e pianista emérito, autor de peças como *Dança de negros*, *Sete miniaturas sobre temas brasileiros*, *Corta jaca*, e de quem Mário admirava o talento e a inclinação para a brasilidade. O Gustavo Capanema e Milton Campos eram vocações literárias que se deixaram absorver pela política, contribuindo aliás, no exercício da vida pública, para a criação de instituições fundamentais para o desenvolvimento da cultura de seu tempo.

Sendo escritores, estrutural e visceralmente escritores, interessavam-se pouco pelo que não fosse literatura. Foi Mário de Andrade quem os motivou para o conhecimento de outras artes. Foi ele quem redescobriu o barroco para os mineiros, redescobrimo-o também para o resto do Brasil, dando-lhe dimensão nacional e fazendo-o repercutir no exterior. Mostrou, com intuição crítica admirável, o valor de sua arquitetura, a expressividade de escultores e pintores, a doçura musical dos compositores da época.

Pela primeira vez descobria-se e demonstrava-se, toda a importância histórica e artística do período colonial mineiro, de que Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, seria a síntese genial mais representativa.

O esquecimento veio depois, já no século XIX, quando os moradores das decadentes cidades do ouro, passaram a achá-las feias. Só que, mesmo no tempo de seu esplendor como profissional competente, não se chegou a perceber o significado de sua arte como personalidade de expressão universal, individualíssima. Tanto que, *reconhecidamente aceito como artista de valor, célebre a ponto de lhe aceitarem os exigências e caprichos, o Aleijadinho quase não foi celebrado no tempo dele*, ainda que, em 1790, o livro de registro dos fatos notáveis de Mariana já o nomeia como *superior a tudo e singular*.

Não passava disso. O problema é que os mineiros não reconheciam suficientemente os traços peculiares de seu passado. Foi Mário de Andrade quem primeiro percebeu, inserindo-o em toda a sua grandeza na História do Brasil. No seu *O Aleijadinho*, mostrou aos condiscípulos de Belo Horizonte que Minas tinha sua própria identidade e que eles poderiam ser diferentes dentro das nossas letras.

A poesia dos Inconfidentes, por sua vez, profetiza o Romantismo Indianista e contador do Segundo Império, enquanto que no *Uraguai*, nas *Cartas Chilenas*, nas *Marílias* estão à espera de fecundação européia as mães legítimas de *Y-Jucá-Pirama*, de Castro Alves e do modinheiro de *Salão Oitocentista*.

Poetas e construtores de igrejas trazem em si diferentes descobertas, sobretudo no que se refere à compreensão que se tem hoje do que foi e do que se tornou a velha província mineradora. Bom exemplo da expansividade mineira é o de José Joaquim do Rocha, que por 1770 funda a escola de pintura baiana. Como mineiro sem discussão é Mestre Valentim (morto em 1813), parando no Rio de Janeiro. A influência humana que a colônia a essa época principia a exercer sobre a metrópole tem nas artes uma série de figuras representativas, entre elas as de Gonzaga, cujas *liras fazem furor em Portugal, muito relidas e muito contadas*.

São dois séculos de um surto coletivo de sociabilidade brasileira, impondo e transformando em realidade, sem a mais mínima intervenção política de Portugal, não só a presença do mulato como de suas muitas realizações artísticas, principalmente na arquitetura. Não só Bahia e Pernambuco, repositórios de igrejas luxuosas, como a partir de 1730 as de Vila Rica, Mariana, Sabará e um bocado mais tardonha, Caeté, *um bruto dum munhecação emboa-ba atordoando a consciência nacional nascente*.

Chama a atenção, nessa parte, a valorização do mulato como ser autóctone, diferenciado dos lusitanos, aos quais se reservaria o papel de gerador de artistas novos, não comprometidos com os modelos europeus tradicionais, deformando sem sistematização possível a lição ultramarina.

Engenheiros e mestres carapinas, arquitetos, escultores, entalhadores e pintores celebrados, músicos e cantadores de modinhas, violeiros, na maioria mulatos, donos quase sempre de um encanto inexpressível. Trata-se de uma lista pormenorizada de nomes importantíssimos, sendo curioso de observar que todos estes mulatos aparecem brilhando principalmente nas artes plásticas e na música. Mostram assim o que tinham de fortemente negro neles.

O Aleijadinho de Mário de Andrade é, nos seus contornos mais evidentes, um dos primeiros brados de anti-racismo produzidos no País. O que espanta, mas é muito, é de ver a sinceridade mesquinho com que historiadores e poetas depreciavam o mulato. Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, obedecendo

sem nenhuma revisão honesta, à quizília que já na Colônia os reinóis manifestavam contra os mulatos, deixaram páginas sobre isso que não correspondem o nenhuma verdade nem social, nem psicológica. Sem falar em Graça Aranha, que fez o mesmo numa página que me pareceu repulsiva em sua eloquência romântica". E investe contra o vício reinol e europeu do preconceito racial, para concluir que não é a superioridade das raças que distingue os senhores de seus servos e a classe social o que desclassifica os excluídos dos privilégios.

Os Mulatos - é a sua conclusão - não eram nem melhores nem piores que brancos portugueses ou negros africanos, O que eles estavam era numa situação particular, desclassificados por não terem raça mais. Nem eram os negros sob o bacalhau escravocrata, nem brancos mandões e donos. Livres, dotados duma liberdade muito vazia, que não tinha nenhuma espécie de educação nem meios para se ocupar permanentemente. Não eram escravos mais, não chegavam o ser proletários, nem nada.

Cada mulato era um ser sozinho. Não tinha referência étnica com o resto da mulataria e, nessas circunstâncias, o problema de sua avaliação como ser social passa o ser uma coisa individualíssima. Uns são brigões, outros mansos, de personalidade dócil, ainda quando afirmativos. Uns burríssimos e primários, outros vivazes, e tantos até com inteligência fecunda e criadora.

Necessidade constante de afirmação, terreno fértil para o surgimento de muitos talentos. Mário denuncia o mal-estar desse período, definindo-o, porém, como brilhantíssimo, certamente o mais relumbrante das artes plásticas brasileiras. Mal-estar principalmente por causa da inconsciência nacional que o caracteriza. Justo o contrário do mal-estar de agora. Essa constatação, feita em 1923, é, se não igual, semelhante à dos dias de hoje.

Mostra-se aí o esplendor e a decadência das várias províncias coloniais, a coincidir com o florescimento tardio de uma arte que já se pode definir como brasileira, seja em Pernambuco, na Bahia, no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais. No momento em que o Aleijadinho, pelos trinta anos de vida, impôs o gênio dele, a província decaía como quem despenca. Permanecia somente a tradição do fausto, da perseverança no brilho exterior, como forma de demonstrar uma grandeza que não mais existia, sem o que não poderia prover os recursos para a construção da vasta obra de Antônio Francisco Lisboa e de seu parceiro na pintura, Manuel da Costa Ataíde.

Mesmo então, nesse fim do século XVIII, atravessando todo o século XIX até os idos de 1924, os mineiros não se imaginavam decadentes. Trocaram a mineração pela atividade agro-pecuária, a exploração do ouro ou do diamante pelo comércio e a política. No fundo, já, aquela *moléstia tão dos brasileiros e que Nabuco simbolizou: uma timidez acaipirada, envergonhada da terra sem tradições. Sem tradições porque ignoravam a pátria e a terra.*

O que Mário pretendia era romper com essa ignorância, mostrar a existência de uma tradição consolidada na prática de séculos. Dizia aos intelectuais do Brasil que não havia que ter vergonha de serem brasileiros. Demonstrava, no extenso arrazoado de um ensaio pioneiro, a possibilidade necessária de apropriar-nos da própria geografia, incorporando à sensibilidade nacional os valores do passado, de que as cidades coloniais, com seus palácios e igrejas, suas festas profanas e religiosas, sua literatura e arquitetura, suas criações musicais, o artesanato popular, as esculturas e pinturas eram mais do que símbolos da grandeza de uma época, para afirmar-se como realidade cultural sobre a qual se estruturaria a arte viva de nossos dias. Até as formas vivas da religiosidade, segundo Mário, seriam componente inevitável do feito brasileiro de comportamento.

Coisas pouco sabidas, ou quase nada, pelos moços escritores das Alterosas, a quem Mário se afeiçoara e que bombardeava de inquietudes, do confronto com os modelos estéticos conservadores às preocupações lingüísticas e literárias, observações sobre artes plásticas, política, história, etnologia, informações críticas sempre atualizadas e debates de idéias. Convívio pessoal, dificultado pela distância, correspondência pertinaz e em alguns momentos até insistente.

Não se pode deixar de reconhecer o marco dessa pregação na formação intelectual de todos eles. Não só na literatura. Era ascendência que se estendeu a variados campos do conhecimento.

A ocorrência, didaticamente mais notável, no período de iniciação a terrenos tão amplos e ignorados antes do intercâmbio com o confrade mais experiente, é justamente essa descoberta do Aleijadinho que, até então, não passava de um desconhecido. Sabiam da existência de suas obras, ignoradas, no entanto, pelo grupo. Ignoradíssimas.

Carlos Drummond, por exemplo, só veio a fixar sua atenção para o significado coletivo dessa transfiguração da realidade, no setecentos, quando, a pedido do próprio Mário, pôs-se a coletar dados, atos e registros que lhe documentassem o estudo em andamento. Fatos como a data de construção, início e fim, da igreja da Boa Morte, de Barbacena, e o nome do autor do projeto. Relatórios e datas sobre as igrejas de São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo de Sabará; São Francisco de São João del-Rei e, sendo possível, fotos de todas elas.

Outras solicitações diziam respeito a datas de construção, possivelmente início e fim das igrejas do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, Nossa Senhora das Mercês e São Miguel Arcanjo, ambas de Ouro Preto (também esta com foto da fachada) tudo com o apelo de convocação de todos os amigos, o que foi feito com rapidez e, sobretudo, uma grande motivação, que se refletiria nas preocupações futuras de cada um sobre a identidade artística e cultural do fazer literatura dos mineiros.

O despertar de consciência provocado por tais esforços não encontrava cabida três anos antes, no provinciano Belo Horizonte daquele tempo. Pedro Nava relata em suas *Memórias*, sua total ausência de instrução sobre o barroco de sua terra, relato que tem como motivo a demolição da velha matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, que era linda, substituída por uma nova em estilo gótico, que ia se mostrando cada dia mais horrenda e falsificada. Nava nunca soube *de quem foi o idéia de substituir o monumento do século XVIII pelo monstrengo que lá está hoje*.

A igreja antiga pertencia ao Curral del-Rei. Era um fragmento da história do ex-distrito de Sabará, com seus arquivos, repositório dos casamentos, batizados e mortes dos curralenses. Jogados todos no lixo, destino igual ao do teto pintado das vizinhanças do altar-mor, sem nenhum protesto da população, prefeitos insensíveis, autoridades eclesiásticas ignorantes, intelectuais desinformados quanto à magnitude do atentado cometido.

Somente em 1928 Mário teorizaria, com autoridade, sobre a falsa idéia de primitivo que se atribuía a Antônio Francisco Lisboa, pois que desconhecia-se no Brasil a faculdade de deformar inerente aos criadores autênticos, e o mais legítimo e até mais indispensável direito dos gênios, o direito de errar, o direito de fazer *também* obras feias e dispensáveis. Apavorados pelas feiúras que o Aleijadinho deixou, como Rafael deixou, como Miguel Ângelo deixou, como Shakespeare ou Beethoven deixaram, inserindo de vez o mulato das Minas Gerais na mesma galeria dos grandes mestres, concedendo ao gênio o direito de errar, em vez de nos aplicarmos a essa falsificação européia da genialidade que busca reverter feiúras ostensivas em sutilezas do belo.

Sem formulá-lo analiticamente, Mário de Andrade é quem primeiro trabalhou o conceito de meneiridade como um valor de si mesmo, diferenciador das qualidades singulares dos demais brasileiros.

Seu propósito era visitar as cidades históricas, entrando por São João del-Rei e saindo por Congonhas do Campo, depois de percorrer Sabará, Ouro Preto e Mariana. Belo Horizonte era parte do itinerário e tem começo aí um dos relacionamentos pessoais mais fecundos para a inteligência moça da província.

Convidados por Carlos Drummond, compareceram mais o Emílio Moura, Pedro Nava e Martins de Almeida. Seria demais insistir nos detalhes desse encontro, que o memorialista classificou *como uma das coisas mais importantes para o nosso grupo*, e, para Carlos Drummond importantíssima, pois daí resultou a amizade com Mário de Andrade, desenvolvida através de sucessão de cartas, trocadas a partir de então até dois dias antes de sua morte.

Não foi o primeiro o comunicar-se com ele. Mas foi, aquele dos quatro, o que mais se correspondeu com o amigo e, portanto, o que mais recebeu dele em bens imponderáveis. *Estabeleceu-se imediatamente um*

vínculo afetivo que marcaria em profundidade a minha vida intelectual e moral, constituindo-se o mais constante, generoso e fecundo estímulo à atividade literária por mim recebido em toda a existência. Isto sem falar no que esta amizade me deu em lições de comportamento humano, desvelos de assistência ao homem tímido e desarvorado, participação carinhosa nos cuidados de família, expressa em requintes que a memória e a saudade tornariam indelévelis.

Se foi assim para o poeta de *Rosa do Povo*, não o seria menos para os demais, que a bem dizer jamais compartilharam com ele a não ser pelas cartas, *das quais a parte mais assídua era sempre a que vinha de São Paulo, discutindo temas estéticos e práticos, oferecendo e renovando oferecimentos de préstimos, reclamando da preguiça ou do desânimo do missivista incorreto.*

A intimidade epistolar era uma das feições firmes, se não a mais forte, da sua personalidade, que fala de sua angustiosa impossibilidade de solidão e se pergunta se não seria isso que faria dele, Mário, um infatigável escrevedor de cartas. Antônio Cândido tem explicação mais generosa e socialmente mais correta: para Mário de Andrade, *escrever cartas era tarefa de tanta responsabilidade moral e literária quanto escrever poemas ou estudos. Este madrugador, que dormia pouquíssimo, tinha a religião da correspondência, aplicando nela a correção escrupulosa de um guarda-livros. É provável que nunca tenha deixado sem resposta um simples bilhete, e Deus sabe quantos receberia. Possuindo da inteligência uma concepção ao mesmo tempo alta e simples, via nela um instrumento de revelar beleza e servir ao próximo, condicionando, entretanto, por técnicas pacientes e habilidosos, hábitos meticolosos e regulares. E praticava com escrúpulo desde o respeito ao surto de inspiração até o uso constante das fichas, desde a fidelidade à voz interior até a pontualidade. Sendo um grande artista, era simultaneamente um artífice cuidadoso e esmerado.*

Para reforçar o multitudine de temas que abordava, usou um estilo entre refinado e coloquial, iniciando sempre com mensagens de carinho e relatos do dia-a-dia. Conta tudo de seu trabalho, suas dificuldades de ordem prática e suas restrições financeiras, obrigações assumidas ou por cumprir-se, projetos literários, amenidades e momentos de lazer. As lições no Conservatório e as lições particulares têm o seu lugar. Escrever dísticos estrambóticos para um baile futurista ou a escolha de vestidos extravagantes mas bonitos para a mulher de amigo, tudo serve para moldar o clima ameno de intimidade, que se aprofunda com o tempo.

No geral não simplifica conceitos. Nem usa metáforas fáceis. Algumas teorias soam profundas. E lhe parece uma tolice banalizá-las para facilitar a concordância de seus interlocutores e facultar-lhes melhor entendimento. O que fez, com absoluta propriedade, é adequar-se, escrevendo à sensibilidade

ou aos possíveis humores do amigo distante, porém sem concessões no conteúdo, que pretende sempre objetivo.

Se quem recebe a carta é um mineiro, escreve para o mineiro. Nada de generalidades. Bom humor que ameniza a seriedade.

Em síntese, é o que se pode notar desde o início de uma sequência epistolar de noventa cartas, escritas a Carlos Drummond, de novembro de 1924 a fevereiro de 1945.

Foi tamanha a identificação de Mário de Andrade com o grupo mineiro que uma das preocupações iniciais de Gustavo Capanema, nomeado Ministro da Educação em 1934, foi a de convidar o amigo paulista para colaborar com sua administração no Rio de Janeiro, por intermédio de Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete, convite que só seria aceito em 1938, após sua demissão do Departamento de Cultura do Prefeitura de São Paulo.

Tal demissão indignou fortemente seus amigos de Minas, a tal ponto que Pedro Nava, médico e confidente que cuidou de sua saúde no tempo que viveu no Rio de Janeiro, atribuiu ao ato aleivoso do Prefeito que o destituiu o efeito de um crime: *É por isto, diz acusador, que escrevia palavra que repto - assassino. Tive noção disto quando o livro de Paulo Duarte, com a correspondência de Mário mandada do Rio, revelou-me a extensão do drama de sua solidão em nossa cidade.*

Foi então que a compreensão do Gustavo Capanema, Rodrigo de Melo Franco e Anísio Teixeira possibilitou a sua transferência para a capital da República, onde assume o cargo de diretor do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal, simultaneamente ao de catedrático de História da Fotografia. Assume, também, a função de consultor técnico do Instituto Nacional do Livro, parece-me que responsável pela elaboração dos projetos da *Enciclopédia Brasileira e do Dicionário da língua nacional*.

Sua vida como funcionário federal *é relativamente amável, pois num preciso ir à repartição e trabalho em casa..* A explicação é que se sentia fatigado, *mentalmente fatigadíssimo num bem completo esgotamento intelectual, arriado de fobias e obcecado pelo desejo de voltar definitivamente para São Paulo, aspiração, na época, difícilíssima em virtude da precariedade de suas perspectivas financeiras. Voltar para o Prefeitura - confidenciou - indesejável como sou, seria falta de vergonha, não volto.*

Frente à ansiedade do amigo, Rodrigo de Mello Franco termina por comissioná-lo pelo SPHAN para viagem de estudo ao norte do País, como pesquisador histórico-artístico-folclórico, que era uma das suas especialidades.

A época, no Ministério da Educação, por sinal, era de grande efervescência. Por iniciativa do Ministro, surgiram o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Serviço Nacional do Teatro, o Museu Nacional de Belas Artes e

o Instituto Nacional do Livro, destinados o revolucionar, no âmbito institucional, as relações do Estado e a cultura.

Foi Mário, por sinal, a pedido direto de Capanema, quem formulara, em 1936, o anteprojeto do primeiro. A direção do Instituto ficou com Rodrigo de Melo Franco, que fez de Mário de Andrade, representante em São Paulo.

O retorno à sua cidade não diminui, antes acrescenta seu relacionamento com os mineiros. É o tempo de encontro com Fernando Sabino, Hélio Pellegrino, Paulo Mendes Campos e Otto Lara Resende. Minha geração, identificada pela publicação da revista *Edifício*, não teve, no que se refere a Mário de Andrade, a oportunidade, que tiveram os representantes de outras gerações, de conviver com o mestre.

Todos chegamos a conhecê-lo pessoalmente, sobretudo após a sua volta, vinte anos depois, a Belo Horizonte. Hospedou-se, como em 1924, no Grande Hotel. Viva é a memória de sua presença. Alto, riso sempre aberto, pronto para a acolhida generosa de quem sabia ouvir e falar, no amplo diálogo sobre todos os temas que lhe propuséssemos.

Faziam parte da redação de *Edifício*: Edmur Fonseca, Francisco Iglesias, Jacques do Prado Brandão, Octávio Alvarenga, Pedro Giannetti, Pedro Paulo Ernesto, Sabato Magaldi, Waldomiro Autran Dourado, Walter Andrade e Wilson de Figueiredo. Participavam do grupo uns poucos moços: Amaro Xisto de Queiroz, Elzio Dolabela, Geraldo Brasil, José Geraldo e José Renato Santos Pereira, Marco Antônio Sales Coelho, Morse Belém Teixeira e Pontes de Paula Lima, o pintor Heitor Coutinho, Maria da Abadia e Vanessa Neto.

Encontros no bar do Grande Hotel, no restaurante Trianon, onde se reuniam escritores, jornalistas e boêmios, passeios pela noite belo-horizontina, visitas às livrarias. De tudo, além da sua versatilidade enciclopédica, o que mais me impressionou foi a humildade com que revelava o que não sabia. Surpreendeu-se de que alguns de nós conhecessem os trabalhos de Spitzer e de Vossler e dos modernos lingüistas e romancistas espanhóis, o Dámaso Alonso, o Carlos Bousoño, o Amado Alonso e o Vicente Garcia de Diego. De Carlos Bousoño, interessou-se pela *Teoría de la expresión poética*, impressionando-se igualmente com *Poesía espanhola: ensayo de método y límites estilísticos* e *Poesías y estilo de Pablo Neruda*, de Amado Alonso, a que se refere pouco depois, numa de suas cartas a Drummond. Uns poucos de nós vieram a estar com ele em São Paulo, em visitas isoladas ou por ocasião do 1º Congresso Brasileiro de Escritores. Eu mesmo estive em sua casa, na Rua Lopes Chaves. Levou-me Sérgio Milliet, que se fizera meu amigo e que se prontificou a conduzir-me até o amigo. Viagem sigilosa, por determinação política superior, motivada pela campanha de anistia. Mário concordava e confirmou-me sua crença na necessidade que tinham os escritores de partici-

par da ação política. Não em um partido ou movimento organizado, mas sem omitir-se. Seja como for, aproveitou para sugerir-me a leitura do *História antiga de Minas Gerais*, de Diogo de Vasconcelos, dos poetas da Inconfidência e o estudo mais atento do barroco, sem descuidar-me do Aleijadinho. Alphonso de Guimaraens não poderia ser esquecido, lembrando-me que não deveria deixar de ler o Carlos Drummond e o Murilo Mendes, na poesia, o Ciro dos Anjos, Cornélio Pena, João Alphonsus e Murilo Rubião. Palavras especiais sobre este último que, apesar do caráter metafórico de seus contos, lhe parecia mineiríssimo.

As cartas de Mário de Andrade sempre foram um acontecimento. Fernando Sabino, aos 17 anos, recebeu a primeira, de uma série persistente que duraria por quatro anos, até Mário morrer. Foi a propósito de *Os Grilos não cantam mais*, edição paga pelo autor, com bom sucesso da crítica. Escreveram: Álvaro Lins, Tristão de Athayde, Sérgio Milliet e até o circunspecto do Afonso Arinos de Melo Franco.

A glória, no entanto, foi aquela carta, lembra o Fernando: *Entre outras coisas, a carta de Mário de Andrade dizia que, se eu tivesse mais de trinta anos, meu caso era como de outro qualquer, mas se tivesse menos vinha a ser um caso bem interessante. Como eu tinha 17..... Ele me dizia que eu não ia estourar logo, mas progredir devagarinho, até que um dia os outros perceberiam que eu era um escritor.*

Quarenta e um anos depois, em 1982, Sabino publicou o conjunto das cartas recebidas, magnífica contribuição intelectual aos mais moços. *Mário era um homem multiforme - observa - um polígrafo: musicólogo, crítico de arte, ensaísta, poeta, romancista, contista, folclorista, cronista. Um mestre - e isso os jovens de hoje talvez não entendam, quando me mandam originais ou querem que eu seja uma espécie de Mário de Andrade para eles. Não tenho condições. Mário era único.*

Contudo, não se pode esquecer que pelo menos em Minas Gerais, para os talentos que surgiram, Mário não foi apenas o grande escritor, como alguns poucos o seriam, mas o mestre lúcido de muitas sabedorias, o pai a quem se podia recorrer, o irmão que compreendia e aconselhava, o professor paciente e o amigo.

Rosário Fusco declarou-me, certo dia, em Cataguases, que sem Mário de Andrade, para bem ou para mal, sua literatura não teria sido o que foi. Diga-se o mesmo quanto ao Carlos Drummond de Andrade, ao Pedro Nava, ao Fernando Sabino, cujo depoimento não pode ser esquecido.

Em seu magnífico *Beira-mar*, Pedro Nava fala da certeza que teve no primeiro momento, no dia que o conheceu, da imensa simpatia, a amizade em estado nascente e a enorme influência de sua personalidade sobre o raro que

escrevia naquele então e no demais que escreveu e nos legou esse escritor de riquezas literárias especialíssimas.

Sem rodeios, antes de falar da literatura, Nava prefere enunciar o mundo de coisas que foi esse *diabo de homem*, o subversor da ordem anterior, o desbravador de estradas, e o enunciado das virtudes e sabenças dos retratados repete e amplia em detalhes o universo numerável das realizações andradinas. O homem que reuniu os conhecimentos que lhe foram possíveis não podia deixar de se derramar na mestrança da gramática, da literatura e da lingüística. Nesse ponto foi um *scriptor classicus* e um escritor popular, cordelesco e trovadoresco como o demonstraria essa obra-prima de arte e ciência de brasileirismo que se chamaria *Macunaíma*.

Palavras reveladoras do choque inusitado do jovem escritor, funcionário público estadual e estudante de Medicina, ao adivinhar, nos relances de longas noites indormidas, o amigo para sempre que Mário de Andrade seria. *Tinha nada que compreendê-lo mais do que ele estava se mostrando na sua fantástica diversidade (trezentos, trezentos e cinquenta): era adotá-lo em bloco como faziam seus verdadeiros amigos. Como ele adotava os que tiveram a felicidade de ter sido seus amigos. Sua amizade serviu-lhe para ditar-lhe cartas que espalhou pelo Brasil, ensinando seus moços. Estava sempre de braços abertos, sempre pronto para o palavra pedida. Todos lhe doíam como o rapaz morto de improviso, cujo nome - José Antônio Ferreira Prestes - entra na literatura brasileira por ter podido inspirar a Mário aquele poema que só se lê de garganta presa sentindo os olhos inchados da necessidade de lágrimas - ah! vaitimbora, rapaz morto!*

Eram várias as modalidades que o Mário tinha de se dar aos amigos. Já se falou da primeira carta recebida pelo Fernando Sabino. Fale-se de sua viagem a São Paulo. Uma diferença de idade de trinta anos e a revelação de um entendimento sincero de amigos. *Uma essencialidade existencial* que se desdobra em aspectos sem limites.

Essa era a sua vocação, acrescento, *uma vocação epistolar*, como diria Hélio Pellegrino.

Esclarecia todas as dúvidas de ordem estética, cultural, social e política. Aconselhava-o, literato principiante, a escrever todos os dias. Estimulava-o a que procurasse ser o melhor possível: *Só se dando uma empreitada como dessas, você se deixará levar pela vida, não se contentará com migalhas, única maneira, dizia, de se chegar a ser o ficcionista que o Fernando pretendia.*

Há confirmação semelhante de parte da Henriqueta Lisboa, do Murilo Rubião e dos irmãos Santos Pereira. Dantas Motta, em noite memorável pelos ba-res belorizontinos nos contou, a mim, ao Murilo Rubião, José Calazans e João Vianna de Oliveira, o que lhe significou o exemplo de Mário de Andrade.

A maior das lições, a da disciplina, do cuidado com a linguagem, a pesquisa sintática e lexicográfica, a determinação na construção da palavra poética.

Essa foi a única vez, que eu saiba, que o Dantas Motta, após radicarse em Aiuruoca, voltou à capital de Minas. À semelhança de Antônio Cândido e Oneyda Alvarenga, Dantas Motta é um dos mineiros que se transformaram em patrimônio de São Paulo e, através de São Paulo, da literatura nacional. Foi por intermédio de Mário que se enturmou com o melhor da intelectualidade paulista, o que se daria, anos mais tarde, com Fernando Sabino. O Mário, sempre o apresentou, a ele Fernando, aos expoentes da nova geração: Antônio Cândido e Gilda Moraes Rocha (hoje Gilda Melo e Souza, sua mulher), Décio de Almeida Prado, Almeida Salles, Lourival Gomes Machado, Lauro Escorel, Péricles Eugênio da Silva Ramos e outros.

A exemplo do que fizera com os amigos modernistas, recebia os contos recém escritos pelo ficcionista em formação, comentando-os minuciosamente. *Aos dezenove anos*—relata-nos ainda o autor de *O Encontro Marcado*—*escrevi o segundo livro, a novela A marca. Era sobre o drama de um adolescente - a angústia, o impacto sofrido ao enfrentar a realidade do mundo. Levei os originais para Mário e ele, depois de ler, fez questão de relê-lo comigo, palavra por palavra, fazendo comentários. Comentários que até hoje me valem como orientação.*

Vieram, do contacto íntimo com o escritor mais velho, os critérios de literatura que lhe faltavam e, sobretudo, um hábito do maior valor para seu aprendizado literário: não ler senão com os cotovelos fincados na mesa, riscando o livro todo, anotando tudo. E ler do princípio ao fim, com ordem e com método. Embora não tenha sido dito, procede de Mário de Andrade também, acredito, a busca da expressão adequada, da propriedade vocabular. *Há mil maneiras de dizer uma coisa e só uma é perfeita...* (sic). *Acredito que escrever seja, basicamente, cortar. Cortar o supérfluo. Eliminar repetições, ecos, rimas, cacófos, redundâncias, lugares comuns. Mas principalmente excessos.*

Sábato Magaldi, a melhor e a mais completa sensibilidade crítica de minha geração, contou-me um episódio exemplar dos cuidados de Mário para com os jovens e os seus problemas. Foi quando de sua visita a Belo Horizonte, no início de setembro de 1944. O Sábato foi visitá-lo, sozinho, no Grande Hotel, no mesmo local onde se hospedara em 1924. Lá estava monopolizando-o, o nosso Fernando.

No restaurante, localizado no subsolo do Hotel, com entrada para a avenida Augusto de Lima, um amplo e sossegado salão que favorecia o bate-papo, o Sábato aproveitou-se de uma rápida saída do companheiro mais velho, para falar de um seu trabalho literário, suas leituras, seus escritos. Recebeu o pedido de que os enviasse a São Paulo, para a devida leitura e observações.

Sem que o provocasse, o Sábato recebeu uma carta cobrando-lhe a papalada. Não chegou o fazê-lo. Mário morreria em fevereiro, antes que o Sábato cumprisse com o prometido.

Gestos semelhantes de sentimento e beleza, é que explicam, talvez, a razão pela qual o Fernando Sabino e o Paulo Mendes Campos conseguiram, em 1945, dezoito amigos mineiros de Mário de Andrade dispostos a escrever sobre seu cinquentenário e publicar um livro comemorativo da data. Por razões, que não a ausência de colaboradores, a idéia não teve continuidade. Nenhum outro homenageado, porém, teria conseguido tal êxito.

A morte do autor de *Paulicéia Desvairada*, foi fixada por Carlos Drummond de Andrade como o fim de uma era. Não como o fim de uma figura individual, como lição viva de otimismo. *Fevereiro, 26 - às 7:15 da manhã, pelo telefone, Rodrigo (M.F. de Andrade) dá-me a notícia: Mário de Andrade morreu ontem à noite em São Paulo, de angina pectoris. O enterro será hoje às 17 horas. Esta morte é estúpida, mais do que qualquer outra. Mário emergiu de longa doença ou de um rosário de doenças: o obscuro câncer nunca operado (segundo diagnóstico sem confirmação), sinusite, amigdalite, não sei o que no pé. Parecia mais forte, e durante o Congresso de Escritores era visto com amigos bebendo sem restrições nos bares. Sua última carta para mim, datada de 11 deste mês estava cheia de projetos de livros, além do projeto fundamental de viver o ano de 1945. Acabou-se.*

O mais é a crônica das tentativas inúteis de amigos residentes no Rio de Janeiro, ainda Capital política e cultural do país, de comparecer em grupo ao enterro: entre outros Aníbal Machado, Bruno Giorgio, Guilherme Figueiredo, Moacir Werneck de Castro e Murilo Miranda, que foi quem se desdobrou, com o apoio do Carlos e do Rodrigo, para conseguir a cessão de um avião da FAB para o transporte da comitiva, que acabou não acontecendo.

E a emoção dos demais! gente como o mesmo Carlos Drummond, Abgar Renault, Augusto Meyer, Luis Camilo de Oliveira Neto, Mignone, Marques Rebelo, Oswaldo Alves, Paulo Armando e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Sem falar no Pedro Nava, para quem, ao escrever suas memórias, dedica à figura do companheiro e irmão que foi ele um poema real de solidariedade, escrevendo em prosa enxuta e comovida o que escrevera anos antes em verso, no seu não menos sentido como antológico poema *O defunto*. A maioria, de mineiros.

Frente ao momento terrível, o Luís Camilo surpreendeu o Carlos Drummond com uma observação, na aparência inusitada: *morre na véspera da libertação, referindo-se ao desfecho político que se esperava no País, e deixando de lado o fato em si, de perdermos alguém que representa alguma coisa além das circunstâncias.*

Só que este era o Mário de Andrade por inteiro, homem além e dentro das circunstâncias, que se sacrificou pelo bem do Brasil, de que a liberdade era um corolário, como a justiça e os direitos individuais. Ser livre foi a sua bandeira, seja no plano literário, no político, no econômico e no social. Ser livre para criar, para produzir, para manifestar-se e realizar-se na plenitude de cada existência.

Sua última carta a Carlos Drummond é uma confirmação dessas verdades. Além do mais, um canto de mineiridade como se fora uma última confidência, Primeiro, almoço com Henriqueta Lisboa e Aurélia Rubião, poetisa uma, pintora a outra, ambas amigas mineiras. Segue-se a visita de Oneyda Alvarenga (Minas), mais o marido Sílvio Alvarenga (Minas), com o que pôde viver à larga, como confessa, o seu fundo *complexo mineiro*...

E entre seus planos para 1945, o de importância primordial são os livros a escrever *A dona ausente*, *Música de feitiçaria* e o *Pico dos três irmãos*, irmãos que foram sempre o Manuel Bandeira, o Carlos Drummond de Andrade e o Murilo Mendes, os dois últimos de Minas Gerais, levado por uma *decisão de maior altura, humana e literária, só para três (sinto que é só para três essa altura, estes três)*.

Não contente, vai além e reitera que *aliás, se não fosse a máscara da minha vida - as máscaras destinam tanto a gente ... - acho que me deixava ficar aí nos Picos dos três irmãos, abandonando os dois outros livros projetados*.

Livro que não chegou o ser escrito. Sua morte o surpreendeu em um momento de revisão, de reencontro com a ficção e a poesia, de que resultou o término, para publicação, do *Lira paulistana* e, dentro dela, a *Meditação sobre o Tietê*, para ele *um poema chato, pesado, difícil de ler, longo demais, duro nos ritmos, cadência, bárdico, obra prima para nós seus leitores e, se não o maior, certamente o mais significativo dos poemas que compôs, e que, datado de fevereiro de 1945, o mês de sua morte, tem um sentido quase misterioso de testemunho*, como nos diz o Antônio Cândido. (*O observador literário*, 87).

Não cabe aqui a resenha final do desencanto de Mário com o que viu e ouviu no Congresso de Escritores, que o levou a concluir, de maneira contraditória, que o destino do escritor há de ser a torre de marfim, esclarecendo que esse distanciamento intelectual *não quer nem pode significar não-se-importismo e arte purismo*.

Nesse ponto, a carta a Carlos Drummond é mais que oracular, afirmando e reafirmando o destino obrigatório do intelectual, o artista, que *pela natureza, pela sua definição mesma de não conformista, não pode perder a sua profissão, se duplicando na profissão de político*. O intelectual pensa, exclama veemente, e a sua verdade é irrecusável pra ele. *Qualquer concessão interessada pra ele, pra sua posição política, o desmoraliza, e qualquer combinação, qualquer concessão o infama*.

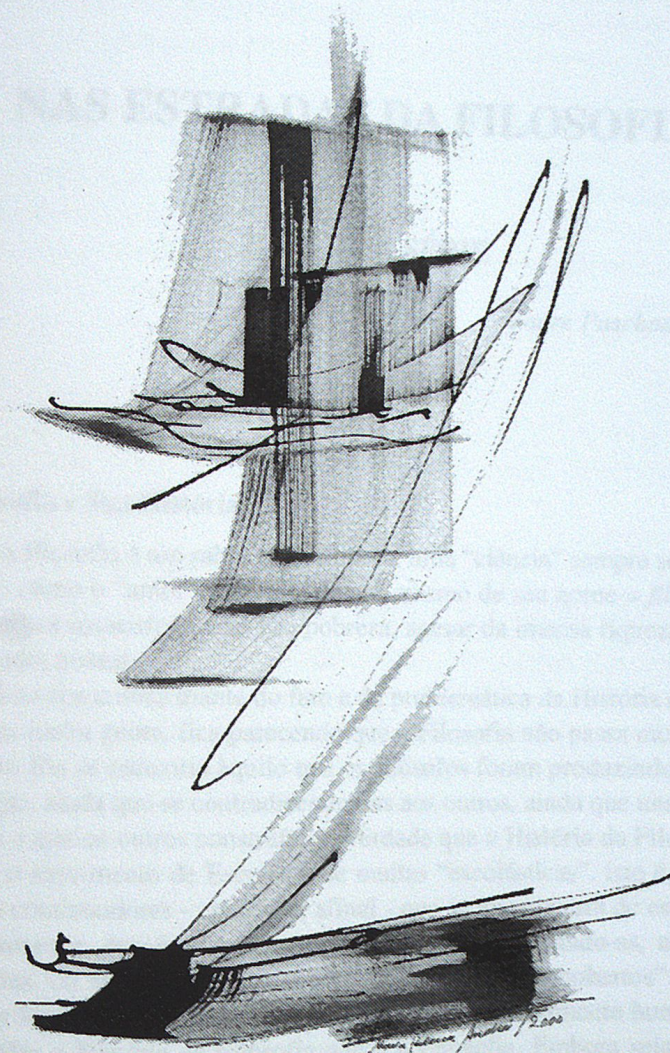
A verdade é que, apesar do pessimismo de Mário, o Congresso de Escritores resultou em acontecimento histórico relevante, que atendeu em seu pronunciamento final ao *reclamo primeiro, senão único, alimento vital do que seja inteligência, iberdade*. Na prática, o Congresso foi uma afirmação da legalidade democrática como garantia de completa liberdade de expressão do pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o terror da violência e do direito de uma existência digna; do sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal direto e secreto e de que só o pleno exercício da soberania popular, em todas as nações, torna possível a paz e a cooperação internacional, assim como a independência econômica dos povos.

Politicamente, magnífico; literariamente ... acho que se abusou da arte de prolongar as idéias... diria a Lígia Correia Dutra.

Manifestações de entusiasmo e momentos de desalento, as dores da doença e a premonição da morte próxima não impediram, porém, que Mário de Andrade dedicasse um carinho especial aos participantes da declaração mineira. João Etienne Filho, cuja ação de descobridor de talentos não poderá ser esquecida, conta que Mário *nos foi receber à estação, ia às sessões do Congresso (de que não participou quase nada), dizia que só para aplaudir seus amigos mineiros, foi o amigo de sempre*.

Amigos mencionados em conto o Rodrigo Mello Franco de Andrade:

.... pela primeira vez nele Congresso não me deixei levar, escolhi um grupinho, com risco de ser indelicado, mas pra ser mais eu e me expandir mais livremente. Eram os quatro vintanistas que mais me dão o mistério, o insolúvel, mais me inquietam, mais me acampam, mais amo: o Fernando Sabino e o Hélio, o Paulo e o Oto, do grupo dele. Ou seja, o Hélio Pellegrino (poeta e psicanalista), o Paulo Mendes Campos (também poeta) e o romancista e cronista Oto Lara Resende.



Maria Helena Andrés, integrante da escola Guignard, nos tempos heróicos do Parque Municipal, teve o mérito de libertar-se do mestre, seguindo o rumo de uma pintura independente e personalista. Embora em permanente procura de novos caminhos, seus trabalhos revelam sempre a mesma leveza de traços, a mesma suavidade de cores, a mesma harmonia de composição pictórica.

NAS ESTRADAS DA FILOSOFIA

2º DE UMA SÉRIE

*Padre Paschoal Rangel**

VIII

A Filosofia e Sua História

A filosofia é um saber que se busca, uma “ciência” sempre se fazendo, porque, como o “amor” (que está dentro mesmo de seu nome = *filo* - sofia), vive sempre insatisfeita com sua pobreza, apesar da imensa riqueza que, por outro lado, possui.

Isto nos coloca diante do fato e da problemática da História da Filosofia. Para muita gente, fica parecendo que a Filosofia não passa muito de sua História. Ela se reduziria àquilo que os filósofos foram produzindo ao longo do tempo, ainda que se contradizendo uns aos outros, ainda que uns desconstruindo o que os outros construíram. Verdade que a História da Filosofia nos aponta o nascimento de Escolas e de muitas “escolásticas”, isto é, de discípulos e continuadores - epígonos, afinal - que se encarregam de estender indefinidamente, aprofundando-as ou simplesmente repetindo-as, as grandes Filosofias, ou seja, os grandes sistemas filosóficos, “descobertos” pelos autênticos Mestres, as mentes “criadoras” do grande pensamento humano.

Mas a História da Filosofia não é a Filosofia. Embora seja verdade, como nota em algum lugar Henri Gouhier, que, se a Filosofia não é a sua história, é certo que a História da Filosofia é também Filosofia. Isto, na medida em que ela nos ajuda a acompanhar os passos da busca incessante do homem, que sai atrás do “saber” filosófico. Porque, afinal, conforme escreveu com graça e aparente ingenuidade o filósofo espanhol García Morente, “filosofia

*Acadêmico e professor de Filosofia e Teologia.

é uma coisa que o homem faz". De fato, só o homem pode fazer filosofia, já que ela é um saber "racional", e razão é coisa de homem, *ni bête ni ange*. Por outro lado, é uma das coisas que o homem, ou melhor, que alguns homens fazem. E só a fazem aqueles que forem capazes de deixar "o grão morrer" dentro deles. Que grão? O da *admiração* diante do mundo, dos homens, da vida, de Deus. O de uma *descoberta do mundo*. As Filosofias dignas de si mesmas, as únicas que "entram para a História, são aquelas que foram filosofias novas". "Novas" - explica H. Gouhier - "não por seu desprezo pelo antigo, ou por buscar a originalidade a qualquer preço; 'novas' naturalmente, de uma novidade à qual é impossível escapar, precisamente porque (*por causa dela*) a inteligência tem certeza de ver o mundo pela primeira vez." ⁽¹⁾ (A frase grafted, entre parênteses, é nossa.)

Assim, o homem filosofa enquanto se abre, como a terra boa, para receber a semente de uma visão do mundo, a visão do Ser. Ver esse trabalho do filósofo na História ajuda a conhecer e a aprender um pouco de Filosofia.

IX

Outra Vez a Filosofia e Sua História

Então, a História da Filosofia é também um pouco Filosofia. Ela nos permite seguir os passos da razão humana enquanto pensa o mundo, a vida, as coisas, o homem, Deus, a origem e o destino dos seres, o Ser. E esse trabalho feito acerca do ser das coisas, essa busca de compreensão dos problemas mais profundos e finais constitui exatamente a Filosofia.

Vimos, por outro lado, que os filósofos, mesmo os autênticos e melhores, nem sempre se complementam. Por vezes se contradizem, se desdizem, se atropelam. Esses atropelos e contradições não são necessariamente anulações recíprocas. As contradições podem ser aparentes ou dialéticas, se tivermos a coragem de parar e ir ao fundo das idéias e argumentos. Para alcançarmos essas profundidades, porém, será necessário dar sentido conhecido ou conhecível às palavras. Não se faz filosofia sem palavras, do mesmo modo como sucede com a poesia. Um sentimento estético não é ainda um poema, por muito poético que seja. Poesia mesmo se faz com palavras. Filosofia também. Só que as palavras, na poesia, têm uma existência meio mágica, com a função específica de provocar a emoção estética, de conceder ao pensamento o dom de uma espécie de êxtase diante da beleza. Em filosofia, a situação é outra: a palavra é chamada, é convocada para servir ao raciocínio, à razão lógica em ação, à busca da verdade do ser. A palavra em poesia poderá até não ser entendida, desde que excite a vibração, a emotividade, o clima da sensa-

ção do Belo. (Lembrem-se de muitas e muitas páginas de *Invenção de Orfeu*, de Jorge de Lima). Na filosofia, a palavra precisa ter sentido, coerência, objetividade, definição. Pois ela pretende passar, não uma emoção estética, mas um raciocínio, uma interpretação racional da realidade ôntica ou metafísica.

Daí, o respeito que todo filósofo deve guardar para com o significado, a coerência das palavras. A identificação de seus sentidos. A hermenêutica. O cuidado contra os silogismos sofísticos. A luta contra a ambigüidade, a polissemia. A filosofia faz questão de se fazer entender, de se comunicar, como o homem que a faz.

Lewis Carroll toca nesse assunto num diálogo de Alice com o Gordinho, em *Através do Espelho*: - "Não entendo o que você quer dizer com *glória*", declarou Alice. O Gordinho sorriu desdenhoso. "É claro que não entende - até que eu lhe explique. Quero dizer que há um argumento irresistível para você." - "Mas glória não significa *argumento irresistível*", objetou Alice. - "Quando emprego uma palavra", retrucou o Gordinho em tom um tanto irônico, "ela significa o que eu quero que signifique - nem mais nem menos." Retrucou Alice: "A questão é saber se você *pode* fazer as palavras significarem tantas coisas diferentes." E ele: - "A questão é de quem é que manda - nada mais." ⁽²⁾ Será?

X

Filosofia é coisa séria - 1

A Filosofia trata as palavras com seriedade, como acabamos de ver. Quem brinca com as palavras é sofista, ou filósofo; filósofo é que não é. (3) O Gordinho de Alice de *Através do Espelho* está nesse caso.

As palavras são importantes, porque transmitem conceitos. E os conceitos são importantes, porque nos põem em contato com as realidades, dão à inteligência a possibilidade de atingir as coisas como as coisas são, ainda que aproximativamente. Entre os conceitos e as coisas não há discrepância ou dissonância fundamental, mas uma certa adequação. Por isso, Santo Tomás, juntamente com Aristóteles e os Escolásticos em geral, afirmava que "a verdade é a adequação entre a inteligência e a coisa" (*adaequatio intellectus et rei*). A Filosofia tem obrigação de buscar, empenhada e respeitosamente, essa adequação. A Filosofia nasceu exatamente dessa busca. E ela merece nosso respeito na medida em que respeita a natureza e a realidade do SER.

Eu sei que alguns filósofos respeitáveis alimentam e incitam graves desconfiças, e até mesmo rejeição total, contra a capacidade de os conceitos ou idéias exprimirem a verdade. Pensadores do nível de Bergson e Blondel, por ex., acham que o intelecto desvitaliza a realidade, imobiliza o ser que, no entanto, é dinamismo, é ação, é vida. O conceito é abstrato e estático, dizem eles. Ele apreende as coisas num determinado “instante” e as apresenta assim, fixas, pontuais, instantâneas, como se as coisas não estivessem em perpétuo vir-a-ser. “A idéia não concebe o ser senão sob a forma em que ele não pode ser” - escreveu Blondel em *L'Illusion idéaliste*.⁽⁴⁾ O filósofo quer dizer: a forma estática, essencializada, que os conceitos captam nas coisas, é precisamente a forma em que o ser não pode ser. Trabalhar filosoficamente com esse tipo de material é condenar-se - continua Blondel - a não obter mais que uma caricatura da realidade. Por isso mesmo, pensa ele, “à abstrata e quimérica *adaequatio rei et intellectus* se há de substituir... a *adaequatio realis mentis et vitae*”.⁽⁵⁾ (= Adequação ou conformidade real da mente e da vida).

XI

Filosofia é coisa séria - 2

Quando, em *Le Point de départ de la recherche philosophique*, Maurice Blondel escreveu que à abstrata e quimérica *adaequatio speculativa rei et intellectus* se há de substituir a busca metódica da *adaequatio realis mentis et vitae*, ele não estava querendo afirmar, como os vitalistas, que a verdade estivesse em perpétuo movimento e ela mesma fosse perpetuamente cambiante, nem que ela se mede pela utilidade prática; nem pretendia negar que ela fosse uma correspondência do conhecimento com seu objeto. No contexto em que essa frase foi dita, Blondel tentava, isto não à regionalização!, explicar “o ponto de partida da investigação filosófica” e em que condições a verdade, espontaneamente conhecida, se poderia justificar reflexivamente aos olhos do filósofo. Segundo ele, a condição fundamental para isso estava em relacionar a verdade com um princípio universal e indiscutível que seria o dinamismo espiritual total, que orienta e julga, não só todo pensamento, mas toda atividade humana. Ora, este dinamismo tem um caráter ontológico, pois seu total desabrochamento leva necessariamente a afirmar O SER, que é sua fonte.⁽⁶⁾

Quando se vai mais fundo no pensamento de Santo Tomás, percebe-se que a linguagem dele não coincide - é certo - com a de Blondel. Mas sua inteligência do conhecimento não é incompatível com essa exigência de vida e dinamismo, que o pensamento blondeliano exige para o conhecimento ser integral. Desde Platão que os filósofos sabem que é preciso “conhecer com a

alma toda”. Embora não seja a nota característica do tomismo, a idéia de conhecer com o coração, com a emotividade, isto é, dentro do dinamismo da vida, também se encontra presente nele. Que o diga, de um lado, do lado tomista, o Pe. Pierre Rousselot; de outro, do lado do pensamento blondeliano, o filósofo Paul Archambault.

Rousselot, em seu *L'Intellectualisme de St. Thomas*: Basta um pouco de reflexão para superar a oposição vulgar entre *ação e pensamento*. Precisa-se de um pouco mais de reflexão para conceber que o pensamento é, em si, a mais ativa e a mais poderosa das ações.⁽⁷⁾ E Rousselot leva muitas páginas mostrando a importância, para Santo Tomás, do conhecimento por “conaturalidade”.

Já P. Archambault, na *Initiation à la philosophie blondélienne en forme de court traité de métaphysique*, esclarece que, para Blondel, o pensamento é, ao mesmo tempo, penetração do sujeito por um objeto (sic); iniciativa do sujeito; participação e síntese. E mais: Archambault diz explicitamente que, para mostrar o “Processo da Inteligência”, como o homem pode chegar ao conhecimento real, Blondel recorre também “às sugestões de uma filosofia considerada como o tipo mesmo do intelectualismo: o tomismo”.⁽⁸⁾ Isto demonstra que Blondel tinha uma visão menos estreita do que se imagina, do tomismo.

XII

Filosofia e Tomismo

O tomismo - por sinal um pensamento aberto e, sob certo aspecto, múltiplo - é “uma” filosofia. Uma entre muitas que se criaram no correr desses 2500 anos de existência do pensamento teórico, que nasceu com os gregos, como uma tentativa de explicação das “postrimerias”, como gostava de se expressar Ortega, isto é, das razões últimas do Ser, da existência, do homem, do mundo.⁽⁹⁾

O tomismo é uma entre tantas explicações desse tipo, mas convém sublinhar, desde logo, que é uma explicação, sob muitos aspectos, privilegiada, pelo seu potencial de coerência, de capacidade sistematizadora, de clareza epistemológica, de força de absorção do novo, e ainda pelo seu caminhar metódico, sua sobriedade de linguagem e conceitos. Além de ser, como dizia Bergson, com certa ironia crítica embora, a filosofia natural da inteligência humana. (Para Bergson, isto constituía um terrível defeito, pois a inteligência é, na avaliação dele, uma faculdade deturpadora do real, real que é duração e não coisa em si, muito mais vir-a-ser do que substância. Para nós, que acreditamos na capacidade de conhecer do intelecto, a frase soa como verídica e, embora involuntariamente, elogiosa. Pois, ao passo que a “intuição bergsoniana” só pode ser alcançada por uma espécie de contorcionismo de nossas

faculdades, que têm de virar pelo avesso, a fim de poder agüentar a visão intuitiva do ser, a teoria tomista do conhecimento flui no intelecto naturalmente, sem violentações.)

Santo Tomás de Aquino (cuja festa litúrgica se celebra atualmente a 28 de janeiro) é um modelo de pensador cristão. Não é o único, mas é, provavelmente, um dos maiores mestres da filosofia e da teologia católicas, e seu pensamento – aberto a toda verdade, venha de onde vier, mesmo do ambiente pagão, como foi o caso de Aristóteles – traz uma admirável segurança ao filósofo que pretende pensar filosoficamente como cristão. Além de dar um apoio substancial à teologia que queira ser fiel à doutrina comum da Igreja.

Isto explica a decisão do Papa Leão XIII, nos fins do século XIX, de reativar, na Igreja, a filosofia tomista, o empenho dos Papas posteriores nesse mesmo sentido, pelo menos até João XXIII, e o entusiasmo de alguns dos mais importantes filósofos católicos do século XX, como J. Maréchal, S.J., Sertillanges, O.P., Chenu, O.P., Maritain, Étienne Gilson etc., para quem o pensamento tomista foi um admirável alimento intelectual. Jacques Maritain chegou mesmo, num momento de vibração, a escrever, parafraseando São Paulo: *Vae mihi si non thomistizavero!* (Ai de mim, se não tomistizar!) ⁽¹⁰⁾

XIII

Por que voltar a falar em Santo Tomás?

Talvez se possa obter a resposta contando uma anedota verídica reportada pelo Pe. Sertillanges, O.P., no Prefácio do primeiro tomo da *Somme théologique* das *Éditions de la Revue des Jeunes*. Um dia, Victor Cousin, em meados do século XIX, se felicita por haver encontrado, na barraca de um vendedor de livros velhos ou usados, um “tal de Aquinate”, que, para sua grande surpresa, não deixava de ter originalidade e profundidade. No auge do seu prestígio, Cousin encontrara um Santo Tomás jogado num sebo. Valia alguns centésimos de franco. É certo que hoje muita gente conhece Tomás de Aquino e quase ninguém sabe quem é Victor Cousin. Mas é inegável que aquele tal de Aquinate perdeu seu lugar nas Universidades, Seminários ou Institutos de Estudos Católicos. No fundo, porém, quem perdeu não foi Santo Tomás; foi a Igreja e a sociedade. Fomos nós; todos nós, que deixamos de conhecê-lo e de poder usar seu pensamento, sólido, coerente, cheio de um robusto bom senso. É por isso que convém voltar a falar em Santo Tomás.

Dizia Paulo VI na Carta Encíclica “*Lumen Ecclesiae*” de 20/11/74, comemorando-lhe o VII Centenário de morte, que o Doutor Angélico se revela “um guia autorizado e insubstituível dos estudos filosóficos e teológicos”. (Nº 1.) Gostaria de sublinhar o termo “insubstituível”. É impressionante a solidez que confere ao discurso católico a filosofia tomista autêntica. Não foi à toa que São Raimundo de Penaforte, tão sábio e erudito, entretanto, lhe pediu que escrevesse um livro que ajudasse padres, professores e teólogos a responder às dificuldades que o mundo árabe e muçulmano, instaurado na Espanha, estava trazendo ou podia trazer à fé católica. E foi assim, tudo o indica, que nasceu a *Summa Contra Gentiles*. Ter Santo Tomás do nosso lado, é certamente já iniciar com uma vantagem. Contam que o reformador protestante, Martin Bucer dizia: *Tolle Thomam et dissipabo Ecclesiam*. (“Afastem Tomás e acabo com a Igreja”). ⁽¹¹⁾

Este momento antimetafísico e antiteológico, a que o mundo ocidental cristão se sente arrastado pelo “pensiero debole” e, como acaba de mostrar o Cardeal Ratzinger, pelo relativismo e pragmatismo, que é outra forma de “debolezza”, este momento - digo - é um momento para Santo Tomás. Não imaginemos que nosso tempo crie mais dificuldades para a volta de Tomás de Aquino que o tempo de Leão XIII. Nem desejamos - é óbvio - um tomismo estreito e fechado. Esse, aliás, nem seria o tomismo de Santo Tomás. Uma das palavras que nosso santo e filósofo mais gostava de repetir, era esta de Santo Ambrósio: “Toda verdade, seja quem for que a diga, vem do Espírito Santo.” (*Omne verum a quocumque dicatur, a Spiritu Sancto est.*) ⁽¹²⁾ Isto mostra, com a maior evidência, que ele não corria da verdade. Corria para a verdade, onde quer que a visse ou julgasse que ela estava. É desse tomismo que ama a verdade, que sai atrás dela, onde quer que se encontre, que estamos falando. Tomismo que não se arreceia de jogar fora de seu corpo vivo os erros que o parasitaram ou tentem parasitá-lo.

XIV

Mais uma vez, Santo Tomás de Aquino

Relendo o texto anterior, notamos que pode ter ficado no leitor a idéia de que desejamos retornar ao tomismo. Não é isso. Não pretendemos voltar à escolástica tomista. Acreditamos que todos teríamos a ganhar, se voltássemos ao espírito de Tomás de Aquino. Não para adotarmos todas as doutrinas ou teorias da filosofia tomista e repetirmos os argumentos das “Vinte e Quatro Teses Tomistas”, por mais que elas mereçam nossa atenção. Mas para aprendermos ou reaprendermos a pensar com e como Santo Tomás. Para readquirirmos o gosto pela metafísica, e a confiança na razão humana, na sua capacidade de ir até o Ser das coisas, até à Verdade dos seres. ⁽¹³⁾

Por outro lado, não faria mal nenhum que o jovem estudante de Filosofia tivesse um contato com a obra e as idéias básicas do Aquinate, mesmo que não fosse para segui-las todas e, muito menos, para segui-las ao pé da letra. Mas é saudável e pedagógico ver como marcha esse pensamento robustamente lógico, como as idéias se sistematizam, como se ligam com inteireza, para nos encorajarmos a realizar, nós também, um trabalho válido na área da atividade intelectual.

Isto posto, voltemos a Santo Tomás sem medo de repristinações intempestivas.

Um dos melhores conhecedores de Santo Tomás de Aquino, o Pe. A.-D. Sertillanges, O.P., ensina que a obra do grande doutor e mestre precisa ser lida como um "poema". O poema da verdade, se se entende a palavra "poeta" no grande sentido de "intérprete do universo, profeta do que é", sendo "o que é": Deus, o Homem, a Natureza. "Nesse nível, poeta e filósofo se confundem" - ousa Sertillanges.⁽¹⁴⁾ Mas Santo Tomás não é apenas um "poeta", ele é um "gênio". E porque gênio, não se esgota no seu tempo; é um homem da humanidade, e um homem de todos os tempos. Claro que é um ser histórico, viveu em determinado momento da história, respondeu a problemas de sua época, falou a língua de sua época, com as categorias mentais de sua época. Mas seu pensamento ultrapassa o significado epocal. Nesse sentido, ele é um homem de hoje, e o será de cada "hoje" da história. As bases, os princípios, os eixos de sua filosofia são contemporâneos de todas as idades. Assim, Santo Tomás é nosso contemporâneo. Sertillanges nota que ele foi lido, estudado, comentado praticamente em todos os séculos que o seguiram e só foi desdenhado por curto espaço de tempo, como aconteceu também com Aristóteles, para logo ser retomado e alimentar de novo os homens; homens que não podem passar sem ele.

Por outro lado, entretanto, como o próprio Aristóteles, também Tomás é de uma abordagem difícil aos "modernos"...

XV

Santo Tomás, o Mestre

Dizíamos, finalizando o texto anterior, que, como Aristóteles, também Santo Tomás é de abordagem difícil aos "modernos". São dificuldades provenientes do vocabulário, do estilo, da forma de pensar, da maneira de abordar os temas. Isso pode parecer contraditório com o que dissemos sobre sua "contemporaneidade". Se entendermos a contemporaneidade no sentido cronológico ou da consciência histórica, certamente estaremos errando. O que quisemos afirmar, quando falamos da contemporaneidade do gênio com

todos os tempos, era que o que há de importante e nuclear em seu pensamento é sempre atual. É preciso, porém, trazê-lo até nós numa língua, num estilo que bata com nosso tempo. E isso é difícil por vezes. O pensamento tomaziano é sumamente "formal"⁽¹⁵⁾; sua formulação, de uma concisão ascética; o vocabulário, medieval ou aristotélico. E ele não faz concessões à subjetividade: nunca você o ouvirá ou lerá dizendo "eu acho", "eu afirmo", "eu declaro", "eu me convenci de que..." Esse tipo de considerações é completamente alheio ao gênio aquinatense. Ele escreve ou pensa sempre objetivamente: "Parece que...", "é necessário que", "é impossível que".

Observa Sertillanges que ele vai sempre atrás da verdade das coisas, coloca a verdade sempre na frente dele mesmo. E provoca o leitor a descobri-la por si, encontrando antes a verdade que a ele. Esforça-se por acordar em nós a verdade que, de algum modo, já possuímos, "puxando" pelos princípios inatos que existem em todos nós e nem sempre somos capazes de ver. Esse modo de pensar e de agir do Mestre Tomás de Aquino leva uma porção de gente que o encontra de fato, a ter vontade de exclamar: "Poxa! Mas era isso mesmo que eu imaginava que fosse." E faz de sua filosofia (é preciso entender bem essa expressão) "*a filosofia do senso comum*".

É ainda Sertillanges que chama a atenção para uma última nota do pensamento de Tomás de Aquino: ele não gosta de exclusivismos e excessos. Sempre que pode, aponta pistas de reflexão e deixa as idéias andar por conta própria, ou antes, seguindo as estradas que elas encontram ou fazem. Pensador imparcial, não força para um lado ou para outro. "Ele não tem preferências, sabendo que a verdade é sempre igual à verdade." Não adianta a gente "torcer" por um aspecto contra o outro, pois o outro um dia aparecerá como verdade, que ele também é, embora parcialmente, como o primeiro. Torçamos pela verdade, parece ensinar tranquilamente Santo Tomás, onde quer que ela esteja, onde quer que ela apareça, em qualquer hora em que isso se dê. Nenhuma lição mais atual. Ele tinha a forte e funda consciência de que a verdade é sempre mais rica que suas imagens; que só percebemos a verdade parcialmente, ela excede os conceitos, e se manifesta aos poucos, aos pedaços.⁽¹⁶⁾

XVI

As fontes de Santo Tomás

Interessa certamente à História conhecer aqueles pensadores ou correntes de pensamento que estão (ou estariam) na origem da filosofia de Tomás de Aquino. É preciso, entretanto, fazer notar, desde o início, que eles

são fonte e deram origem à sua filosofia, mas a água filosófica mesmo é tomasiana e é água pura.

Santo Tomás cita muitos autores. Mais: ele era um homem muito informado. Estava a par de toda a ciência, de toda a literatura filosófica, teológica e escriturística disponível em seu tempo. Estudara nas melhores Universidades da época, tivera os melhores professores, e, formado, logo continuou lecionando nas mesmas Universidades, em contato permanente com todos os grandes Mestres e com toda a problemática contemporânea. Ele mesmo era exigente no que se referia a livros, traduções, bibliotecas. A seu pedido, por ex., seu confrade dominicano, Guilherme de Moerbeke, que entendia bem de grego e latim, assim como de filosofia, traduziu para o latim todo o Aristóteles disponível então, a fim de facilitar os comentários sábios e minuciosos de Mestre Tomás, sobre um texto confiável. O Aristóteles, que circulava então, era um texto imperfeito, às vezes falseado.

Por outro lado, Frei Tomás de Aquino, como seu Mestre, Alberto Magno, não atribuíam às "auctoritates" (os pensadores-fontes) senão um valor secundário. Já dissera, com sua vivacidade um tanto impaciente, Mestre Alberto Magno: "A preocupação de certas pessoas com os autores é perda de tempo. Os pitagóricos é que teriam seguido em tudo a opinião de seu mestre. O resto do mundo aceita, de boa vontade, a opinião dos outros, venham de onde vierem, contanto que elas venham trazendo consigo suas razões."⁽¹⁷⁾ Na *Summa Theologiae*, Santo Tomás dirá, por sua vez, que "o argumento de autoridade, que se funda na razão humana, é o mais fraco de todos os argumentos".⁽¹⁸⁾

As "fontes" de Tomás de Aquino valeriam, pois, na medida em que trouxessem água boa. Ele iria analisá-la imparcialmente, rigorosamente. Seria assim com Platão e os platônicos; com os estóicos e os neoplatônicos; seria assim com o próprio Agostinho, e os agostinianos, com o Pseudo-Dionísio (tão venerado na época, por se pensar que era um homem dos tempos apostólicos); seria assim com os grandes árabes que introduziram no Ocidente cristão, não apenas Aristóteles e sua Metafísica, mas muita coisa da ciência "moderna". (Falo aqui de Averróis, Avicena, Avicembrom e Algazel.) Assim seria com Mestre Maimônides, grande pensador judeu medieval. O mesmo haveria de valer para seu mestre imediato, o grande Alberto, que tinha para com o discípulo verdadeira veneração. Sequer Aristóteles escapava ao crivo de sua crítica.

BIBLIOGRAFIA

- (1) GOUHIER, Henri. *La Philosophie et son histoire*, Paris, Vrin, 1948, p. 17-18.
- (2) CARROLL, Lewis. *Through the Looking Glass*, trad. de Sebastião Uchoa Leite, S. Paulo, Summus, 1980, p. 196. A tradução que apresentamos não é a de Sebastião Uchoa Leite, mas a que vem no livro *O Processo da Comunicação*, de David K. Berlo, S. Paulo, Fundo de Cultura, 1968, p. 170.
- (3) *Filósofos*, em grego, significa o palrador, o que gosta de deitar "falação". Foi S. Justino, filósofo e mártir do séc. II, que disse de Crescêncio, filósofo cínico, que o denunciou ao Prefeito de Roma por ser cristão: "Crescêncio talvez seja filósofo; mas filósofo, não." (ap. Joaquín IRIARTE, *El problema Filosófico*, Barcelona. Luís Miracle, editor, 1953, p.9).
- (4) In: Separata da *Revue de métaphysique et de morale*, nov/1898, p. 20.
- (5) "Le Point de départ de la recherche philosophique", in *Annales de philosophie chrétienne*, jan/1906, p. 235.
- (6) BOUILLARD, Henri. *Blondel et le christianisme*, Paris, Seuil, 1961, p. 47, Nota 4.
- (7) ROUSSELOT, P. *L'Intellectualisme de St. Thomas*, Paris, G. Beauchesne et ses Fils, 1936, p.11.
- (8) Cf. ARCHAMBAULT, Paul. *Initiation à la philosophie blondélienne en forme de court traité de métaphysique*, Paris, Bloud & Gay, 1946, p. 25 e 33.
- (9) Os dicionários da língua portuguesa não registram - que eu saiba - a palavra "postrimerias"; mas registram "postrimeiro" (derivado do espanhol), com o sentido de "último", "postremo". Postrimerias, em espanhol, quer dizer as coisas ou razões últimas, extremas. Ortega lhe confere substância filosófica e usa no sentido de "ultimidades", causas últimas, definitivas, finais. Do latim *postremus* = final, o que vem depois de tudo.
- (10) MARITAIN, Jacques. *Le Docteur Angélique*, Rio de Janeiro, Atlântica Editora, 1945, p. 7. - A edição original é de Desclée De Brouwer, col. "Questions disputées", Paris/Bruges.
- (11) Cf. MARITAIN, Jacques. *Le Docteur Angélique*, Rio, Atlântica Editora, 1945, p. 178.

(12) Cit. em MARITAIN, Jacques. *Éléments de philosophie* - I: Introduction générale à la philosophie, Paris, Téqui, 1963, p. 60.

(13) Certo dia, andando pela minha biblioteca e notando, na parede, um quadro representando Sto. Tomás, o grande teólogo italiano Divo Barsotti me perguntou: "L'indirizzo del tuo pensiero è tomistico?" E, percebendo alguma hesitação na resposta, insistiu: "L'indirizzo, parlo dell'indirizzo.", *era*. E é. Ele ficou contente. De fato, o tomismo que se deseja hoje, é uma "direção", um direcionamento para o Ser, uma referência ao pensamento capaz de metafísica.

(14) Cf. SERTILLANGES, A.-D. *Les grandes thèses de la philosophie thomiste*, Paris, Bloud & Gay, 1928, p. 3-4.

(15) Ele é formal, no sentido da escolástica aristotélico-tomística, i. é, Sto. Tomás pensa e fala do ponto de vista das essências, da "forma" substancial, ou seja, daquilo que confere às coisas o seu ser específico, o que as faz ser substancialmente aquilo que são. Dele se dizia: *Formalissime loquitur divus Thomas* (Tomás aborda as questões do seu lado mais "formal"). Cf. J. DONAT, S.J. *Summa Philosophiae Christianae*, III, Ontologia. Barcelona, Herder, 1944, nº 222 e 441.

(16) Cf. SERTILLANGES, A.-D. *Les grandes thèses de la philosophie thomiste*, o.c., p. 6-7; IDEM. *La philosophie de S. Thomas d'Aquin*, t. I, Paris, Aubier, 1940, p. V. Aproveitamos, despretensiosamente, as idéias de Sertillanges.

(17) ALBERTUS MAGNUS. *Com. in Phys.*, L. I, Tr. II, c. IV

(18) Sum. Theol., I, Qu.1, art. 8, ad 2: "Nam licet locus ab auctoritate quae fundatur super ratione humana sit infirmissimus..."



A ÓPERA DO BONDE*

Octávio Mello Alvarenga**

Só se identificam com a ópera os verdadeiros amantes, eles mesmos capazes daqueles ridículos e estrangulados gemidos, de ridículas atitudes de alegria, de suspeitas, de certezas, do tempo muito cinzento ou muito cor-de-rosa, dos extremos sempre, pois a ópera é feita para momentos extremos nos quais tudo tem significado musical e onde de repente todos começam a gritar seus sentimentos, suas suspeitas, seus planos, maldições, equívocos, sempre em torno de um sol chamado desejo e de uma luz chamada cautela, e de um punhal que irá matar e de seios puríssimos a serem trespasados. Acordes longos, *staccati*, gemidos pungentes, a ópera é um poema agigantado onde todos gritam: o moço amante, a donzela amorosa, o pai zeloso; grita o assassino e o assassinado, embora muitas vezes o assassino fale baixo e tudo isso, tais espantos, acordes, desacordes, suspiros, espadas, noites sombrias, lenços irremediáveis estão em Verdi, Donizetti, Leoncavallo, Bellini, nas Valquírias de Wagner, ou nos índios de Carlos Gomes.

O primeiro ato da ópera de minha vida pode ter início com a saída dos alunos do Jardim da Infância Delfim Moreira, que morando no bairro da Floresta (em Belo Horizonte, naturalmente) vão tomar o bonde Santa Teresa. A caminhada era feita em três etapas, sob o comando de uma senhora de formas amplas: seios grandes, braços gordos, bunda volumosa. Com um perfil mulato simpático, de camafeu afro-italiano, condottiero de voz autoritária sem ser gritada, ela mantinha a ordem no bando de pirralhos que saíam do prédio escolar, subindo pela rua Espírito Santo, até Goitacazes, atravessavam a rua lançando olhares para os dois lados, depois desciam Goitacazes até Bahia, um quarteirão maior, sombreado de árvores de jalão. Em seguida vinha o trecho mais perigoso que era a travessia de Bahia, pouco abaixo do Teatro Municipal. Sempre em fila de dois a dois. O grupinho passava defronte da Confeitaria Suíça, onde duas mulheres gordotas, risonhas e muito louras, às

* Trecho original do livro *Rosário de Minas*, que será publicado brevemente.

** Escritor, presidente da Associação Brasileira de Agricultura.

vezes estavam na porta; em seguida, diante de uma flora, de onde emanava um cheiro agradável e fresco, e tinha, como aquário floral, uma vitrine de água escorrendo sobre vidro transparente. Uma beleza.

Chegávamos, então, á última travessia, que se resumia numa das pistas da avenida Afonso Pena, para esperar o bonde. Ele viria disparado pelos trilhos e estacava arfante como besta apocáptica devorando a distância - mas ao aquietar-se, em estremecimentos de metal, ia se transformando numa apenar armação gigante de lata amarela e madeira, com quatro rodas escuras, que se entreviam debaixo dos estribos.

Os alunos do Jardim, todos muito atentos nos seus uniformes, tinham de subir rapidamente, procurando jeito de ficarem o mais próximo possível uns dos outros, sempre vigiados pelo olhar da encarregada, que se sentava no banco de frente, onde os cinco passageiros, voltados para os outros, compunham uma espécie de quinteto de juizes expostos à prisão dos demais passageiros. A mulher-camafeu mulato cruzava seu olhar com o do condutor, já conhecido. Nenhum daqueles pirralhos poderia ficar de pé. Todos teriam de ter merendeiras no colo. O condutor conferia se tudo estava certo, levantava a mão até a cordinha e dava duas sacudidelas. Tim! Tim! A campainha soava na cabine do motorneiro, ele girava a roda do freio de mão, virava a trava do freio de ar comprimido e um chiado típico de válvula da panela de pressão anunciava a partida. Então a encantada arapuca de metal, luzes e anúncios coloridos começava a deslizar pela Rua da Bahia abaixo. Primeiro o quarteirão-zinho à-toa deixando ver lá no alto os fundos do prédio dos Correios e Telégrafos; do outro, os ficus lá em baixo no Parque Municipal. Cumprida essa primeira etapa, o bõnde diminuía a marcha, dava um arranco para a direita, e encarava o grande desafio à sua frente, tal e qual um cavalo ou um atleta mirando a pista: o Viaduto de Santa Teresa. Então, o conjunto de gente e coisas, o bonde e o motorneiro, o condutor e os viajantes, adultos e crianças, tudo se fundia na alegria da velocidade.

Alteava-se o ruído do motor e todo aquele grupo reunido, os mais velhos com seus calos e seus embrulhos, as crianças com sua candura e seus receios, tudo se precipitava viaduto afora: aquela distância imensa, a ser coberta de galope, gandandam, gandandam, gandandam, gandandam, e eu sentia um cheiro de carvão, como um vento de viagem e pensava o que iria dizer em casa. Será que meus irmãos estariam gostando da viagem, tanto quanto eu? Chegávamos enfim ao final da reta, onde se abria a boca florida da Avenida Tocantins. Então a grande arapuca amarela dava um forte galeio para a esquerda, upa! Os corpos se encostavam sem querer, e o bonde entrava na Rua Sapucaí, onde começava a desova dos meninos uniformizados.

Dentro do bonde, muitas vezes senti que uma menina de olhos azuis e cabelo de paina amarela me apertava a mão naquela curva. Como se tivesse medo. Ela nunca me olhava nos olhos. Apertava minha mão, mas olhando a figura do motorneiro, ou o camafeu da funcionária do Jardim. Terminado o susto, ela largava minha mão e continuava muda. No avental do uniforme da menina de cabelo louro encaracolado estava bordado seu nome *Maria Julieta*

* * *

Perdoe-me maria julieta tantas palavras escritas em vão para chegar à encruzilhada onde iremos depositar nossa esperança de originalidade e nos voltamos em direção ao nascente longínquo de um sol que não existe mais perdão perdão perdoe-me amor meu se repetimos apenas todos os outros amantes de antes de nós e os enredos acabam sendo como esse que se foi tecendo através do fio espesso de duas vidas e tantos sonhos destas páginas tão pesadas para explicar que um dia teríamos de nos encontrar como antigos colegas da escola maternal ou jardim da infância de belo horizonte cada qual tendo cumprido seu destino seja o que me prendeu mais no rio de janeiro seja o seu com esse hiato grande em buenos aires onde nem sequer do bandoneón você aprendeu a gostar mas teríamos de nos encontrar porque estava escrito não nos céus muito acima mas bem cá no chão nos trilhos do bonde Santa Teresa que desembestava viaduto afora depois da aula e você me apertava a mão com medo da velocidade aquele medo que também vi nos olhos de sua mãe rosário sabe que desde a primeira vez que a vi me impressionou o jeito dela de comparar com a vista tudo que girava em torno da filha dela e tudo que partia do olhar de seu pai perdoe flaminha ou perdoemos os dois alguma coisa que somente agora permite ver quão maltratados nossos pés e mirando-nos juntos e nus no espelho concluir que talvez desde lá na sementinha cantarolante nos brinquedos de roda cada qual fosse a metade de uma roda seria o caso de dizer afinal merecíamos o amor sonhado merecíamos e tinha de acontecer e aconteceu meu bem o amor é um encontro antecipadamente marcado nas estrelas brancas estrelas da ursa menor.



TRÊS TEMPOS

AFONSO ARINOS



Afonso Arinos de Mello Franco nasceu em Paracatu, Minas, no dia 1º de maio de 1868, filho de Virgílio Martins de Mello Franco e Ana Leopoldina de Mello Franco.

Formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo (1889), tendo dirigido o *Jornal Comércio de São Paulo*. Transferindo-se para Paris, fazia viagens ao Brasil, quando visitava o interior, registrando fatos e personagens que o situam como precursor de uma linha literária sertanista, de estilo fluente, simples e harmonioso. Membro do Instituto Histórico Nacional e da Academia Brasileira de Letras, escreveu *Pelo Sertão*, sua obra prima, *Os Jagunços*, *O Contratador de Diamantes*, *Lendas e Tradições Brasileiras*, *O Mestre de Campo*. Faleceu em Barcelona, aos 19 de fevereiro de 1916.

BURITI PERDIDO

Velha palmeira solitária, testemunha sobrevivente do drama da conquista, que de majestade e de tristura não exprimes, venerável epônimo dos campos!

No meio da campina verde, de um verde esmaiado e merencório, onde tremeluzem às vezes as florinhas douradas do alecrim do campo, tu te ergues altaneira, levantando ao céu as palmas tesas - velho guerreiro petrificado em meio da peleja!

Tu me apareces como poema vivo de uma raça quase extinta, como a canção dolorosa dos sofrimento das tribos, como o hino glorioso de seus feitos, a narração comovida das pugnas contra os homens de além!

Por que ficaste de pé, quando teus coevos já tombaram?

Nem os rapsodistas antigos, nem a lenda cheia de poesia do cantor cego da Ilíada comovem mais do que tu, vegetal ancião, cantor mudo da vida primitiva dos sertões!

Atalaia grandiosa dos campos e das matas - junto de ti pasce tranqüilo o touro selvagem e as potrancas ligeiras, que não conhecem o jugo do homem. São teus companheiros, de quando em quando, os patos pretos que arribam ariscos das lagoas longínquas em demanda de outras mais quietas e solitárias, e que dominas, velha palmeira, com tua figura ereta, queda e majestosa como a de um velho guerreiro petrificado.

As varas de queixadas bravios atravessam o campo e, ao passarem junto de ti, talvez por causa do ladrido do vento em tuas palmas, rodoinham e rangem os dentes furiosamente, como o rufar de tambores de guerra.

O corcel lobuno, pastor da tropilha, à sombra de tua fronde, sacode vaidosamente a cabeça para arrojar fora da testa a crina basta do topete, que lhe encobre a vista; relincha depois, nitre com força apelidando a favorita da tropilha, que morde o capim mimoso da margem da lagoa. Junto de ti, à noite, quando os outros animais dormem, passa o canguçu em monteria; quando volta, a carne da prêsia lhe ensangüenta a fauce e seu andar é mais lento e ondulante. Talvez passaram junto de ti, há dois séculos, as primeiras bandeiras invasoras; o guerreiro tupi, escravo dos de Piratininga, parou então extático diante da velha palmeira e lembrou os tempos de sua independência, quando as tribos nômadas vagavam livres por esta terra. Poeta dos desertos, cantor mudo da natureza virgem dos sertões, evolê!

Gerações e gerações passarão ainda, antes que séque esse tronco pardo e escamoso.

A terra que te circunda e os campos adjacentes tomaram teu nome, o epônimo, e o conservarão.

Se algum dia a civilização ganhar essa paragem longínqua, talvez urna grande cidade se levante uma campina extensa que te serve de soco, velho Buriti Perdido. Então, como os hoplitas atenienses cativos em Siracusa, que conquistaram a liberdade enternecendo os duros senhores à narração das próprias desgraças nos versos sublimes de Eurípedes, tu impedirás, poeta dos desertos, a própria destruição, comprando teu direito à vida com a poesia selvagem e dolorida que tu sabes tão bem comunicar.

Então, talvez, uma alma amante das lendas primevas, uma alma que tenhas movido ao amor e à poesia, não permitindo a tua destruição, fará com que figures em larga praça, como um monumento às gerações extintas, numa página sempre aberta de um poema que não foi escrito, mas que refere na mente de cada um dos filhos desta terra.

Pelo Sertão (pág. 55/57) F. Briguiet e Cia. Editores, Rio de Janeiro - 1947.

AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO



Escritor, político e professor, nasceu em Belo Horizonte no dia 27 de novembro de 1905. Diplomando-se em Direito, foi nomeado promotor de Justiça em Belo Horizonte, e pouco depois transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde se projetou pela brilhante atuação na vida pública e na literatura.

Em sua carreira política, iniciada em 1947, quando foi eleito deputado federal pela U.D.N., destaca-se a iniciativa

da lei nº 1390, de 3 de julho de 1951, que proíbe a discriminação racial no país. Foi ministro das Relações Exteriores (1961/62) durante o governo Jânio Quadros, passando a integrar a ARENA, após a implantação do bipartidarismo. Membro da Academia Brasileira de Letras, é autor de vasta obra, em que sobressaem: *Um estadista da República* (3 vol. 1955), *Estudos de Direito Constitucional* (1957), *Prefácio às Cartas Chilenas* (1940), *História do povo brasileiro* (co-autor com Jânio Quadros, 6 vol., 1968), *Amor a Roma* (1982)

Faleceu no Rio de Janeiro em 27 de agosto de 1990.

FRACASSO DA CANDIDATURA CAMPISTA

O brutal afastamento do nome de João Pinheiro das cogitações unânimes colocou o Presidente Pena na contingência de promover rapidamente uma nova articulação que, conservando o governo nas mãos de Minas, mantivesse também a direção da sua política pessoal, norteadas pelas aspirações de progresso econômico e de renovação de valores humanos.

Ao lado do Presidente havia um homem que exprimia com absoluta exatidão essas tendências, um homem a quem só faltava uma condição para ser o herdeiro capaz da missão que incumbia a João Pinheiro: era Davi Campista.

Pessoalmente tinha todas as qualidades mas, politicamente, faltava-lhe, senão a mais importante, seguramente a de maior peso: a autoridade do tempo.

Descendente e ascendente de mineiros, embora nascido no Rio, o Ministro da Fazenda de Afonso Pena era um dos píncaros mais altos daquela grande geração montanhosa, homem de ombrear perfeitamente com Peixoto, Gastão ou Calógeras, senão de superá-los.

Sua carreira política não era despida de importância, como se pretextou para afastá-lo. Constituinte estadual em 1891 e, depois, deputado

estadual, notabilizou-se logo pela extraordinária e corajosa atuação, discutindo, com segurança surpreendente num rapaz de 28 anos, problemas de Direito Constitucional, finanças e administração. Afonso Pena, membro da Assembléia, aprendeu, então, a admirá-lo, dando-lhe logo uma demonstração de confiança ao convidá-lo para professor de Direito Constitucional da nova Faculdade, tendo, ele, como jurista e professor, escrito estudo especializado sobre matéria da sua cadeira, bem como uma obra desenvolvida de Direito Fiscal. Comissário do Estado para a imigração européia, Secretário da Agricultura no governo de Afonso Pena e da Fazenda no de Silviano, deputado federal logo consagrado como um dos maiores oradores da Câmara, Davi Campista quando entrou, aos 43 anos, no Ministério da Fazenda, trazia um passado de três lustros cheio de realizações. capaz de recomendá-lo a qualquer posto federal, embora não tivesse muita autoridade nesse mesmo meio.

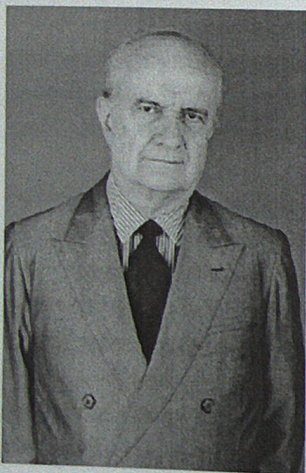
Era, além disso, espírito de fina sensibilidade e marcada propensão intelectual.

Amador das artes plásticas, deixou ensaios estimáveis de pintura, que, se não denunciavam um artista forte ou original, revelam sem dúvida as disponibilidades de um cultivado bom gosto, excepcional no meio político da época.

O salão nobre da sua bela casa de Belo Horizonte era pintado por ele mesmo e ainda se conservam na capital mineira telas, algumas grandes, saídas do seu pincel. Jornalista ágil, cronista mordaz, ledor incansável de maças obras financeiras ou de páginas puramente literárias, Campista era bem um daqueles pássaros de vôo largo a que se referia, com desalento, César Alvim. Os bacurais de vôo rasteiro e curto nunca o aceitariam.

Extraído do livro Um estadista da República.

AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO, FILHO



Nasceu em Belo Horizonte, em 11 de novembro de 1930, filho de Afonso Arinos de Mello Franco e Anna Guilhermina Pereira de Mello Franco.

Bacharel e diplomata de carreira, foi também deputado estadual (1960-62 e 1965-66), professor da UNB (1964-65), sendo ainda membro da Academia Brasileira de Letras e de outras importantes associações científicas e culturais. Escreveu *Primo Canto - Memórias da Mocidade*, *Três Faces da Liberdade*, *Tempestade no Altiplano*, *Diário de um Embaixador* e outras publicações.

PRIMO CANTO (Fragmentos)

Quando íamos para Petrópolis, meu pai nos deixava lá e continuava a trabalhar como advogado do Banco do Brasil, subindo e descendo a serra com frequência. Ficava para o Carnaval, e nós acompanhávamos o corso pela Avenida 15 de Novembro em automóvel aberto, fantasiados de vaqueiros, palhaços, marinheiros. Se tirava férias, fazia-o a fim de levar-nos a Barbacena, para a fazenda de meu tio Virgílio de Mello Franco. A estrada velha só era asfaltada até Juiz de Fora. Eu conhecia cada uma de suas curvas, buracos e atoleiros.

Quanto a tio Virgílio, que eu admirava profundamente, tinha-me, parece, particular afeição, talvez por ser eu o mais velho dentre os sobrinhos, capaz de acompanhá-lo, como cheguei a fazê-lo, em suas andanças. Ficava horas a escutá-lo narrando caçadas de onça nas matas do Rio Doce ou - o que me interessava ainda mais - aventuras e episódios da revolução de 1930.

Em 1948, ele fez uma longa viagem por Minas, com meu pai. Temos fotografias documentando as grandes e entusiásticas acolhidas com que o recebiam por onde passava. Presidia, então, a sessão mineira da União Democrática Nacional, e parecia despontar como o candidato natural à sucessão do Governador Milton Campos. Na sua ausência um ex-empregado, que tentara abusar de uma das domésticas e fora despedido, assaltou-lhe a casa da Rua Maria Angélica, no Jardim Botânico do Rio, pondo em fuga minha tia Dulce. O bairro onde moravam era um tanto ermo; e, ao regressar da excursão política, encontrou minha tia apavorada. Recusou o vigia para a residência, que lhe fora oferecido pelo delegado do Distrito, dizendo-se capaz de guardar a própria casa. Toda noite, alertado pela esposa, levantava-se e, pacientemente, dava uma volta armado para tranqüilizá-la. Mas ela continuava tão nervosa que meu tio decidiu levá-la a passar uns tempos em casa de parentes. Ia fazê-lo no dia seguinte. Naquela noite, tia Dulce voltou a acordá-lo, escutando ruídos. Desta feita, ele também ouviu. Acendeu a luz, apanhou o revólver na mesa de cabeceira e abriu a porta. Era o antigo criado, que voltara. O bandido, atocaiado na escada em curva que subia até o pátio para onde se abria o quarto, visou a silhueta contra o fundo luminoso e disparou com a espingarda de caça de tio Virgílio. Este cambaleou para frente e, quase às cegas, apoiando-se no corrimão, apertou repetidas vezes o gatilho, até esgotar o tambor das balas. Uma delas perfurou o assaltante do ombro à ilharga, matando-o na hora. As outras se perderam pelas paredes. Tio Virgílio foi-se sentando lentamente, amparado por tia Dulce, que saíra do quarto, e ela apoiou-lhe a cabeça no colo: "Você está ferido, Virgílio?" "Estou, minha filha". Foram as suas últimas palavras. Morreu varrido por dezenas de chumbos de caça, que entraram em leque à altura do fígado.

Nas paredes da casa de tio Virgílio havia uma marca de bala além do número das que cabiam no revólver que utilizara. Em seu livro *O General Góes depõe...*, o jornalista Lourival Coutinho conta que o velho militar lhe dissera haver pouco antes do crime recebido visita de Virgílio, o qual chamou-o à porta para ver um carro que o acompanhara até a casa. Góes reconheceu, entre os ocupantes, membros da guarda pessoal de Getúlio Vargas.

Um dia, encontrei meu pai muito agitado. Era a época dos inquêritos no Galeão, após o atentado contra Carlos Lacerda na Rua Tonelero, que acabou levando Vargas ao suicídio. Telefonara o Coronel Adyl de Oliveira, responsável pelas investigações, para falar-lhe de Soares, o empreiteiro da tentativa de assassinar Lacerda, em que acabou morrendo o Major Rubens Vaz. Adyl dissera-lhe de Soares: "Esse homem é um mar de crimes". E informara-o de que Soares vinha da mesma cidade, em Minas, que o matador do meu tio, e haviam morado em pensões vizinhas no Catete. Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas e mentor do crime da Tonelero, foi assassinado na prisão, pouco antes da liberdade condicional. Soares ainda vive.

Tenho uma fotografia de tio Virgílio fardado, posando orgulhosamente ao lado do pai Ministro na varanda da casa-grande de Copacabana, no dia em que regressou com a revolução vitoriosa em 1930: 29 de outubro. Data da deposição de Vargas em 1945, para a qual contribuiu decisivamente. Dia no qual, em 1948, tombou varado pelo tiro do sicário.

Só estive com minha tia Dulce mais uma vez, na casa de tio José Nabuco, que a acolhera. Janelas e cortinas do quarto hermeticamente fechadas; ela, sombra do que fora, sem querer alimentar-se, mal se fazia notar sob as cobertas da cama. Agarrava-me pelo braço e repetia: "Seu tio gostava tanto de você. Seja como ele, siga o seu caminho. Virgílio, Virgílio!"

Antes, quando lhe perguntavam algo, voltava-se para o marido: "Como foi, Virgílio? Você conta muito melhor do que eu". Não sabia, não podia viver sem ele. Matou-se em casa da irmã, no primeiro dia em que saíra. Mas não se esquecera de enviar-me a baixela de prata peruana batida a mão, com um esquadro de ouro em cada peça, presente do Presidente Benavides a meu avô Afrânio pela mediação deste último entre o Peru e a Colômbia na questão de Letícia. Tio Virgílio dizia que a baixela me pertenceria, por ser eu "o morgado da família". Recebi-a no meu aniversário, treze dias após a sua morte.

Washington, 13 de dezembro de 1970.



O POETA LÚCIO CARDOSO*

João Etienne Filho **

Conheci Lúcio Cardoso por volta de 1936 ou 37. Era noitinha e eu estava na redação de *O Diário*, quando Oscar Mendes entrou, acompanhado de um jovem moreno, de grossas sombrancelhas, mais para baixo que alto. E disse-me que eu, naturalmente, gostaria de conhecê-lo. Aliás, verificou que eu trazia um livro seu debaixo do braço. Era *A luz no Subsolo* e o visitante era Lúcio Cardoso. Nasceu ali uma amizade que iria durar mais trinta anos.

Na fase heróica dos mosqueteiros, Lúcio aqui viria muitas vezes. Reuníamos-nos quase sempre em torno de Vanessa Neto. Rodávamos de bar em bar, íamos ao Parque, que naquele tempo era freqüentável, onde havia um bar que apreciávamos, na ilha. Porres homéricos, de que não darei detalhes para não encabular muita gente importante hoje, puxação de angústia, debates violentos. A casa de Oscar Neto e de Dona Ordália era doce refúgio para aquela horda selvagem.

Com toda essa dispersão, como produziu ele a obra que nos deixou, grande em quantidade e densa de profundidade? Era um espanto para nós todos que o cercávamos. Deitasse à hora em que deitasse e no estado em que estivesse, mas madrugava para um intenso trabalho intelectual. E foi assim que nos deixou romances, novelas, dois volumes de poemas, teatro, um fabuloso volume de diário e até um livro de literatura infantil, sem falar na colaboração esparsa em jornais, essa fórmula de distribuir o miolo da cabeça para garantir o miolo do pão.

Não cabe aqui uma análise de sua monumental obra de ficção.

O meu depoimento é de amor e de saudade. Saudade do deslumbramento inicial com *Maleita*. Do pasmo de ver seus quadros de cor viva e movimentos alucinados. Dos encontros de Belo Horizonte e do Rio. Das dedicatórias efusivas. Da experiência de renovação do Teatro, em que estive ao seu lado, tenho visto *O Escravo*, *O Filho Pródigo* e *A Corda de Prata*, cuja importância ainda não foi bem salientada na história da dramaturgia brasileira.

* Originais inéditos.

** Professor, escritor, acadêmico. Faleceu em 1.997.

Poucos seres terão passado pela nossa vida tão marcados pela dualidade, pelo incessante debate entre o que é real, e quer dominar, e o que é ilusório, mas fascina. É ele mesmo que o diz, num auto-retrato angustiado:

E de tantas sombras que se misturam nesta face humana,/ qualquer coisa que lhe empresta um ar alucinado,/ como se uma força maior, de suprema distância,/ tentasse arrancar das trevas o anjo adormecido.

Depois que passei a reler Lúcio Cardoso, verifiquei que ele é muito maior poeta do que pensávamos. A força de sua criação romanesca, aqueles mundos do desespero e de angústia que tanto o aproximam de Dostoievski, devem ter abafado a fama do lírico, que Octávio de Faria tão bem pressentia, seis anos antes que ele desse o primeiro volume de versos. Este irmão gêmeo de Lúcio Cardoso, na fabulação romanesca e no sentimento do mundo, na consciência de escritor e na crença do valor testemunhal do romancista, chamava-nos a atenção para versos como estes

Sobre mim rolaram ventos/Arrepios de carne revoltada,/Olhos mortos, estranhos, sem luz, vivendo../Rios correram sinistros e perdidos,/árvores loucas dançaram retorcidas,/Ouvi cavalgadas macabras e riscos luminosos/Traçaram a rota de aves gigantesas que tombavam...

Tudo o que as duras mortes de Lúcio Cardoso - a primeira, a morte para as letras e para a fala, a segunda, a morte definitiva, o abrigo sob a asa de Deus - provocaram em mim, tentei dizê-lo numa crônica ritmada, a que chamei *Como um poema em memória de Lúcio Cardoso*:

Era uma vez um jovem de Curvelo. Trazia no sangue uma herança cigana do barranqueiro, seu Cardoso, e a fibra de uma mulher admirável.

Surgiu como um meteoro no mundo da criação e a primeira lembrança foi o gosto de febre que o rio deixa nos que o quiserem domar. Depois, como um demiurgo, reinventou o mundo e o povoou de seres atormentados, proxenetas, prostitutas, aventureiros, desamados. Todos marcados pela triste condição humana de que foi testemunha sobre a terra, porque teve, como poucos, a noção da dignidade de escrever, de fundar o mundo pela palavra.

Um dia, como que morreu. Mas ressurgiu para um outro mundo, o mundo das cores, das linhas, da expressão pela imagem, que era mesmo escafandrista do mistério do ser, pois que este mistério estava nele, como o ar que respirava, como os amigos que amava, como o apego à vida, como o poder de criar, soberbo e humilde a um tempo.

Joaquim Lúcio Cardoso, mineiríssimo cidadão do mundo, que não passaste em vão pela vida dos que te amaram, pois nos deixaste o legado de teu gênio, pelo que bendizemos a Deus por um dia te haver criado...

Isto disse um poeta menor a seu irmão maior. Mas seja com as próprias palavras deste Ariel caboclo que se encerre esta página de amor e de saudade:

... estou cansado,/ vou dormir agora no silêncio do abandono,/vou dormir de tédio, adeus poesia viva, ó sombra agonizante, vou dormir de morte/ e viverei para sempre/ na cor, no som e no perfume dos meus versos, no ritmo das ondas e no galope dos ventos.

Foi dormir o poeta. Não no silêncio do abandono, mas no alarido dos que o amaram e o amarão pelos tempos afora; não no sono de tédio, mas na alegria triste dos que com ele conviveram; não dormir de morte, mas dormir de imortalidade. E viverá, viverá para sempre, não apenas na cor, no som, no perfume dos versos, no ritmo das ondas e no galope dos ventos, mas na mão de Deus, na memória dos homens e na ressurreição da glória que prenuncia a ressurreição final.



CINEMA

PRESENÇA DO CEC - 50 ANOS

Carlos Denis Machado*

*Na Belo Horizonte da época todo mundo ia ao CEC,
como em "Casablanca" todo mundo ia ao Rick's.
(Lucia Helena Monteiro Machado)*

50 anos de vida. Em 15 de setembro de 2001, o CEC - Centro de Estudos Cinematográficos de Minas Gerais comemorou seu cinquentenário, com a realização de palestras, cursos, exibição de filmes feitos por seus antigos associados e a publicação de um livro.

Marco na vida cultural de Belo Horizonte, o CEC sempre foi mais que um cine-clube. Reunia, em suas sessões, quem era ou aspirava a ser representativo na vida intelectual mineira: gente da literatura, teatro, dança, música, etc. O CEC não era apenas do pessoal do cinema, nem o cinema era o objetivo primeiro do CEC. O CEC era, antes de tudo, um estado de efervescência sócio-cultural, dentro do qual não havia nenhuma distinção, salvo a de interesse pelo saber/ver/ler, aí incluído o cinema.

Pois bem, dois dos atuais dirigentes do CEC, eles também já cinquentões, Mário Alves Coutinho e Paulo Augusto Gomes, organizaram o volume *Presença do CEC (50 anos de Cinema em Belo Horizonte)*, com 252 páginas, abrangendo dezenove artigos/depoimentos. Todos os autores passaram pelo CEC - sócios/diretores.

Quase todos exercitaram a crítica cinematográfica na imprensa de Belo Horizonte, seja em jornais ou na *Revista de Cinema*, também na *Claquete*.

É sobre o já apelidado livro do CEC que vou falar, apesar (ou por isto mesmo) de ser um dos autores, antigo presidente e cequiano desde o ano da fundação.

O crítico/cineasta Paulo Vilara abre com originalidade o volume; seu trabalho é: *Era uma vez um roteiro*, um ligeiro esboço da fundação do CEC,

* Jornalista, professor, advogado.

sua história e a *Revista de Cinema*. A forma é do roteiro cinematográfico e o autor também aproveita para alinhar sua vivência do CEC.

Com *CEC: origens e atuação*, o crítico/livreiro Fernando Pires Fonseca, entrando nos quarenta anos, dá o depoimento de sua geração, por vezes recordando os que vieram antes e falando também dos mais novos. Não custa dizer que o CEC foi muitos... e de muitos.

O crítico/ator/diretor de teatro Ronaldo Brandão, integrante da geração *Claquete*, testemunha com *Mais nomes no CEC que estrelas na Metro*. Uma narração tranqüila e agradável, feita por um dos mais agitados cequianos de todos os tempos.

Cyro Siqueira, crítico/jornalista, aproveita o ensejo e com seu *Revista de Cinema: levantamento histórico* repassa, um a um, os números da publicação que foi marcante na imprensa cinematográfica brasileira. Ele, seu fundador/diretor, e a revista um prolongamento do CEC.

Num denso/instigante ensaio de estética cinematográfica - *Luzes e sombras* - o crítico/sociólogo Ronaldo Noronha decodifica em treze princípios ver/ouvir/sentir um filme/o cinema. Para ler, reler e pensar a respeito. O autor, agora, fica obrigado a escrever com mais frequência, já que andava sem-hibernado.

Com *CEC e nouvelle vague*, o crítico/psicólogo José Haroldo Pereira, com as lentes de sua geração sessentona, procura demonstrar a influência que a *nouvelle vague* teve sobre a turma do CEC, não só através dos filmes, mas também via *Cahiers du Cinéma*.

História de uma formação literária em torno do CEC, claro que incluindo a BH dos anos 50/60, eis o que faz o professor/ensaísta/poeta/ficcionista Silviano Santiago, com *Literatura no CEC e arredores*, dedicado a Raimundo Fernandes. Texto brilhante/escorreito, de um escritor de renome.

Fernando Brant, compositor/cronista, parceiro de Milton Nascimento e outros cobras da MPB, fala sobre *CEC: o cinema e a música*. Muita gente não sabia que o co-autor de *Travessia* tinha sido sócio e frequentador do CEC.

A autora da epígrafe deste artigo aparece com sua crônica *O CEC e a dança são coisas nossas*, sendo a única presença feminina no volume.

O crítico/psicólogo Mário Alves Coutinho, o presidente do cinquentenário, dá o seu testemunho e de sua geração, já na casa dos cinquenta, com *O CEC redescoberto*.

Num texto enxuto/lúcido, o crítico/jornalista Guy de Almeida faz uma panorâmica sócio-político-cultural da BH de 1950/60, com a acuidade que os muitos anos de profissão lhe deram, a par de seu talento. O título do trabalho é *Uma crônica sobre o CEC, cinema e jornal*.

A *crítica cinematográfica e o CEC*, do professor/pesquisador Ataídes Braga, faz pequenas biografias dos críticos brasileiros Moniz Vianna, Paulo Emílio Salles Gomes e Alex Viany.

O crítico/jornalista Victor de Almeida é o autor de *A crítica, o CEC, a Revista de Cinema e o cinema*. Rememora seus dias no CEC, historia sua geração, fala das publicações especializadas e da turma, incluindo ele, que quis fazer cinema. Texto bem feito.

Com *CEC e cinema brasileiro*, o crítico/cineasta Geraldo Veloso, um dos responsáveis pela segunda fase da *Revista de Cinema*, procura relacionar o CEC e o fazer cinema no Brasil e, claro, também em Minas.

Quase complementando o texto anterior, *Os filmes que o CEC gerou*, do crítico/cineasta Paulo Augusto Gomes, relata como o fazer cinema foi nascendo/frutificando no CEC. Ele foi um dos que fizeram filmes - curtas e longas - e escreve com conhecimento de causa e muita propriedade.

O crítico Marcelo Castilho Avelar presta uma homenagem aos irmãos João Maurício e Ricardo, com *Os Gomes Leite ou o CEC numa família*.

Geraldo Magalhães, com sua experiência de jornalista/cineasta, conta *Duas ou três coisas...* São três pequenas histórias envolvendo o CEC e sua gente.

Em *Geração 80 e os anos de ruptura*, o crítico/jornalista Fábio Leite dá o seu depoimento de anos difíceis do CEC, encerrando o livro da vida, paixão e quase morte do cine-clube mais representativo/importante do Brasil.

Numa obra do gênero de *Presença do CEC*, os erros fatalmente teriam que ocorrer. Vou mencionar apenas os mais significativos: Jacques do Prado Brandão nunca foi crítico do *Diário de Minas*, André Bazin não foi fundador da revista *Cahiers du Cinéma* e o professor da Faculdade de Ciências Econômicas era Lincoln Ribeiro e não Prates.

Vale dizer que o texto do livro parece não ter tido revisão unificada, pois o uso da letra maiúscula não aparece variado, a exemplo: *Nouvelle Vague*, *Nouvelle vague* e *nouvelle vague*...

PS: O autor, como já dito, participa do livro, com o cronicão intitulado *O CEC, a crítica de cinema e outras histórias*.

TEATRO

JOÃO CESCHIATTI: TEATRO COMO PAIXÃO

Jota Dangelo*

Estávamos às vésperas da estréia de *Mariana Pineda* de García Lorca, sob a direção de João Ceschiatti. Três ou quatro noites nos separavam da noite de abertura da temporada. Atendi ao chamado aflito do diretor para que fosse imediatamente para o Teatro Francisco Nunes. Deviam ser sete da noite e o ensaio estava marcado para as oito. Cheguei procurando por ele. Fui encontrá-lo em um dos camarins do teatro estendido sobre uma perna de rodanda, os braços cruzados sobre o peito. Ao seu lado ardia uma vela acesa. O quadro fúnebre tinha qualquer coisa de trágico e grotesco. Ele desabafou com voz trêmula e grave:

– Estou esperando a morte, Dangelo. E ela vai chegar logo. São os meus últimos momentos.

Não me pareceu doente. Respirava bem, estava corado, sem sudorese. Tomei-lhe o pulso: forte, regular, firme, rítmico. Tive certeza de que era representação.

– Você não tem nada, João. Está muito bem. O que houve?

– O cenógrafo foi para a Argentina. Largou tudo e foi para a Argentina. Deu um rombo no comércio e se foi. Desapareceu. Não vamos ter cenário para o espetáculo. Está tudo pela metade. É a morte, Dangelo, eu sei que é a morte. Mas eu estou preparado para ela. Avise aos atores que quero ser velado aí no palco...

A encenação durou pelo menos meia hora.

O ATOR, ANTES DE TUDO

Em poucos minutos de conversa o ensaio tinha início. Ele possuía este incontido desejo do ator de estar sempre interpretando um personagem.

* Diretor teatral, ator, professor universitário aposentado.

Bastava uma referência, breve que fosse, e ele pegava a “deixa” e começava um monólogo de Molière, de Lorca, de Shakespeare, de Ibsen. Os dois primeiros sempre na língua original dos autores. E dos monólogos passava aos diálogos, interpretando todos os personagens de uma cena. Mais um pouco e estava falando de Morineau, que imitava à perfeição, a voz impostada, gutural, de contralto, dizendo trechos inteiros de *Bodas de Sangue*. Parece-me que ainda o vejo, nos idos de 80, no quarto entulhado de livros, e recortes, quadros de artistas amigos, derramando em palavras o seu amor pelo teatro, incentivando, ensinando, questionando, analisando, teorizando, exemplificando. Mas também lamentando, angustiado. Percebia-se que fora ferido profundamente em algum lugar, em algum tempo, e que as feridas ainda sangravam, doíam. Este era João Ceschiatti, um pioneiro do teatro em Minas e um ser humano dotado de alta sensibilidade e, por esta razão mesma, vulnerável e propenso a estados depressivos ao menor sinal de ofensa, ingratidão e desconfiança. Mas sempre um ator, em qualquer momento, em todos os momentos.

O DIRETOR

Havia um requinte artesanal de acabamento nos espetáculos de Ceschiatti. Com extremo cuidado, e até exagerado realismo, ele se encarregava, pessoalmente, dos objetos de cena e de uso pessoal dos atores. Nada escapava ao seu furor detalhista: uma almofada, um vaso de flores, uma toalha, um tapete, um adorno, um envelope, uma caneta, um telefone, uma tiara, uma jóia, tudo estava rigorosamente dentro da época. Na maioria das vezes usava peças autênticas, muitas de sua propriedade ou conseguidas com os inumeráveis amigos, de valor incalculável, o que o obrigava a penoso trabalho de coleta e guarda no final de cada espetáculo.

Ceschiatti era essencialmente um ator. Não sabia dirigir sem interpretar. Nunca se preocupou com metodologias ou processos e teorias de interpretação. Para ele, um ator ou interpretava o personagem de maneira que o convencesse ou ele mostrava como devia ser feito. Não tinha nenhum preconceito em relação à imitação. Encenador de escola antiga, mambembara pelo Brasil, particularmente no nordeste, de 37 a 39, e trabalhara com Morineau em memorável excursão em 49. Sempre fora intuitivo, vinha de tradição intuitiva, confiava no talento. E talento, para ele, era intuição, chama, ardor, explosão, entrega e paixão. Seus ídolos eram os grandes atores e não os teóricos dos métodos de interpretação.

Não o conheci nos primeiros trabalhos, os do seu Teatro do Estudante, como *Espectros*, de Ibsen, do qual relatos orais sempre mencionaram qualidades espantosas para a época, e que chegou a ser apresentado no Rio de

Janeiro, conforme registro de Jorge Fernando dos Santos. Também não assisti ao seu trabalho inicial no Teatro do Sesi, antes de 50, a comédia de Martins Pena *Judas no Sábado de Aleluia*. Embora tivesse com ele uma convivência muito próxima, durante anos, só participei, com ele dirigindo, de um único espetáculo, *Mariana Pineda*. Mas estive presente como olheiro e aprendiz em todos os outros de sua fase mais produtiva à frente do Teatro do Sesi (1950-1964). Seu método de trabalho era simples e direto. Lia-se o texto. Se ele não gostava, dizia a frase com a inflexão, as pausas e o “timing” que ele desejava. Em cena, não se preocupava muito com deslocamentos e ocupação de espaços. Mas dava toda a atenção aos gestos, por menores que fossem. Sobretudo das mãos e da manipulação dos objetos. Tinha obsessão pelo estilo. Ouvia o ator e era fascinado pela teatralidade das inflexões. Por esta razão, em textos adultos, nunca se aventurou a encenar uma dramaturgia contemporânea. Gostava da sonoridade carregada e dos contrastes verbais súbitos. Estava mais perto da ópera do que do teatro, a meu ver inconscientemente. Mesmo dirigindo era teatral. Explicava tudo com gestos largos e longas pausas que logo desapareciam para dar lugar a uma sequência vocal rítmica cheia de nuances e modulações: percebia-se nele um teatro de outros tempos com o qual se encantava e se embevecia.

O DECORADOR

Ceschiatti não era, evidentemente, um cenógrafo. Mas tinha uma fantástica percepção visual do espetáculo que dirigia. E a decoração dos ambientes criados pelos cenógrafos era sempre, e totalmente, sua. Por esta razão nunca trabalhou com inexperientes nesta área. Procurou cercar-se de arquitetos e artistas plásticos já que, na sua época, cenógrafos profissionais eram raros, como Ari Caetano. Washington Junior, o mais constante, foi peça fundamental em suas montagens enquanto este artista plástico permaneceu em Belo Horizonte. Sansão Castelo Branco foi outro.

O MESTRE

Entre as montagens do Teatro do Sesi, dirigidas por Ceschiatti, é preciso ressaltar pelo menos seis: *O Avaro* de Molière; *Medéia* de Sófocles; *A Sapateira Prodigiosa* e *Mariana Pineda*, de Lorca, além de duas peças para crianças, *O Casaco-Encantado* de Lúcia Benedetti, e *A Colcha do Gigante*, de Zuleika de Mello. Em todas elas o apuro da montagem, o acabamento visual do espetáculo sobrepujava, e muito, o rendimento técnico dos atores, com honrosas exceções para protagonistas como Ezequias Marques, Maria Lísia e Heloisa Bernardes.

Entre 50 e 64 João Ceschiatti realizou um surpreendente e significativo trabalho nas artes cênicas, com um elenco amador, de trabalhadores da indústria, mas também com assalariados de outros setores. Encenando clássicos da dramaturgia universal, Ceschiatti conquistou um público operário, mas também de classe média, e o respeito da crítica da época, ainda muito incipiente para dar às encenações a repercussão que mereciam. Sua linha de montagem tinha um nítido sentido educacional, aprimorando o gosto das plateias e do seu grupo de atores na medida em que escolhia um repertório de indiscutível valor literário e qualidade dramática. Tornou-se, assim, uma espécie de guru para toda uma geração teatral que iniciava suas atividades. Excursionou com seus espetáculos, cercou-se de artistas plásticos que se transformaram em excelentes cenógrafos, lançou atores de indiscutível talento intuitivo e deixou, para os que com ele privaram, uma lição de amor ao teatro.

Atores da minha geração, e que depois teriam importante papel no desenvolvimento das artes cênicas de Minas, estavam dando os primeiros passos: Carlos Kroeber, Itaio Mudado, Neuza Rocha, eu mesmo. Ceschiatti era nossa escola, a fonte obrigatória onde mataríamos a primeira sede. Por esta razão, no teatro ou fora dele, estávamos sempre procurando uma oportunidade para ouvi-lo com respeito e admiração. Mais do que conhecimento técnico ele nos transmitia uma mensagem ética, uma capacidade de amar o teatro acima de todas as coisas, a consciência de que o campo da cultura e a arte de criar exigem enorme disposição para a entrega, para a resistência, forte dose de idealismo, sacrifício, disciplina e devoção absoluta. Nós nos formamos nesta atmosfera um tanto mística, considerando, como ele, a casa de espetáculos como um templo e o ofício do ator como sagrado. Talvez, por esta razão, a minha geração resistiu, tanto quanto foi possível, ao profissionalismo, no sentido restrito de ser pago pelo seu trabalho ou de participar de uma encenação puramente comercial, com o objetivo de simplesmente divertir o público. Alguns de nós só a custo libertaram-se deste estigma, e muito mais tarde.

A RUPTURA

A questão Ceschiatti /SESI é pródiga em versões, quase sempre emocionais e suspeitas. Ele mesmo, em entrevistas públicas e nas que me concedeu, era reticente e pouco explícito. Nunca citou nomes. O que há de verdadeiro nestas versões, sejam quais forem, é o fato de que o episódio o magoou profundamente. Fora do Teatro do Sesi, Ceschiatti nunca mais foi o mesmo. Tentava evitar o assunto, mas volta e meia ele surgia, intempestivo, nas conversas de bar, em confidências reservadas, transbordando amargura. O entreviro deve ter doído muito, ferindo-o de maneira irreparável.

O rastreamento da questão nos levou ao arquivo funcional do Sesi, onde o fato está registrado exatamente como aconteceu. Ceschiatti recebeu um convite para dirigir um grupo de teatro no Sesi em 47, indicado por amigos. Nesta primeira fase ficou por lá dois anos (47 e 48), pois em 49 excursionou com a Cia. de Henriette Morineau. Mas foi em 1950 que foi admitido no Sesi como Técnico de Teatro, lotado no Centro do Calafate. Em junho de 51 passou a encarregado do Serviço de Teatro do Serviço de Educação e Orientação Social. Foi neste cargo que permaneceu até 64 e realizou uma carreira brilhante.

No ano de 64 surgiram os primeiros atritos com setores burocratas e subalternos do Sesi, que nunca foram explicados com clareza. Por ele, nunca. Destes atritos resultou um pedido de disponibilidade por parte da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, atendido pela instituição. À disposição da prefeitura da capital Ceschiatti permaneceu de 64 a 71. No começo da década de 70 o Sesi decidiu rever os casos de disponibilidade por tempo indeterminado, havendo por bem extingui-los em dezembro de 71, o que obrigava Ceschiatti a retornar ao Sesi. O retorno, difícil e contestado pelo artista, deu-se em 72. O cargo que Ceschiatti ocupara anteriormente havia sido extinto, o que forçou a instituição a enquadrá-lo como Professor de Teatro. Ceschiatti não aceitou: tinha sido o diretor do Serviço de Teatro do Sesi, um cargo de chefia, e assim queria ser considerado. Nas *démarches* novos atritos se sucederam. Havia obrigatoriedade do ponto, com o que ele não concordava, definitivamente. Faltou uma mediação mais sensível em escalões superiores do Sesi para contornar o problema, que ficou restrito ao zelo burocrático e rígido de funcionários que não sabiam da importância e significação do trabalho de João Ceschiatti.

Em fevereiro de 72 ele entrou com uma ação na justiça trabalhista contra o Sesi e não mais retornou à instituição. A causa tramitou durante cinco longos anos. Em março de 77, tendo ganho a causa, recebeu do Sesi a indenização e os direitos determinados pela Justiça Trabalhista. Mas João Ceschiatti nunca mais seria o mesmo.

O Serviço de Teatro do Sesi tinha sido a sua vida, seu momento maior, seu sentido para existir. Abandonou praticamente o teatro, até mesmo como espectador. Abriu seu próprio restaurante, na casa onde morava e onde recebia os amigos, intelectuais, gente de teatro, artistas plásticos. De quando em vez vendia alguns quadros de sua coleção e passava uns tempos na Europa. No restaurante tinha o requinte e o bom gosto que sempre tivera como encenador. Mas era triste. Vez ou outra era capaz de entusiasmar-se quando íamos visitá-lo nos fins de tarde, Carlos Kroeber e eu. Aí recitava poemas de Lorca com a velha eloquência e teatralidade que foram sua marca.

Sua morte, em 8 de agosto de 1987, privou Minas de um homem de teatro dos mais importantes da segunda metade do século XX.

MÚSICA

O ITALIANO SERGIO MAGNANI EM SUA BELO HORIZONTE

Berenice Menegale*

Estendendo-se desde os cumes nevados dos Alpes Cárnicos até as praias do Adriático, o Friuli mantém harmoniosamente as características étnicas das populações que o formaram, desde aquela, de origem céltica, encontrada ali pelos Romanos no século II antes de Cristo. A região identifica-se principalmente pela língua, o *friulano*, viva, com forte individualidade e literatura reconhecida.

Foi aí no Friuli, na cidade de Udine, que, em três de dezembro de 1914, nasceu Sergio Magnani.

Na cidade natal recebeu a base de sua formação humanística e musical; dedicou-se ao piano e ao órgão e desenvolveu-se como grande leitor de Literatura e Filosofia.

As Letras e o Direito foram as áreas acadêmicas em que se graduou e pós-graduou. Mas a Música teve a primazia quando decidiu o seu campo preferencial de trabalho e a profissão. Reconhecia como seu mestre mais significativo o compositor, professor e pianista Alfredo Casella, chefe da jovem escola romana de compositores de tendência neo-clássica, um dos principais músicos italianos de sua geração, falecido em 1947.

Magnani participara da segunda guerra mundial, na campanha da Iugoslávia, como oficial *de ligação*. Considerava insubstituível sua experiência da guerra, tempo em que as características humanas - das mais generosas às mais cruéis - se expõem na sua total autenticidade.

Em 1950 dirigia em Roma os programas de música sinfônica e de câmara da RAI (radioemissora estatal italiana); contudo não via com otimismo o futuro próximo na Itália em reconstrução. As conseqüências sociais e individuais da guerra facilmente criavam, num homem ainda jovem, o desejo de experimentar a travessia do Atlântico e de descobrir a América.

* Pianista, professora, presidente da Fundação de Educação Artística.

Nessa circunstância, Sergio Magnani conheceu o pianista mineiro Venício Mancini que estudava com o renomado Carlo Zecchi, em Roma. Mancini, antevendo a contribuição que Magnani poderia dar a Belo Horizonte e a utilidade que sua presença teria no desenvolvimento musical da cidade, e ao mesmo tempo disposto a ajudar o novo amigo em sua aspiração, consegue assegurar aqui aulas particulares como ponto de apoio inicial.

É assim que Sergio Magnani chega e é apresentado ao meio musical em reunião na residência de sua nova aluna, cantora Ondina Guimarães.

Também por iniciativa de Mancini, um grupo de professores e instrumentistas passa a assistir a um exigente curso de Magnani, que englobava análise musical, história da música e estética. Participando de longas e densas aulas, três vezes por semana, esses músicos (entre os quais o saudoso Arnaldo Marchesotti) foram os primeiros das sucessivas gerações formadas e orientadas por Magnani.

No contato com ele não havia apenas a ampliação do conhecimento, mas, o que era fundamental, muito se aprendia sobre a função do músico na sociedade. Com sua frase “todo músico tem de ser um homem de cultura” pretendia mostrar a responsabilidade do músico como ponte convincente entre a criação musical e o público.

Magnani começou logo a agrupar pessoas para promover música. Para ele o que realmente importava era *fazer* música, fazer com que a música acontecesse, soasse. Seria tarefa para se levar à frente um levantamento das obras musicais que Magnani revelou para o nosso público em primeira audição em Belo Horizonte. Tinha a preocupação de sempre ampliar o repertório que levava ao público. Para isso não havia limite na sua dedicação. Atravessava noites “cavando”, com inconfundível caligrafia, as partes instrumentais de uma partitura que iria distribuir aos músicos e ensaiar pela manhã. Copiava partes de coro, fazia transcrições, adaptações, o que fosse necessário para que a música surgisse, viva. Não era um perfeccionista. Para Magnani, mais importante que esperar por uma execução impecável era fazer soar, fazer ouvir e conhecer uma obra musical. Nesse sentido havia adquirido percepção e compreensão notáveis da nossa realidade.

Sua participação na vida cultural de Belo Horizonte foi multiforme. Como conferencista, desde logo causou admiração pelo domínio da língua portuguesa e o brilho das colocações. No campo das artes, ninguém entre nós abordou tantos temas, em tantas ocasiões e com enfoques tão pessoais, fruto de seus estudos e reflexões. Usava linguagem rica e cuidada, contextualizava sempre os temas com a notável fluência dada por sua cultura histórica e literária.

Foi regente titular da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais e de quantas orquestras foram aqui constituídas. Foi diretor artístico e regente da maior

parte das óperas apresentadas nas temporadas líricas do Teatro Francisco Nunes, fundador do Coral Universitário (hoje Ars Nova), da Sociedade Coral de Belo Horizonte, professor da UMA (hoje Escola de Música da UEMG), professor na UFMG - Escola de Música e Faculdade de Letras, fundador e primeiro diretor musical da Fundação de Educação Artística, professor e regente nos Festivais de Inverno, em Ouro Preto.

Dentre todas as vertentes de sua atuação, a que tinha a sua preferência era a regência, a ponto de sentir-se deprimido quando, apesar de muitas outras responsabilidades, ficava longo tempo sem reger uma orquestra.

Para os grupos orquestrais e corais que regeu, para os elencos das óperas que dirigiu ele foi, antes de tudo, mestre. Estava ali para motivar, preparar, formar os músicos. Sempre acolheu o mais iniciante dos estudantes com a mesma atenção e gentileza que dedicava aos músicos já feitos que buscavam sua orientação.

Por dois períodos afastou-se de Belo Horizonte para assumir a direção de orquestras sinfônicas em Salvador e em São Paulo, mas sempre voltou à cidade adotada, onde fez sólidas amizades, onde muito trabalhou, amou, sofreu e se doou.

Grande andarilho, durante anos percorreu nos fins de semana, a pé, os arredores de Belo Horizonte, fórmula que adotava para espantar a depressão. Viveu e morreu em extrema simplicidade, coerente com sua ética e sua atitude crítica diante da injusta sociedade brasileira.

Seu livro *Expressão e Comunicação na Linguagem da Música*, publicado pela Editora UFMG, coroou a sua obra de intelectual, artista e pedagogo.

Fica como um legado desse ser humano excepcional que viveu cinquenta anos entre nós e cuja presença generosa ainda continuará como referência durante muito tempo.

PAI E MÃE

(A Dirceu Salvi)

Garcia de Paiva*

Ao voltar da escola encontrei minha mãe xingando meu pai. Não era a irritação característica do seu modo de falar com a gente nos momentos de impaciência, sentada nalgum canto, braços caídos, mãos no regaço, dedos cruzados, olhar de viés. Vinha à sala, gesticulando, e tornava a entrar no quarto, onde ele jazia na cama havia três dias, magro e sem cor, doente, acabado.

Você é um velho maluco!

Eu tinha sabido, na véspera, que pai estava muito doente, meus irmãos haviam aparecido aos grupos de dois e três - eu era o caçula, filho tardio, extemporâneo, de um casal já encanecido. Nos brinquedos da rua os garotos se equivocavam: *Seu avô, sua avó, tá chamando ocê*. A pele dele, fina, lisa, tinha uma cor de cera, mas o rosto de mãe era um xadrez de rugas.

Maluco!

Meus irmãos falavam cochichando, na véspera, como se quisessem esconder um segredo - de quem? de mim? Pai ia ser internado num hospital, fiquei sabendo por Vanda, que morava em casa, solteira, e sua voz, esta manhã, um murmúrio, ia e vinha, soava de novo. Eu estava saindo para a escola, fui entendendo pelo caminho. Iam abrir a barriga de pai. Vanda, arredia, acomodada, fazia tricô, não sabia fazer outra coisa na casa, e sua voz retornava:

Pai vai ser operado.

A manhã na escola tinha sido triste, um terror.

Encontrei mãe daquele jeito e parei na sala. Sua voz tinha uma vibração sibilante:

Velho maluco! Você nunca regulou bem!

Investi contra ela, punho erguido:

Não xinga meu pai não, viu! Meu pai tá doente, viu!

* Escritor.

Ela tinha vindo para a sala. Estacou, me olhando.

Não xinga, viu! Não quero, não quero! Velha maluca é ocê!

Sem uma palavra ela enfiou pelo corredor, e passado algum tempo julguei ouvir a voz de pai, um sopro. Cheguei à porta.

Filho...

Queria com certeza que eu me aproximasse, avancei até a cama, junto, mas ele permaneceu imóvel, olhos fechados. Olhando, eu pensava, lembrava... Pai, pedreiro, empreiteiro, a vida inteira... As palavras não vinham ao pensamento, eu sentia, apreendia - sua firmeza e honestidade, sua integridade nos negócios, sem tempo em casa para efusões afetivas, O braço se moveu, sem força para erguer-se, ele talvez quisesse repetir um gesto raro, e único - pousar a mão em minha cabeça. De mãe eu não recebia carinho algum.

Filho...

Era insuperável em seu ofício, mas deixara de trabalhar fora, revelando surpreendentes aptidões para trabalhos de artesanato. As horas de ócio me beneficiaram: fazia papagaios que eu empinava com manivela num terreno baldio. Suas raias e flechas não tinham o acabamento grosseiro das que são vendidas com pompa e berloques inúteis nas feiras e que exigem, na rua, suor e correrias. Usava taquara bem seca e deixava o mínimo de miolo na casca exígua. Cola, pouca, barbela perfeita e um arqueamento com a linha para distender a armação, coisa de que ninguém cogitava. Enquanto meu papagaio subia fácil, os outros arrastavam-se na poeira.

Ela grita...- arfava, um esforço para falar — porque está nervosa. Entende?

Olhos cerrados, pausa, silêncio.

A vida para ela sou eu... Quarenta anos juntos... Grita como se eu fosse... culpado...

Culpado de quê, pai?

O olhar veio para mim, esgazeado, ele parecia estar escolhendo as palavras, os lábios se moviam, mudos.

Minha mulher, minha criada... nossa criada... escrava...

A mão se moveu, queria que eu me afastasse. Voltei para a sala, fui até a cozinha. Sentei no degrau da porta.

Velha maluca é você! você!

Vieram lembranças de conchegos, carícias perdidas no limbo...

Os anos ainda recentes passaram correndo. Mãe no fogão, no tanque, na costura, no trabalho - onde a alegria, o lazer? Não sobrava tempo para o rádio, televisão. Tinha ido ao cinema uma vez.

Maluca!...

Veio uma dor, corri até a sala. Em seu quarto Vanda fazia tricô e não

ergueu os olhos. Voltei à cozinha, onde estava ela? Sai para o quintal, buscando, fui encontrá-la no fundo, além do quarador, junto ao muro, sob a caixa d'água, sentada na terra, encolhida, cabeça oculta nas mãos. Sentei a seu lado, ficamos assim longo tempo, em silêncio, até que o seu braço me envolveu, apertando forte, nos aconchegamos, e suas lágrimas juntaram-se às minhas, escorrendo do seu rosto para o meu.



SÍNDROME DA DIFERENÇA IMPROVÁVEL

Cunha de Leiradella*

O bar ficava logo depois da curva, onde terminava o asfalto. Não tinha nenhum letreiro, nem havia nenhuma indicação na estrada. Nem antes, nem depois da curva. Era um barraco coberto de sapê e aparecia de repente, luzindo na escuridão, iluminado pelas lâmpadas penduradas nos troncos das palmeiras. As mesas ficavam no terreiro e tinham grandes números pintados de amarelo nos tampos de cimento, e os assentos eram troncos cravados no chão, estreitos e muito baixos. Mangueiras e palmeiras espalhavam-se por entre as mesas e uma cerca de arame delimitava o chão batido do terreiro. Pregado numa ripa por cima da porta um alto-falante tocava boleros em surdina, e do outro lado da estrada, por entre as folhas das mangueiras e dos troncos das palmeiras, via-se a espuma das ondas sempre que o mar batia nas pedras.

Já passava da meia-noite e só duas mesas estavam ocupadas. Numa, junto da porta, um casal bebia cerveja, a mulher rindo às gargalhadas e o homem balançando a cabeça, rindo também, já meio bêbado. Na outra, junto da cerca, ninguém falava, nem ria. A mulher olhava a espuma das ondas e o homem olhava o copo vazio. O garçom fumava e bocejava, encostado na parede, ao lado da porta. De repente, o homem pegou o copo e levantou-o.

– Mais um.

Colocou o copo em cima da mesa e voltou-se para a mulher.

– Mais um?

A mulher não respondeu. Sem olhar o homem, passou as mãos no cabelo louro, amarrado na nuca com um laço de fita azul. Depois, fincou os cotovelos na mesa e apoiou o queixo nas mãos, e olhou o outro casal. O garçom aproximou-se e o homem apontou o copo vazio.

– Outro.

O garçom jogou o cigarro no chão e pegou o copo do homem.

*Contista, teatrólogo.

– E a madama?

A mulher não respondeu e o homem voltou-se para ela.

– Mais um?

A mulher continuou imóvel e falou sem olhar o homem.

– Quero chope.

O garçom deu a volta à mesa e pegou o copo da mulher.

– Chope tem não, madama.

O homem olhou a mulher e abanou a cabeça.

– Aqui não tem chope, você já sabe.

A mulher não respondeu e o homem apontou os copos na mão do garçom.

– Um de cada.

O garçom afastou-se. O homem tirou um cigarro do maço e cortou o filtro, e acendeu-o. Um carro passou na estrada e os faróis varreram as árvores e as mesas e as paredes, e a mulher ajeitou-se no banco e cruzou as mãos em cima da mesa. O homem puxou uma tragada profunda e pegou a mão da mulher.

– Gostei daqui.

A mulher não respondeu e o homem olhou as mesas e o terreiro.

– É gozado. Quando a gente tá bem num lugar...

A mulher olhou-o e ele calou-se. Puxou outra tragada profunda e soltou o fumo devagar, pelo nariz e pela boca.

– Você não gostou, não?

A mulher continuou calada e o homem olhou a ponta fumegante do cigarro, e balançou a cabeça.

– Eu gostei.

A mulher tirou a mão e olhou por cima da cerca, atrás do homem.

– Tem uma luz ali que é horrível.

O homem voltou-se. No fim do capinzal erguia-se o esqueleto de um edifício em construção. Num mastro, em cima da última laje, um holofote brilhava na escuridão. A mulher passou as mãos nos olhos e esfregou-os.

– Faz doer até a vista.

– Senta aqui.

A mulher não respondeu e o homem debruçou-se sobre a mesa.

– Eu não me importo com a luz.

A mulher não respondeu, os olhos fixos no casal sentado junto da porta. Pouco depois, o garçom trouxe as bebidas.

– Vai tira-gosto?

O homem abanou a cabeça e fez um gesto com a mão. O garçom colocou os copos em cima da mesa e fez uma cruz ao lado do homem e um

risco horizontal ao lado da mulher, com um pedaço de giz, e afastou-se. Quatro cruzeiros, quatro uísques. Dois riscos, dois gins-tônicas. O homem pegou o copo e bebeu, e a mulher deu uma palmada na perna.

– Tou toda mordida. Amanhã, não vou nem poder ir à praia.

– Eu falei pra você não trazer essa roupa.

A mulher olhou o homem, mas não respondeu. O homem puxou uma tragada e jogou o cigarro no chão. Era quase careca e usava óculos de aros muito grossos. A mulher deu outra palmada na perna.

– Que sexta-feira.

O homem bebeu um gole e olhou a mulher.

– Hem?

A mulher não respondeu e o homem bebeu o resto do uísque e colocou o copo em cima da mesa e cortou o filtro de outro cigarro, e acendeu-o. Puxou uma tragada profunda e chamou o garçom com um gesto.

– Outro.

Puxou outra tragada e voltou-se para a mulher.

– Que que você falou?

A mulher continuou sem responder e o homem olhou-a durante alguns instantes.

– Eu não escutei.

– Eu disse que hoje era sexta-feira.

A mulher pegou o copo e bebeu um gole, e o homem debruçou-se sobre a mesa.

– Eu não entendi, Andréa.

A mulher bebeu outro gole e colocou o copo em cima da mesa, sem responder. O garçom trouxe o uísque e fez mais uma cruz ao lado do homem. O homem pegou o copo e bebeu um gole, e mexeu o gelo com um dedo. O outro casal chamou o garçom e pediu a conta. A mulher pegou o maço de cigarros e acendeu um.

– Aqueles já vão.

– Quem?

A mulher apontou a mesa junto da porta.

– Aqueles.

O homem não se voltou. Colocou o copo em cima da mesa e pegou a mão da mulher.

– Você não gostou de vir aqui, não?

A mulher tirou a mão, num gesto brusco.

– Eduardo, por favor. Já é a quinta vez que você me pergunta a mesma coisa.

O homem jogou o cigarro no chão e tirou os óculos, e passou as mãos no rosto.

– É. Eu já devo tá de porre mesmo.

A mulher não respondeu e o homem colocou os óculos e ficou olhando o tampo da mesa. O outro casal pagou a conta e entrou no carro. O garçom deixou o carro afastar-se e gritou para dentro do bar.

– Toinho.

Um rapaz moreno, com um sorriso enorme e dentes muito brancos, apareceu na porta.

– Diga, Timbó.

O garçom apontou o carro, já sumindo na curva.

– Toinho, ligue pra Fefê, já, já, viu?, e diga que Zilá já tá indo. Diga que o gringo já tá de fogo, viu, Toinho?

O rapaz moreno entrou no bar e o garçom acendeu um cigarro, e encostou-se na parede. A mulher puxou uma tragada profunda e deu uma palmada na coxa.

– Nem sei pra que que a gente veio a Salvador.

O homem não respondeu e a mulher deu outra palmada na coxa.

– Ô idéia mais...

O homem riu e a mulher calou-se. Tinha um jeito especial de rir. O som explodia na garganta e rolava na boca, e saía aos borbotões. Como a água de uma represa que tivesse rebentado o dique e levasse tudo de roldão. Quando acabou de rir, o homem cortou o filtro de um cigarro e acendeu-o.

– É gozado.

– Que que é gozado?

– Que que você disse há pouco?

A mulher não respondeu e o homem sorriu.

– Você não disse que hoje era sexta-feira?

A mulher olhou o homem fixamente e ele calou-se. Puxou uma tragada profunda e balançou a cabeça, devagar.

– É. Hoje é sexta-feira mesmo. E daí?

O homem riu.

– Daí? Daí, que foi você foi que disse que hoje era sexta-feira.

A mulher não respondeu. Colocou o copo em cima da mesa e deu uma palmada forte na coxa, e coçou por cima da saia. O homem riu. A mulher esticou a saia sobre as pernas e coçou a coxa outra vez.

– É engraçado porque não tão mordendo em você.

O homem não respondeu. Bebeu um gole e olhou a mulher durante algum tempo.

– Você sabe o que que eu acho mais gozado? É que você tem sempre uma hora certa pra fazer as coisas.

A mulher fez um gesto, como se fosse interromper, mas o homem continuou.

– É isso mesmo, Andréa. Só porque hoje é sexta-feira...

A mulher passou as mãos no rosto e o homem calou-se. Bebeu um gole e colocou o copo em cima da mesa.

– Mas não é isso mesmo?

A mulher abanou a cabeça e passou as mãos no rosto outra vez.

– Eduardo, quantas vezes nós já discutimos isso?

O homem não respondeu. Puxou uma tragada profunda e soltou o fumo, devagar.

– Sabe? O que eu nunca entendi em você é por que que a gente nunca pode fazer as coisas que gosta, do jeito que mais gosta.

A mulher não respondeu e o homem fez uma pausa.

– Sabe o que que a gente devia fazer?

A mulher respirou fundo e olhou o homem fixamente.

– Você já tá é bêbado.

O homem riu.

– É Vai ver, já tou mesmo. Aliás, eu já disse a você que, agora, tou ficando bêbado à toa, à toa, não disse, não? Mas o caso, sabe? É que a gente sempre faz as coisas só pros outros verem. Pra gente, mesmo, a gente nunca faz nada. Ou se faz, faz tão pouco, que não dá nem pra perceber.

A mulher não respondeu. Pegou o maço de cigarros e olhou-o durante alguns instantes, e, depois, acendeu um. O homem pegou o copo e bebeu um gole, e olhou as mesas à volta. Do outro lado da cerca começava o capinzal, e, no fim do capinzal, um renque de palmeiras delimitava o horizonte. O homem puxou uma tragada profunda e jogou o cigarro no chão.

– Sabe?

A mulher apontou o copo vazio.

– Peça uísque pra mim.

O homem chamou o garçom e pediu dois uísques, e cruzou as mãos debaixo do queixo e ficou olhando para a mulher. A mulher colocou o cigarro no cinzeiro e passou as mãos no rosto, e fechou os olhos. Ficaram assim até que o garçom trouxe as bebidas e fez mais duas cruzeiras no tampo da mesa. Uma ao lado do homem e outra ao lado da mulher. A mulher pegou o copo e rodou-o entre os dedos.

– O meu tem pouco gelo.

O homem chamou o garçom e pediu gelo. O garçom trouxe o gelo num prato plástico e colocou dois pedaços no copo da mulher, e afastou-se. A mulher mexeu o uísque com o dedo, durante algum tempo.

– Até parece que tamos em Belo Horizonte.

O homem riu.

– Só porque tamos sós ou porque tamos tomando uísque?

A mulher não respondeu e o homem bebeu um gole, e colocou o copo em cima da mesa.

– Hem?

– Porque é sempre a mesma merda.

O homem riu.

– Então, é porque tamos tomando uísque.

A mulher colocou o copo em cima da mesa e cobriu o rosto com as mãos. Ficou assim algum tempo e, de repente, deu uma palmada forte na coxa.

– Ô lugarzinho filho da puta.

O homem não respondeu. Voltou-se e olhou o holofote brilhando em cima da última laje do edifício em construção. A luz forte obrigou-o a piscar os olhos e ele fechou-os e voltou-se, e pegou o copo.

– Quer ir embora?

– Quero.

– Pra onde?

– Qualquer lugar.

O homem riu.

– Qualquer lugar? Mas você nunca foi de ir pra qualquer lugar.

– Mas, agora, eu quero ir.

O homem bebeu um gole e colocou o copo em cima da mesa.

– Ok.

A mulher pegou o cigarro e puxou uma tragada profunda.

– Eu conheço você, Eduardo. Você não muda nunca.

– Você também não muda, Andréa.

A mulher não respondeu, os olhos fixos na ponta fumegante do cigarro. O homem fincou os cotovelos na mesa e apoiou o queixo nos punhos cerrados.

– Mas escolha. Qual vai ser esse qualquer lugar?

A mulher jogou o cigarro no chão, num gesto brusco.

– Eu já disse.

– Pra mim, não.

A mulher olhou o homem durante alguns instantes e alisou a blusa sobre os seios.

– Você pensa que eu botei esta roupa pra quê?

– Eu disse pra você não botar.

– Mas eu botei. Aliás, antes de botar, eu avisei você que ia botar.

O homem pegou o copo e olhou-o durante alguns instantes, e, depois, olhou a mulher.

– Sabe? Mesmo admitindo que você tivesse dito, e, se você disse, eu não escutei...

– Você nunca escuta, Eduardo.

– Desta vez não escutei mesmo.

Fez uma pausa e bebeu um gole, devagar.

– Mas, de qualquer forma, sabe? hoje eu não tou a fim de nada. Se você quer saber, mesmo, hoje eu tou é a fim de tomar um porre. Um puta porre.

– Como sempre, aliás.

– Exatamente. Como sempre.

Calaram-se. O homem olhando o copo e a mulher olhando o maço de cigarros. Um carro passou na estrada, devagar, só com os faroletes ligados. A mulher levantou a cabeça e seguiu-o até sumir na curva e, depois, olhou o homem.

– Sabe? Quando você disse que a gente vinha pra Salvador, pra esse tal congresso, eu ainda pensei que as coisas fossem mudar.

Calou-se e cobriu o rosto com as mãos. O homem olhou-a, mas não disse nada. A mulher tirou as mãos do rosto e olhou o homem fixamente.

– Pensei mesmo. Mas, depois...

Calou-se outra vez e baixou a cabeça, e cruzou as mãos em cima da mesa. O homem olhou o copo durante algum tempo e, depois, bebeu o resto do uísque.

– Continue.

A mulher não respondeu e o homem balançou a cabeça, e colocou o copo em cima da mesa.

– Andréa, se as coisas mudassem só porque a gente muda de lugar...

– As coisas mudam quando a gente quer que elas mudem.

O homem riu.

– Será que as coisas não mudaram só porque a gente não foi no Regine's?

A mulher não respondeu e o homem debruçou-se sobre a mesa.

– Hem?

– Eu não falei no Regine's.

O homem riu.

– Não falou, mas pensou. Eu conheço você, Andréa.

– É muito melhor pensar no Regine's do que pensar na Casa dos Contos ou na Cantina do Lucas.

– Por que que você não foi no Regine's, se tava a fim?

– Sozinha? Sem conhecer ninguém?

– Eu também não conheço ninguém.

A mulher riu.

– Ah, Eduardo, qual é? A você todo mundo conhece.

O homem não respondeu. Colocou o copo vazio em cima da mesa e

chamou o garçom, e pediu outro uísque. A mulher pegou o copo e bebeu um gole, e o homem cortou o filtro de um cigarro e acendeu-o. A mulher colocou o copo em cima da mesa e olhou a espuma das ondas, e o homem puxou uma tragada profunda. Ficaram assim até que o garçom trouxe o uísque e fez mais uma cruz ao lado do homem.

– Vai o tira-gosto?

O homem abanou a cabeça, mas a mulher interrompeu-o com um gesto.

– Que que vocês têm?

O garçom sorriu e fez um gesto largo com as mãos.

– Tudo, madama. Moqueca de peixe, moqueca de camarão, peixe frito, siri mo...

– Moqueca de peixe.

O homem olhou a mulher e abanou a cabeça.

– Moqueca de peixe não é tira-gosto.

A mulher não respondeu e voltou-se para o garçom.

– Traz moqueca de peixe.

O garçom afastou-se e gritou para dentro do bar.

– Toinho, moqueca de peixe. Pra um, viu, Toinho?

O homem colocou o cigarro no cinzeiro e cruzou as mãos em cima da mesa.

– Não sei pra que que você foi pedir moqueca de peixe.

– Porque me deu vontade.

Não vai gostar.

A mulher riu.

– E isso importa?

O homem não respondeu. Um carro parou na estrada, a luz dos faróis varrendo as árvores e as mesas e as paredes. De repente, os faróis piscaram duas vezes e o carro deu marcha à ré, e entrou na estrada, os pneus rascando no chão de terra. O homem apontou a poeira, revoltando no ar.

– Você viu?

A mulher não respondeu e o homem continuou apontando a poeira.

– Aquele carro. Por que será que piscou os faróis e arrancou daquele jeito, hem?

A mulher deu uma palmada na perna e coçou por baixo da saia.

– Quando termina o congresso?

O homem não respondeu, ainda olhando a estrada. A mulher pegou o copo e bebeu um gole.

– Quando termina o congresso?

O homem voltou-se.

– Hem?

– Perguntei quando termina o congresso.

– Parece que domingo, não sei.

– A gente vai no coquetel?

– Você quer ir?

A mulher riu.

– Nós viemos a Salvador pra quê, hem?

O homem pegou o cigarro e puxou uma tragada profunda, e soprou o fumo com força.

– Nós já fomos ao congresso.

– Você foi.

– E você não foi porque não quis.

– Pra quê? Pra sair de lá correndo pro primeiro cu-sujo que pintasse?

O homem pegou o copo e bebeu um gole, e acenou com a cabeça.

– Ok. Nós vamos no coquetel.

Fez uma pausa e colocou o copo em cima da mesa.

– Satisfeita?

– Pelo menos, é melhor do que vir praqui ou ir lá pro cais, comer aquelas codornas horríveis.

– Se fossem do Regine's não seriam horríveis.

– Pelo menos, sempre teriam outro aspecto, se é isso que você tá querendo dizer.

– Se é o aspecto, por que que você pediu moqueca de peixe?

Porque me deu vontade.

O homem deu uma gargalhada. A mulher pegou o maço de cigarros e acendeu um.

– Parece que você tá contente.

O homem puxou uma tragada e jogou o cigarro no chão.

– Algum motivo pra não tar?

A mulher não respondeu. Pegou o copo e bebeu um gole, e puxou uma tragada profunda e soprou o fumo com força.

– Eu não entendo você. Sinceramente. Não entendo mesmo. Você é um escritor famoso, todo mundo conhece você, e você não sabe nem aproveitar.

Fez uma pausa e puxou outra tragada.

– Sabe? Às vezes, eu fico até pensando se vale a pena ser o que você é. Sinceramente.

O homem não respondeu e a mulher fez outra pausa, e colocou o copo em cima da mesa.

– Que proveito você tira? Em Belo Horizonte, porres, no Rio, porres, em São Paulo, porres, aqui, porres. Isto é vida?

O homem olhava a mulher, os lábios cerrados e vincados, e os olhos fixos no rosto dela. A mulher jogou o cigarro no chão, num gesto brusco.

— Sinceramente, Eduardo. Faz cinco anos que a gente se conhece, mas é como se nem se conhecesse. Parece que você faz questão que ninguém te conheça, puta merda.

Calou-se e passou as mãos no rosto, e olhou o homem fixamente.

– Quer ver uma coisa? Apesar de você ser o que é, onde é que você tá agora? Enchendo a cara num cu-sujo que nem Deus sabe onde fica.

Fez uma pausa e respirou fundo, e abanou a cabeça com força.

– Me diga uma coisa. Mas fale com franqueza. Você tá se divertindo?

O homem riu.

– Sabe o que que tá me preocupando, na verdade? Aquele carro que...

– Eduardo, por favor. Eu não tou brincando, não.

O homem riu.

– Tá certo. Mas, antes, eu queria te fazer uma pergunta. É obrigatório a gente se divertir, sempre que sai de casa?

A mulher não respondeu e o homem tirou um cigarro do maço e cortou o filtro, e acendeu-o.

– Como você disse, Andréa, eu sou um escritor famoso.

Fez uma pausa e debruçou-se sobre a mesa.

– Mas o importante não é isso. O importante...

- É o que? É andar como você anda, sem aproveitar merda nenhuma?

Fez uma pausa e passou as mãos no rosto.

— O quê que é importante pra você, hem, Eduardo? Me diga. É a gente tar aqui olhando um pro outro, feito que nem dois idiotas? É isso?

O homem não respondeu. Puxou uma tragada profunda e olhou a mulher fixamente.

— Já que você quer saber, mesmo, o importante talvez fosse, justamente, isso.

– Você é um idiota.

Fez uma pausa e cobriu o rosto com as mãos.

– Você é muito mais idiota do que eu pensava.

O homem continuou imóvel, olhando para a mulher. Depois, balançou a cabeça e sorriu.

— É. Você tá certa. Eu sou um idiota.

A mulher tirou as mãos do rosto e abanou a cabeça com força.

— Como nós somos diferentes, meu Deus do céu.
O homem...

O homem continuou balançando a cabeça e sorrindo.

– Você tá certa. Realmente, nós somos muito diferentes. Eu sou um idiota e você não é famosa.

Quando o garçom trouxe a comida, o homem pediu a conta e pagou, e saíram do bar. Como entraram. Calados, mas caminhando lado a lado.

do bai. Como entraram: Calados, mas caminhando lado a lado.

A VERDADE, AINDA QUE TARDIA: CLAUDIO MANUEL DA COSTA FOI ASSASSINADO

Sergio Amaral Silva (*)

Passados dois séculos, é revelada a identidade do médico que admitiu ter mentido no laudo cadavérico do poeta e inconfidente mineiro Cláudio Manuel da Costa, em 1789: foi assassinato, e não suicídio. O desmascaramento da versão oficial muda a visão atual sobre a Inconfidência e dá margem a novas pesquisas.

Desvendada mais uma farsa que passou à "história oficial" do Brasil como verdade. Duzentos e treze anos depois, a peça que faltava vem juntar-se ao quebra-cabeças da misteriosa morte do poeta e inconfidente mineiro Cláudio Manuel da Costa, em 1789.

Denunciada a Inconfidência, Cláudio, um dos principais envolvidos, foi preso mas, ao contrário dos companheiros, levados ao Rio de Janeiro, permaneceu em Vila Rica. Em seu único depoimento perante o juiz da Devassa, no dia 2 de julho, implicou na conspiração o governador de Minas, Visconde de Barbacena, dizendo "que em certa ocasião ouviu dizer ao doutor Gonzaga, segundo sua lembrança, que o general, o Exmo. Sr. Visconde, sempre dizia ter o primeiro lugar no caso de sublevação."

A leitura dessas palavras deve ter assustado Barbacena. Cláudio fora secretário de governo e presidente da Câmara em várias administrações e "sabia demais". O governador temia ser ainda mais comprometido em novas declarações do poeta no Rio de Janeiro, quando o Vice-rei Luis de Vasconcellos, tio de Barbacena, pedisse mais detalhes.

O interrogatório foi considerado ilegal pelos próprios juizes. Segundo Kenneth Maxwell, em *A Devassa da Devassa* (Rio de Janeiro, 1977), "as declarações foram tomadas com tamanha precipitação e os presos interrogados

*Economista pela USP, escritor e jornalista.

com tal açodamento que os magistrados mineiros jamais se preocuparam em providenciar a presença de um notário - fator essencial à legalidade do processo". O ouvidor de Sabará, José César Caetano Manitti, escrivão nomeado por Barbacena, "predominou sobre o juiz, enganou os acusados com promessas e insinuações e, encontrando resistência, apelou para torturas", afirma Maxwell.

Dois dias depois de interrogado, ou seja, em 4 de julho, Cláudio foi encontrado morto na prisão, sendo a versão oficial a de suicídio, suportada pelo laudo pericial dos cirurgiões Caetano José Cardoso e Manuel Fernandes de São Tiago.

A LENTA RESTAURAÇÃO DA VERDADE

A verdade começaria a surgir vinte anos depois da morte do poeta. Lúcio dos Santos, em *A Inconfidência Mineira* (Belo Horizonte, 1927) conta que, em 1808, o fidalgo português Francisco Joaquim Moreira de Sá, vindo para o Brasil com a corte de D. João VI, fixou residência em Vila Rica. Numa reunião social em sua casa, conheceu um cirurgião apelidado de "Paracatu".

Este lhe disse que fora um dos responsáveis pelo laudo cadavérico de Cláudio Manuel e podia garantir que este não suicidou, mas foi assassinado. Disse ainda que, no dia seguinte à produção do laudo, foi procurado pelo ajudante de campo do governador Barbacena, que lhe mostrou o documento ilegível, dizendo que "uma criança o danificara, derramando tinta sobre ele". "Aconselhado" por esse ajudante, "Paracatu" concordou em assinar um novo, atestando suicídio.

Outro indicio a incriminar Barbacena é o fato de que, em 11 de julho de 1789, portanto sete dias após a morte e respectivo laudo pericial, ele omitiu o ocorrido em relatório ao secretário de Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, mentindo ao dizer que Cláudio ainda estava na prisão.

A confissão tardia do cirurgião, presenciada pela filha de Moreira de Sá, foi transmitida por ela ao Dr. Miguel Antônio Heredia, que escreveu a um jornal em 1876, dizendo: "Cláudio Manuel foi assassinado na cadeia, sabemo-lo de fonte limpa e por testemunho insuspeito."

Tal fonte, porém, ainda permaneceria envolta em mistério por longos anos. O fato de ser identificadora apenas por um apelido levou diversos historiadores a duvidarem de sua existência e identidade. Tanto Lúcio dos Santos, na década de 1920, quanto Eduardo Frieiro, já nos anos 50, trataram do episódio como a "lenda do cirurgião Paracatu", incredulidade que persistiu até muito pouco tempo.

Em seu *Tiradentes: A Inconfidência diante da História*, de 1993, Rodrigues Vieira reproduz quase literalmente as palavras de Santos, setenta

anos antes, ao afirmar: "O Dr. Heredia não diz qual dos dois peritos que atuaram seria o aludido Paracatu". E repete a pergunta de Santos: "Se existiu, quem era Paracatu ?(...) Seria mesmo um dos cirurgiões que lavraram o auto de exame cadavérico?"

Sem discutir a identidade, Maxwell confirma que um dos médicos que assinaram o laudo, muito mais tarde "veio a declarar que em seu primeiro relatório não atestara a causa da morte como sendo suicídio - e não assassinato".

Tarquínio José Barboza de Oliveira, no inédito *Poesia e morte em Vila Rica*, de 1979, lançara luz sobre a questão, embora não de forma conclusiva:

"Paracatu" consta ser o apelido de Caetano José Cardoso, efetivamente um dos dois cirurgiões que descreveram o óbito na presença dos ouvidores, tabeliães e oficial da guarda."

SAI DA LENDA, ENTRA NA HISTÓRIA

A pista para o esclarecimento definitivo da identidade estava num livro de 1911, *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto*. Seu autor, Joaquim Menezes, referindo-se à proposta do Padre Manuel Ribeiro à mesa da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, entre 1809 e 1816, diz: "propunha construir a capelinha na Rua S. José, esquina da Ladeira da Batatinha, entre as casas e a divisa do cirurgião-mor Caetano José Paracatu".

Como um dos dois responsáveis pelo exame do corpo de Cláudio era Caetano José Cardoso, essa vinculação do nome ao apelido já era suficiente para desvendar o enigma. Porém, por não se referir à Inconfidência, e não às irmandades religiosas da antiga Vila Rica, o livro de Menezes não foi levado em conta por autores posteriores. Paulo Gomes Leite, em seu artigo *Um cirurgião letrado e a morte de Cláudio Manuel da Costa*, publicado em dezembro de 1999, afirma que nos muitos documentos que consultou sobre Cardoso, "não vimos nenhuma alusão ao apelido Paracatu".

Em 1789, Cardoso era ajudante de cirurgia do Regimento de Cavalaria de Linha de Vila Rica. Na época, não havia a especialidade da Medicina Legal sendo os "peritos", médicos escolhidos pelas autoridades. Assim, foi ele chamado em 4 de julho de 1789, juntamente com o colega São Tiago, a descrever o óbito de Cláudio Manuel. O exame foi feito na presença de autoridades locais e o laudo atestou morte por assassinato, modificado pelo próprio Cardoso no dia seguinte.

Maxwell diz: "Mesmo à época a história oficial mereceu pouco crédito: foi, mesmo, rezada missa pelo poeta falecido, um privilégio negado aos suicidas, sendo a despesa coberta pela Fazenda Real". O Livro de Assentos dos Irmãos da Irmandade de São Miguel e Almas, do Arquivo da Matriz de N.S. do Pilar de Ouro Preto, registra que foram trinta missas.

Exatamente um ano mais tarde, em 4 de julho de 1790, numa prodigiosa coincidência de datas, o mesmo Caetano José Cardoso assinava o laudo cadavérico de outro inconfidente preso, Francisco José de Melo, de 57 anos, atestando "hidropisia do peito". A hipótese mais plausível é de que suas condições de saúde, já precárias quando da prisão em fins de 1789, tenham se agravado pelas condições subumanas da cadeia de Vila Rica em virtude do frio e umidade do começo do inverno de 1790, enquanto aguardava sentença.

POR QUE "PARACATU"?

Esclarecida a existência e identidade de "Paracatu", resta investigar a origem do apelido, já que o cirurgião era português e não mineiro. Em seu testamento, que está no Arquivo do Museu da Inconfidência de Ouro Preto, consta:

"Deixo mais de esmola vinte mil réis a uma parda da Vila de Paracatu por nome Antônia Gonçalves Torres, e se for falecida se entregará a dita esmola a seus filhos."

Outro documento fecha magistralmente o quebra-cabeças: no Arquivo Público Mineiro, há um manuscrito da *Flora Medicinal Mineira*, de Caetano José Cardoso e Luís José de Godói Torres. Numa parte do trabalho, Cardoso afirma, sobre a quina do sertão: "Sua virtude febrífuga é eficaz para curar todas as febres de acesso, pois sempre usei dele com feliz sucesso, tanto em Goiás, como em Piracatu".

Sabendo que as formas Piracatu e Paracatu se alternavam no fim do século XVIII e início do século XIX, e que a localidade do noroeste mineiro, naquela época, já tinha o nome que ainda conserva, está completo o quadro: o português Cardoso veio para o Brasil ainda jovem, integrando-se de tal forma aos costumes da nova terra, que o julgavam brasileiro. Exerceu o ofício de médico em Paracatu, onde conheceu pessoas e fez amigos, chegando a deixar certa quantia a uma moradora daquela Vila. "Não se esqueceu de Paracatu e foi fiel à sua amizade. Estava, pois, de algum modo ligado àquela Vila, o que justifica plenamente o apelido de Paracatu", conclui Gomes Leite.

NOVOS CAMINHOS DE PESQUISA

No contexto das penas impostas aos inconfidentes, o assassinato de Cláudio Manuel por ordem do Visconde de Barbacena significa, em primeiro lugar, o reconhecimento, pelas autoridades da época, de sua importância como líder intelectual do movimento. Basta lembrar que o eminente jurista fora encarregado pelos conjurados, juntamente com Tomás Antônio Gonzaga,

de preparar as leis da República que seria implantada em Minas com o triunfo da conspiração.

A confirmação desta versão, em contraponto ao suicídio, explicita ainda o caráter violento da repressão dos detentores do poder colonial contra os inconfidentes. O descaso pela vida dos conjurados se evidencia também pela morte de Francisco de Meio na prisão, atestada pelo mesmo ajudante de cirurgia "Paracatu".

Além disso, torna sem efeito uma corrente de teorias de base psicológica que tentam explicar a atitude "suicida" de Cláudio a partir de inferências sobre sua personalidade. A prova de que um dos principais líderes da Inconfidência Mineira não teve um gesto extremo de covardia, negando seus ideais, requer uma reavaliação do próprio movimento, cuja significação alguns autores contemporâneos procuram minimizar. Cláudio, por sua vez, deve ter a memória reabilitada, colocando-se ao lado de Tiradentes como um dos dois conjurados a sofrer diretamente a pena capital.

Quanto à motivação do assassinato, justificar-se-ia um estudo mais detalhado do envolvimento do governador nos planos do levante. Maxwell destaca:

"Até que ponto tal envolvimento existiria provavelmente nunca será sabido. Porém, pelo menos, é bem evidente que o relato de Barbacena quanto a seus próprios atos, e sobre o qual os registros históricos foram baseados em grande parte, deve ser submetido a um sério reexame."

O episódio guarda ainda inegáveis semelhanças com as mortes na prisão, em dependências de órgãos de segurança, do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do operário Manuel Fiel Filho, em 1976. Para esses crimes também tentou-se impingir à História a versão de suicídio, posteriormente desmentida, com a condenação da União.

A desmontagem de uma das maiores farsas da História do Brasil, o suicídio de Cláudio Manuel da Costa, abre novos caminhos a serem pesquisados pelos que, mais de dois séculos depois, buscam desvendar os muitos mistérios que cercam o magnífico episódio da Inconfidência Mineira.

NOTA 1

CLÁUDIO MANUEL DA COSTA

Nascido em Mariana, em 5 de junho de 1729, Cláudio Manuel da Costa era formado em Leis pela Universidade de Coimbra.

Exerceu o importante cargo de Secretário de Governo por cerca de dez anos (não consecutivos), em várias administrações da capitania de Minas, tendo ocupado, por mais de uma vez, a presidência da Câmara de Vila Rica.

Poeta vinculado ao movimento do Arcadismo, a maior parte de sua obra permanece extraviada, principalmente em arquivos portugueses.

Amigo do também jurista e poeta Tomás Antônio Gonzaga, participou, com este e vários outros intelectuais, militares e religiosos, da Inconfidência Mineira, conspiração iniciada em 1788. Os inconfidentes pretendiam a libertação do Brasil de Portugal e a instalação de um governo autônomo. O movimento foi denunciado e seus líderes, presos e exilados, com duas exceções: Cláudio Manuel, assassinado ainda na prisão, sem julgamento, e Tiradentes, morto na forca.

NOTA 2

QUEM FOI O "PARACATU"

Português da freguesia de Cambres, termo da cidade de Lamego, batizado em 15 de maio de 1749, Caetano José Cardoso veio para o Brasil com 22 anos, tendo exercido a Medicina em Goiás e Paracatu. Aos 40, era ajudante de cirurgia (ou segundo-cirurgião, provavelmente graduado como alferes) do Regimento de Cavalaria de Linha de Vila Rica.

Cardoso teria pertencido às Irmandades de N.S. do Monte do Carmo e da Santa Casa de Misericórdia.

Prestou serviços médicos à casa de João Rodrigues de Macedo entre 1793 e 1801. Foi Fiscal da Real Casa da Intendência de Vila Rica para o último trimestre de 1799.

Em 1813 já fora promovido a cirurgião-mor (primeiro-cirurgião) do Regimento. Eleito conselheiro da Mesa da Santa Casa, faleceu em 1826, entre junho e setembro, aos 77 anos.



ROTEIRO DE PETRÔNIO BAX *

Henriqueta Lisboa

Homem de muita fé
caminha Petrônio Bax
por sobre as águas.
Entre o azul e o verde
esmeralda e turquesa
carreia as ondas
nas próprias mãos.
Lança redes ao longo
do manancial espesso
e recolhe de pronto
o ouro rubro dos peixes.
De permeio as franjas
à hora em que alba amanhece
traz lembranças de outrora
algas conchas e pérolas.
Volve o olhar para os lados
em que foge o horizonte:
no escarlate-de-Holanda
junta as flores do campo.
Abre a porta dos ventos
sobe súbito ao céu
toca o azul transparente
além do azul-da-Prússia
levando a passeio
ovelha e nuvens.
Pousa agora na terra
terra infinito espaço

*Poema dedicado ao pintor Petrônio Bax, impresso sobre detalhe de um quadro de flores do artista (1985).

da cidade do Carmo
 no cenáculo aberto
 em que o linho se espalma
 sobre a sólida mesa ofertar vinho e pão
 pão de luz em fermento
 vinho vivo de sangue.
 Ao final do roteiro
 marca entre os convivas
 a cabeça do Cristo
 de olhos que são cálices
 lucilando orvalho.
 Pedra de amor e paz
 na morada do Cristo
 Petrônio Bax.

LUCIALUZ

Yeda Prates Bernis

(Para Lúcia Machado de Almeida)

Lúcia lucila
 brilhante forjado
 nas minas eternas
 esplende lampeja
 estrela maior
 em céu sem fronteira
 chameja encantos
 no sempre sorriso
 irisa ternura
 no hálito de flor
 faísca magia
 em corações infantes,
 Vaga-lume luzindo
 na modéstia de ser
 Lucialuz-clarão
 no azul do viver.

Natal de 2001.

CANÇÃO DE OUTONO

Dantas Motta

*Os meses do ano são dois, Maria:
Outubro e março, que o restante,
Além deles, é chuva apenas.
Outros meses, que meses a ser não chegam,
Eu os vejo disciplinados e breves
Como montanhas em cruento crepúsculo.
E se além do outubro e março outro mês
Existir pudesse, esse, Maria,
Seria dezembro, dezembro tarde,
Atrás de cuja linha, tormentado, dorme
Meu tûmulo agreste, calcinado e enorme.
Certo ao nascimento um dia voverei.
Porque se em março nascido tenho,
Em outubro, por certo morrerei.
Não já, quando em mim os cabelos brancos
São apenas bruscos e temporões.
Os meses do ano são dois, Maria,
Outubro e março, que o restante,
Além deles, é chuva, é chuva apenas.*

FRATERNIDADE

Lacyr Schettino

*Na manhã transparente de orvalho,
cheirosa de rosas frias,
ruidosa de passarinhos nos ramos,
picando polpas macias –
a lavadeira estendeu vagarosamente,
no varal extenuado do terreiro,
os andrajos úmidos do seu filhinho doente.
Nunca meus olhos compreenderam melhor
uma bandeira em seu sentido universal
do que diante desses trajes de todas as cores,
desfraldados ao vento
e enxergando-se ao sol
na manhã de cristal.*

GLOSA A VERSOS DE HENRIQUETA

Ildásio Tavares

(Para Fábio Lucas)

*Traíam pela cidade
os automóveis velozes
com seus motores ferozes
devorando a avenida –
não há mistério na morte;
só há mistério na vida.*

*Janelas escancaradas
projetam luzes confusas
dançam sombras obtusas
na vidraça distorcida –
não há mistério na morte;
só há mistério na vida.*

*O revólver eloqüente
vai fazendo seu discurso
e definindo o percurso
de quem perdeu a corrida –
não há mistério na morte;
só há mistério na vida.*

*Aberta está a paisagem
a qualquer voz ou leitura
e em tudo se configura
uma luz arrependida –
não há mistério na morte;
só há mistério na vida.*

REFLEXÕES *

Eduardo de Almeida Reis**

Nem só do chiste, da chalaça, do calembur e da piada; nem só da chufa e da ironia - que é o lirismo da desilusão - vive o cronista do cotidiano. Há que filosofar seriamente sobre causas seríssimas, como sejam a democracia e a representação popular. Se a democracia é isto que se vê e a ditadura foi aquilo que se viu, onde está a saída? Sim, porque é impossível que não exista uma saída. A não ser que se queira dizer como nossos avós: o que não tem remédio, remediado está.

A velocidade com que são compostas as matérias dos jornais não consente que se faça *literatura*, mas é preciso ter compromisso com a clareza e horror à tolice, na mais simples das notícias. É impressionante o descuido idiomático que se vem observando na mídia. O argumento de que o importante é comunicar não cola: os sinais dos surdos, o Código Morse, o agitar de bandeiras e o piscar das lanternas marítimas, ou mesmo aquelas bananas do aprazimento do ex-presidente Collor, são formas de comunicação e expressão - nem por isso um jornalista deve sair por aí dando bananas ou bandeiradas.

Não atino com o porquê da escravidão ao fax. Por que toda a pressa do mundo, ao expedir ou receber um documento, quando o negócio, às vezes, não tem a menor pressa. Ainda outro dia, um amigo me pedia subsídios sobre a história da irrigação agrícola, para um livro que está escrevendo. E recomendava: manda pelo fax. Que fax? Por que mandar pelo fax, num papel que desbota em pouco tempo, quando posso mandar pelo correio? Sempre foram mais de 30 laudas, que pesquei nos meus livros agropecuários e no CD-ROM - e mandei xerocar, para atender ao amigo. Remetido pelo correio, o material chegou ao Rio no dia seguinte. Pelo fax, gastaria um rolo de papel, telefonemas

* Excertos do livro *Amor sincero custa caro*, lançado recentemente em Belo Horizonte.

** Da Academia Mineira de Letras, cronista.

interurbanos, linhas que desarmam no meio do caminho e o trabalho ficaria com trechos ilegíveis, impresso em papel de nenhuma confiabilidade.

Não sei se a antropossociologia já estudou a importância da biblioteca na indissolubilidade matrimonial. Indissolubilidade é palavra que assumo; quanto ao outro, antropossociologia, foi pescado no *Aurélio* e pode ser que me tenha equivocado, causa que também acontece aos melhores escribas.

Tudo que pretendo é estabelecer uma relação entre os livros domésticos e a persistência dos casamentos. Isto porque notei que meus amigos que têm muitos livros têm também muitos anos de casados. De outra parte, aqueles que não têm livros são danados para gostar de casar de novo. Donde se conclui que existe relação estreita entre a biblioteca particular e a estabilidade matrimonial.

À primeira vista, numa análise mais crua, conclui-se que o apego à livraria é tão grande, que o cidadão deixa rolar um casamento que já não tem nenhum atrativo para os dois. É impensável tomar o caminho de um apartamento, levando a reboque cinco mil livros, ou mais. Junte-se o fato de que, tendo biblioteca, o marreco tem refúgio doméstico, inda que só para se abanar numa poltrona e filosofar sobre a morte da bezerra, enquanto lá fora as crianças esperneiam, as novelas estão a mil por hora e a torneira da pia continua vazando.

De repente, o sujeito descobre que a televisão já não ocupa, em seu dia-a-dia, a quinta parte do tempo que tomava há dez anos. Quando existe uma porção de livros reclamando leitura, e um CD esperto pedindo para ser tocado - o televisor deixa de ser um negócio compulsivo, de ligação automática.

Na verdade, há duas televisões: o invento, que é maravilhoso, e a programação, que pode ser um caso de polícia. No que respeita ao invento, chega a ser inacreditável que som e imagem possam entrar em nossas casas, no mesmo instante em que os fatos estão acontecendo em qualquer parte do mundo. Mas é duro constatar que um veículo capaz de transmitir programas como os da *National Geographic Magazine*, também seja o veículo das novelas, dos programas do esforçado João Kléber e de tantas outras tolices.

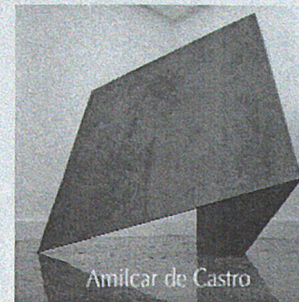
Vamos e venhamos: jogador de futebol não foi feito para dar entrevistas, mesmo sobre futebol. Muito menos sobre justiça esportiva, cartolas e outros assuntos complicados, de cabeça quente, com a adrenalina lá em cima, depois de um jogo em que trocou botinadas com seus colegas de profissão, foi cuspidor, xingado e perdeu um gol que, em condições outras, costuma não

perder. Aptidão futebolística não é, necessariamente, irmã gêmea da filosófica; portanto, a imprensa tem mais é que deixar o sujeito jogar bola. E tratar de entrevistar políticos, pensadores, artistas - gente que, presumivelmente, sabe falar e tem coisa importante para dizer.

É do gênio de Abgar Renault a constatação de que *é muito importante dar importância às pessoas não importantes* mas há governadores de Estado e presidentes da República que levam o conselho muito ao pé da letra. Dar importância, dar atenção às pessoas não importantes, é uma coisa; nomeá-las para certas secretarias e ministérios é outra, muito diferente.

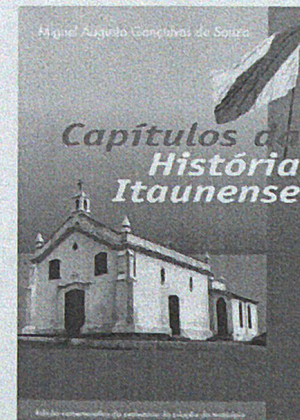


EDIÇÕES MINEIRAS



Amilcar de Castro

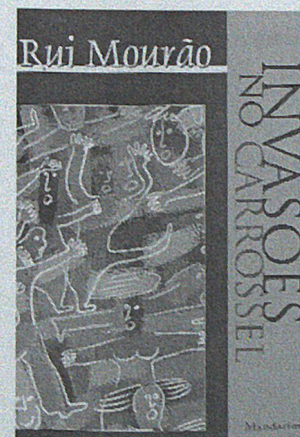
Preciosidade bibliográfica e artística sobre o consagrado escultor mineiro, contendo belas fotos de trabalhos em ferro fundido do artista, além de dados biográficos, relação das exposições realizadas e textos críticos de vários autores. Texto geral de Ronaldo Brito e Márcio Sampaio, fotos de Rômulo Fialdini. Takano Ed. (S.P), 300pág, R\$ 150,00 - 2001.



Capítulos da História Itaunense

Em seis capítulos e quarenta e quatro anexos, o livro discorre sobre a história do município de Itaúna, desde a fundação do Arraial de Santana do São João Acima até a fundação da Universidade de Itaúna, ocorrida pela iniciativa do autor, vice-presidente da Academia Mineira de Letras. Publicação importante para quem se dedica a estudos da toponímia mineira.

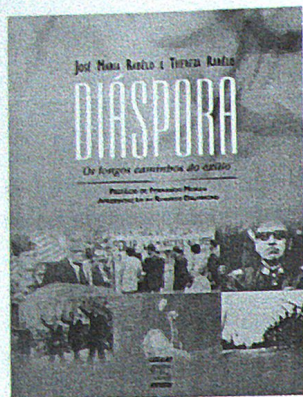
Miguel Augusto Gonçalves de Souza - Imprensa Oficial, 543págs., 2001.



Invasões no carrossel

Mesclando ficção e realidade, o autor aborda tema da atualidade, mostrando a luta das esquerdas contra a resistência dos grupos dominantes. Obra vigorosa, estuda também a importância da tecnologia que, ao mesmo tempo, conduz à liberdade e à opressão.

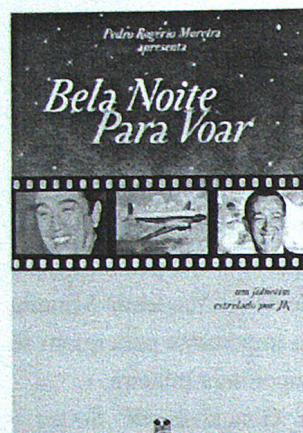
Rui Mourão - Ed. Mandarim (S.P), 348pág.



Diáspora - Os longos caminhos do exílio

O livro narra a experiência dos golpes militares contra João Goulart e Allende, dando credenciado testemunho sobre a vida dos exilados. Memória, reportagem e reflexão, *Diáspora* foi redigido por um casal que viveu 16 anos no exterior, com todos os seus sonhos, êxitos e frustrações.

José Maria Rabelo e Thereza Rabelo - Geração Editorial, 280 págs, R\$28,00 - 2001.



Bela noite para voar

Em linguagem leve e pitoresca, o livro conta o complô para derrubar o avião presidencial de Juscelino Kubitschek, tendo como inspiração o manuscrito deixado por um menino de 12 anos que amava JK e gostava de aviões.

O autor, jornalista e escritor mineiro, recentemente eleito para a Academia Mineira de Letras, tempera seu texto com fatos históricos, as rebeliões de Jacareacanga (1956) e Aragarças (1959), promovidas por oficiais-aviadores contra Juscelino Kubitschek.

Pedro Rogério Moreira - Thesaurus Editora, 327 págs, - 2002



A verdade tem olhos verdes

Através de um roteiro de ficção inventando o assassinio de um milionário brasileiro, o autor aborda temas como a globalização, a corrupção e principalmente as consequências provocadas pelo grande número de informações que recebemos diariamente numa busca da verdade subjacente aos tempos atuais.

Luís Giffoni - Ed. Pulsar, R\$ 15,00 240 pág, 2001.



Para entender sua grandeza é preciso ser agreste e, na falta de palavras, alargar o peito num sentimento que não tem fim. É bom ver a água correr e assistir a essa gente que do barro de suas margens ganhou sopro de vida. Povo de forças que aprendeu a transformar sorriso em presságio de abraço amigo. Nascer aqui é gostar de silêncios e quando o dia aparece se imaginar passarinho.

Ajude a proteger o Rio São Francisco.
Cuidar da água é cuidar da vida.

